



a sephallus

Volume V - Número 9
Novembro de 2009
a abril de 2010

Revista do Núcleo Sephora
de Pesquisa sobre o Moderno
e o Contemporâneo / UFRJ

ISSN 1809 - 709 X

EDITORIAL.....	09
O FUTURO DE UMA INVENÇÃO CHAMADA INCONSCIENTE	
THE FUTURE OF AN INVENTION CALLED UNCONSCIOUS	
Tania Coelho dos Santos	
ARTIGO 1.....	12
CONSUMO E VIOLÊNCIA: RESPOSTAS À INEXISTÊNCIA DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA	
CONSUME AND VIOLENCE: ANSWERS TO OTHER'S INEXISTENCE IN LIQUID MODERNITY	
Adriane de Freitas Barroso	
ARTIGO 2.....	20
O ANALISTA NA CIDADE: IMPASSES E ENLACES ENTRE PSICANÁLISE PURA E PSICANÁLISE APLICADA	
THE ANALYST IN THE CITY: IMPASSES AND LINKAGES BETWEEN PURE PSYCHOANALYSIS AND APPLIED PSYCHOANALYSIS	
Douglas Nunes Abreu	
ARTIGO 3.....	33
DEPRESSÃO OU ANGÚSTIA? EMBARAÇOS DO DESEJO EM UM PROCESSO ANALÍTICO	
DEPRESSION OR ANXIETY? EMBARRASSMENTS OF DESIRE IN A PROCESS ANALYTICAL	
Andréa Máris Campos Guerra	
ARTIGO 4.....	40
PERIÓDICOS DE PSICANÁLISE AVALIADOS PELA CAPES EM 2009: UM ESFORÇO INICIAL PARA MAPEAR O CAMPO	
JOURNALS OF PSYCHOANALYSIS EVALUATED BY CAPES IN 2009: AN INITIAL ATTEMPT TO MAP THE FIELD	
Flávio Fernandes Fontes	
Aline Borba Maia	
Aline Francisca Oliveira	
Karin Juliane Duvoisin Bulik	
Cynthia Pereira de Medeiros	
ARTIGO 5.....	52
O QUE É A ELASTICIDADE DA TÉCNICA PSICANALÍTICA?	
WHAT IS THE ELASTICITY OF THE PSYCHOANALYTICAL TECHNIQUE?	
Vitor Hugo Triska	
TRADUÇÃO 1.....	70
O LÍDER DOS PSICÓLOGOS CLÍNICOS UNIVERSITÁRIOS SAI DE SUA CONCHA.	
SEGUNDO ROLAND GORI, INSTALA-SE NA UNIVERSIDADE UM DISPOSITIVO DE AVALIAÇÃO QUASE TOTALITÁRIO.	
Jacques-Alain Miller entrevista Roland Gori	

TRADUÇÃO 2.....	80
CARTAS EM SOFRIMENTO	
O avesso	
LETTERS IN SUFFERING	
The other side	
Jean-Claude Milner	
TRADUÇÃO 3.....	84
A UNIDADE DA PSICOLOGIA SOBREVIVEU	
PSYCHOLOGY'S WHOLENESS HAS SURVIVED	
Jean-Claude Maleval	
RESENHA.....	91
TENTATIVA FRUSTRADA DE ASSASSINATO DA PSICANÁLISE	
ATTEMPTED MURDER OF PSYCHOANALYSYS	
L'ASSASSINAT MANQUÉ DE LA PSYCHANALYSE	
ATTEMPTED MURDER OF PSYCHOANALYSYS	
Tania Coelho dos Santos	
INSTRUÇÕES AOS AUTORES.....	99
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	107

aSEPHallus

Revista eletrônica do NÚCLEO SEPHORA
de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo
Volume V, N. 9 – nov./2009 a abr./2010

EDITORA:

Tania Coelho dos Santos

Coordenadora do Núcleo SEPHORA de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

EDITORES ASSOCIADOS:

Serge Maurice Cottet

Prof. Dr. Titular do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII
(Paris/França)

Ana Lydia Bezerra Santiago

Profa. Dra. Adjunta do Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Adriana Rubistein

Professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (Buenos
Aires/Argentina)

CONSELHO EDITORIAL:

Alberto Murta

Prof. Dr. Adjunto da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Espírito
Santo/UFES (Vitória/ES)

Ana Beatriz Freire

Profa Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade
Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Angélica Rachid Bastos Grinberg

Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade
Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Daniela Sheinckman Chatelard

Profa. Dra. Adjunta da Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da
Universidade de Brasília/UNB (Brasília/Distrito Federal)

Fernanda Costa Moura

Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade
Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Hebe Tizio

Profa. Dra. da Faculdade de Educação, da Universidade de Barcelona
(Barcelona/Espanha)

Heloísa Caldas

Profa Dra. do Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Ilka Franco Ferrari

Profa. Dra. do Mestrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG (Belo Horizonte/MG)

Jésus Santiago

Prof. Dr. Adjunto do Mestrado em Filosofia e Psicanálise, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

José Luis Gaglianone

Profissional autônomo
Doutor pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Leny Magalhães Mrech

Livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo/USP (São Paulo/São Paulo)

Marcela Cruz de Castro Decourt

Profissional autônomo
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Márcia Maria Rosa Vieira

Coordenadora da Especialização em Psicologia da Faculdade de Psicologia, do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais/UNILESTE (Belo Horizonte/MG)

Márcia Mello de Lima

Profa. Dra. Adjunta do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, do Instituto de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Marcus André Vieira

Prof. Dr. Adjunto do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, da Faculdade de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ (Rio de Janeiro/RJ)

Maria Angélica Teixeira

Profa. Dra. do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia/UFBA (Salvador/BA)

Maria Cristina da Cunha Antunes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro/RJ)

Marie-Hélène Brousse

Profa. Dra. Maître de conférence, do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Ram Avraham Mandil

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Rosa Guedes Lopes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro/RJ).

Sérgio Chagas de Laia

Prof. Dr. Titular da Faculdade de Ciências Humanas, da Fundação Mineira de Educação e Cultura/FUMEC (Belo Horizonte/MG)

Sílvia Elena Tendlarz

Doutora pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Lydia Bezerra Santiago

COMISSÃO EXECUTIVA

**Fabiana Mendes
Marcela Cruz de Castro Decourt
Rosa Guedes Lopes**

EQUIPE DE TRADUÇÃO

**Catarina Coelho dos Santos (inglês e francês)
Kátia Danemberg (francês)**

REVISÃO TÉCNICA

Tania Coelho dos Santos

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Ana Cristina Rodrigues Cardoso

REVISÃO FINAL

**Rosa Guedes Lopes
Fabiana Mendes
Andréa Martello**

PROJETO GRÁFICO

Vianapole Design e Comunicação Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA:

aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. - VOLUME V, n. 9, (nov. 2009 a abr. 2010). - Rio de Janeiro : Ed. Sephora, 2005- .

Semestral.

Modo de acesso: http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_09/index.htm

ISSN 1809-709X

1. Psicanálise – Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo.

CDD 150.195

LINHA EDITORIAL

A revista aSEPHALLUS é uma publicação temática, semestral, de trabalhos originais nacionais ou estrangeiros que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos a atualidade na área de teoria, clínica e política da psicanálise de orientação lacaniana.

PERIÓDICO INDEXADO NA BASE DE DADOS:

- QUALIS (Nacional B3) – www.periodicos.capes.gov.br
- INDEX-PSI - www.bvs-psi.org.br
- LILACS/BIREME – Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde - www.bvs.br

Esta revista é divulgada por meio eletrônico para todas as bibliotecas da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP: <http://www.bvs-psi.org.br/rebap/telas/bibliotecas.htm>

Publicação financiada com recursos do GRANT/FAPERJ.

HOMEPAGE: <http://www.nucleosephora.com/asephallus>

NOMINATA:

O Conselho Editorial da REVISTA aSEPHallus agradece a contribuição dos seguintes professores doutores na qualidade de pareceristas:

Alberto Murta - UFES
Anderson de Souza Sant' Anna - FUNDAÇÃO JOÃO CABRAL-MG
Antônio Márcio Ribeiro Teixeira - UFMG
Fernanda Costa Moura - UFRJ
Fernanda Otoni de Barros - UFMG
Glacy Gorski - UFPB
Heloísa Caldas - UERJ
Ilka Franco Ferrari - PUC-MG
José Luís Gaglianone - PARIS VIII (França)
Leny Magalhães Mrech -USP
Lúcia Grossi dos Santos - FUMEC-MG
Márcia Maria Vieira Rosa - CEFEM-MG
Marcus André Vieira - PUC-RJ
Maria Cecília Galletti Ferretti - USP
Ram Avhram Mandil - Letras/UFMG
Serge Maurice Cottet - PARIS VIII (França)
Sérgio Chagas de Laia - FUMEC-UFMG

O FUTURO DE UMA INVENÇÃO CHAMADA INCONSCIENTE**THE FUTURE OF AN INVENTION CALLED UNCONSCIOUS**

Tania Coelho dos Santos

aSEPHallus número 9 traz à discussão os destinos do inconsciente na civilização. No esforço de elucidar o advento de uma nova onda - neste imenso oceano de falsa ciência em que tantas vezes já submergiu a civilização ocidental - Agnès Aflalo analisa as terapias cognitivo-comportamentais. Ela revela a ligação estreita entre os pressupostos metodológicos dessa abordagem e a objetificação do novo "homem sem qualidades" talhado sob medida pelo gosto pela mensuração das almas. Privado da fala - que é onde comparece a singularidade do desejo e a responsabilidade pelo gozo - o "homem sem qualidades" parece mais dócil à padronização. Os efeitos do declínio epistemológico da fina semiologia - que alicerçou a clínica psiquiátrica e na qual se basearam tanto Freud quanto Lacan - são a consolidação da metodologia estatística que domina a epidemiologia em saúde mental. Em lugar do diagnóstico fundado na estrutura do sintoma, a mentalidade epidemiológica quer impor a classificação dos transtornos mentais pulverizados em fenômenos dispersos, pois destituídos de sua lógica própria. A psiquiatria biopsicossocial faz parte dos novos biopoderes que visam controlar as populações perigosas, forjar novos hábitos, perseguir o gozo inútil, reduzir os riscos e incrementar uma política que promove um ideal de saúde sem sujeito. Há setores do discurso universitário que trabalham para impor a todos os segmentos sociais, a todas as políticas e a todas as atividades uma mesma exigência: "qualidade total". Suprimir as liberdades democráticas e substituí-las pela satisfação do consumidor. Penso que se pode encontrar nesse *slogan* o verdadeiro regente dessa grande orquestra de tantos pseudo-saberes e de tão grande poder acéfalo.

Em uma entrevista concedida a Jacques-Alain Miller, Roland Gori declara que a situação atual da psicopatologia e seus conflitos com a "Nomenklatura" da psicologia podem parecer simples episódios da discórdia originária entre os dois segmentos da psicologia na universidade. Até recentemente, esta partida conduzia-se, de um lado, para a psicologia dita científica e, de outro, para a psicologia clínica. Tínhamos uma espécie de acordo tácito entre os parceiros desses dois pólos. No jogo entre as duas correntes da psicologia, as vantagens distribuíam-se ao sabor do momento, as exigências sociais prevalecendo sobre as requisições científicas: ou a unidade centrípeta ou a secessão centrífuga. Este equilíbrio frágil tinha consistência quando as pessoas e as instituições se respeitavam. Começou a romper-se no final dos anos 1980 quando tentaram padronizar o modelo francês da psicologia alinhando-o ao anglo-saxão. Nos EUA, a referência à psicanálise desmorona na tradição psiquiátrica sob a ditadura do DSM III e IV servindo-se da psicologia experimental mais estéril, a diferencial. A partir daí, as práticas do tratamento psíquico estão sob o controle do modelo experimental, mas tendemos a substituí-las por terapias químicas.

Nesses embates, por onde andarão nossos heróis? Jean-Claude Milner, refletindo sobre o comportamento do homem público na civilização atual recorda que uma carta chega sempre ao seu destino, como escreveu Lacan, comentando o conhecido conto sobre a carta roubada de Edgard Allan Poe. O político do século XXI tenta operar espertamente com este limite. Ele se apresenta como o último destinatário. Apostou que conseguiria reter a carta no momento certo do percurso, de forma que ela pare e mantenha-se a ele endereçada para sempre. Para ele, e em nome de todos os outros. O fato é, entretanto, que o político não é o destinatário. A cada instante, a carta pode partir novamente. Só depende da aprovação do público. É verdade que o público aceita. Por enquanto, Jean-Claude Milner aposta que virá o momento, no entanto, em que o limite se apresentará, porque é real. Após tantos contornos, desvios e reversões, as cartas chegarão aos seus verdadeiros destinos. Um único indício assegurará que isto ocorreu: o silêncio reencontrado. Porque a característica de uma carta que chegou ao seu destino é que mais ninguém fala nela. Se ele está certo, o destino desse oceano de falsos saberes é o lixo e podemos manter a esperança de que o inconsciente sobreviverá.

Menos otimista, Jean-Claude Maleval argumenta que o que sobreviveu foi a unidade da psicologia e não o método clínico de orientação psicanalítica. Nesse sentido, a estratégia de Lagache, que criou o mito de uma unidade da psicologia para torná-la uma disciplina universitária, fracassou. Buscou esta unidade em "uma teoria geral da conduta" capaz de sintetizar as psicologias experimental, clínica e social, a psicanálise e a antropologia. A psicologia universitária improvisou e fez referência a métodos e técnicas diversos. Reuniu em um "pacto de coexistência" pesquisadores que privilegiavam o método experimental das ciências exatas e outros, referidos ao método clínico. Nos anos 70, cada corrente satisfaz o seu interesse num tipo de acordo que não funciona mais. O paradigma experimental das neurociências cognitivas pretende impor-se pela força da avaliação erradicando o paradigma psicodinâmico. A psicologia clínica está prestes a tornar-se psicologia sem clínicos: os defensores do modelo experimental não hesitam em recrutar professores sem experiência clínica e sem prática do diagnóstico e do tratamento. O contrato de coexistência pacífica que consolidou a psicologia universitária desde o seu nascimento explode hoje em pedaços sob os golpes dos avaliadores cooptados e monoreferentes.

Em seus artigos, dois doutorandos, Adriane Barroso de Freitas e Douglas Nunes de Abreu, refletem sobre temas relevantes para a sobrevivência do inconsciente na prática do psicanalista em formação. A primeira retoma a discussão acerca da civilização contemporânea, remetendo os leitores ao que Bauman qualificou de modernidade líquida, cujas características principais são o enfraquecimento de tradições, a liquefação de crenças, dos valores e lugares pré-fixados. Sobressaem a volatilidade dos vínculos e a incerteza quanto ao futuro, em oposição à segurança arduamente buscada em períodos anteriores. Neste cenário, as lideranças políticas - como aliás já havia ressaltado Jean-Claude Milner - buscam a exaltação de ambições e interesses particulares. A mesma motivação é responsável pelo consumo incessante de objetos produzidos pela associação entre o mercado e a ciência que ganha cada vez mais força, buscando responder às satisfações momentâneas e cambiantes e que passam ao largo da dimensão de futuro, desligadas de qualquer ideal. A existência, por conseguinte, desatrela-se da

ação política, esvaziando-se de significado e tornando-se pura exibição. Transforma-se também a forma da violência que, no tempo presente, apresenta-se sem valor simbólico, calcada especialmente na eliminação pura e simples do outro, visto como inimigo.

Douglas, por sua vez, recolhe de sua experiência algumas indicações acerca dos impasses entre a psicanálise pura e a psicanálise aplicada no campo da saúde mental, tecendo entre elas alguns enlaces possíveis. Propõe pensar essa relação com base no modelo topológico da banda de *Moebius*, pois essa estrutura permite pensar o ser falante em sua relação, sempre contingente ao inconsciente, posto que depende do corte operado pelo ato psicanalítico. O autor argumenta em favor da retomada da política de formação do analista, em detrimento da discussão focada somente nos dispositivos, como orientação para o saber fazer do psicanalista na cidade.

Andrea Guerra relata a experiência de uma analisanda capturada pelo discurso contemporâneo acerca da depressão. Seu artigo testemunha a potência do discurso analítico na civilização que privilegia intervenções medicamentosas e tratamentos que não levam em conta a posição subjetiva. A posição da analisanda no laço social era equivalente à do estudante no discurso universitário: continuar a saber sempre mais. A paralisação de sua produção profissional leva-a a crer que está deprimida. A saída subjetiva que encontra opera analiticamente através do trabalho significativo e do resto recolhido pela elaboração de dois sonhos, que permitem o enquadramento da fantasia e a abertura ao desejo.

Vitor Triska renova a potência do conceito ferencziano de *elasticidade*, servindo-se para isso da abordagem lacaniana da técnica. O termo clínica abrange o tema da *técnica*. O autor retoma os "escritos técnicos de Lacan", a fim de aproximar suas propostas da ideia de elasticidade, construindo uma formalização do campo da técnica homóloga ao campo da linguagem, o que preserva um lugar faltante de indeterminação. Sobre tal ponto de variação será colocada a influência pessoal de cada psicanalista, questão debatida através daquela que é considerada a segunda regra fundamental da psicanálise: quem quer que queira analisar os outros deve ser antes ele próprio analisado.

Finalmente, um grupo de mestrandos, liderados pela professora Cynthia Pereira de Medeiros da UFRN, investiga - entre os periódicos existentes - onde é que os estudantes encontrariam os melhores artigos científicos em psicanálise. Essa pesquisa poderia orientar os pós-graduandos acerca dos melhores veículos para suas próprias publicações. A partir da lista de periódicos avaliada pela CAPES em 2009, realizou-se uma seleção de todos aqueles que publicam predominantemente artigos psicanalíticos com o objetivo de oferecer uma fonte prática de consulta e orientação para pesquisadores na área da psicanálise. Em sua abordagem, esse grupo de jovens pesquisadores, prefere aperfeiçoar os sistemas de avaliação em benefício da melhor difusão da orientação psicanalítica, do que combatê-lo. Aparentemente, nem todos os psicanalistas estão convencidos de que a mentalidade avaliacionista é uma ameaça à sobrevivência do inconsciente.

CONSUMO E VIOLÊNCIA: RESPOSTAS À INEXISTÊNCIA DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA**CONSUME AND VIOLENCE: ANSWERS TO OTHER'S INEXISTENCE IN LIQUID MODERNITY**

Adriane de Freitas Barroso

Doutoranda em Psicologia - PUC-Minas

Mestre em Psicologia - PUC-Minas

Graduada em Comunicação Social e Psicologia

Professora da Universidade Presidente Antonio Carlos (UNIPAC)

adrianebr@uol.com.br

Resumo

O momento histórico contemporâneo, chamado por Bauman de modernidade líquida, tem como algumas de suas características principais o enfraquecimento de tradições e a liquefação de crenças, valores e lugares pré-fixados, pondo em primeiro plano a volatilidade e a incerteza em oposição à segurança arduamente buscada em períodos anteriores. Tomando esse cenário como pano de fundo para a exaltação de ambições e interesses particulares a que se assiste atualmente, o consumo incessante de objetos produzidos pela associação entre mercado e ciência ganha cada vez mais força, buscando responder às satisfações momentâneas e cambiantes, sem dimensão de futuro e desligadas de qualquer ideal. Como consequência, a existência desatrela-se da ação política, esvaziando-se de significado e tornando-se pura exibição. Transforma-se também a forma da violência, que, no tempo presente, apresenta-se sem valor simbólico, calcada especialmente na eliminação pura e simples do outro, visto como inimigo.

Palavras-chave: psicanálise, modernidade líquida, consumo, violência.

Abstract

The present historical moment, called liquid modernity by Bauman, features the weakening of traditions and liquefaction of beliefs, values and places pre-set, starring volatility and uncertainty, in opposition to the security sought in previous periods. In this scenario, with the exaltation of ambitions and personal interests, the consumption of objects produced by the association of marketing and science has increased, offering momentary gratification, without any ideal basis. As a result, political action loses its meaning. The type of violence also changes: at the present time, it has no symbolic value and is based especially on the elimination of others, seen as enemies.

Key words: psychoanalysis, liquid modernity, consume, violence.

O tempo presente – “modernidade líquida”, na nomenclatura de Bauman (2001) – alçou a individualidade ao estatuto de valor central. As mudanças na relação entre os sujeitos podem ser parcialmente creditadas ao enfraquecimento do modelo de instituição patriarcal, centralizado e verticalmente organizado, o que faz vacilar, hoje, o valor universal do mestre, daquele líder como figura que garantia a tradição e os ideais e que também exigia dos demais a renúncia pulsional e o adiamento das satisfações em prol da segurança.

Quando a tradição perde força para a liberdade, as subjetividades de nossa época respondem a isso. O reconhecimento individual passa a estar atrelado à visibilidade, desvinculado da ação política relevante (Kehl, 2002). A exibição pura e simples toma o lugar da participação efetiva na *polis*, e os espaços públicos tornam-se apenas locais de passagem, desencorajando a permanência e a interação. Tem-se, assim, “[...] o esvaziamento e a decadência da arte do diálogo e da negociação, e a substituição do engajamento e mútuo comprometimento pelas técnicas do desvio e da evasão” (Bauman, 2001, p. 127). O presente deixa-se marcar pela indiferença e pelo tédio.

A neurose da civilização contemporânea pode ser resumida no que os psicanalistas Jacques-Alain Miller e Eric Laurent (1996-97) abarcam sob a expressão “o Outro que não existe”. Esse Outro contemporâneo não tem o lugar bem definido, pois o que era destinado aos líderes de outrora, hoje, portanto, é mais difícil de localizar-se. Encontramo-nos diante de um Outro pulverizado e, por isso, enfraquecido em seu poder de referência.

Ele é um todo sem limites, mas como não tem corpo, está longe de ser todo-poderoso. O Outro não todo é disforme, onipresente sem, contudo, real poder de fogo. Corrói e gera violência, mas nunca como a de um exército organizado. Não se pode travar guerra com um Outro não todo. Ele é indestrutível, mas sem músculos. (Vieira, 2004, p. 71).

A supremacia do mercado que nada pode deter por se tratar de um saber sem mestre, não-localizável, explicita a lógica da modernidade atual. Outro fenômeno que é produto dessa realidade é a exaltação das relações horizontais, que exaltam, a um só tempo, o aspecto de semelhança e de rivalidade dos indivíduos. Espalha-se o medo e o desalento em uma convivência que deve ser renegociada a todo o momento.

O que Bauman (2001) afirma serem os sólidos diluídos contemporaneamente, portanto – sem previsão de substituição –, são os elos que entrelaçavam indivíduos e ligavam o sujeito ao Outro. Consumo e violência destacam-se, nessa vertente, como fenômenos típicos das novas formas de relação com os outros e com os objetos do mundo.

A precariedade da existência social inspira uma percepção do mundo em volta como um agregado de produtos para consumo imediato. Mas a percepção do mundo, com seus habitantes, como um conjunto de itens de consumo faz da negociação de laços humanos duradouros algo excessivamente difícil (Bauman, 2001, p. 188).

Consumo: poderoso e frágil organizador social

De um modo de vida orientado pela tradição, pelo tecido simbólico que se estendia desde o passado até as perspectivas do futuro, a modernidade líquida passou a ser norteadada pelos objetos do mercado. O consumo tornou-se, assim, "eixo dessa modernidade sempre em movimento.

O que quer que façamos e qualquer que seja o nome que atribuamos à nossa atividade, é como ir às compras, uma atividade feita nos padrões de ir às compras. O código em que nossa "política de vida" está escrito deriva da pragmática do comprar (Bauman, 2001, p. 87).

A sociedade de consumo atual opõe-se à sociedade de produção que se evidenciou a partir da Revolução Industrial e vigorou até o século XX. Em lugar da mão de obra buscada ali, pretende-se hoje engajar os sujeitos no papel de consumidores. Para que essa função não se esgote, os produtos não podem ser duráveis, exigindo sempre novos objetos em substituição aos anteriores. Os consumidores precisam, portanto, permanecer em estado de insatisfação e excitação, equilibrando a equação interesse-desinteresse de forma a consumir sempre.

O sucesso do capitalismo ergue-se sobre o saber científico, que trabalha na produção de produtos cada vez mais leves, mais portáteis, mais descartáveis e mais numerosos, costurados em série, sem elemento que se destaque como portador de valor diferenciado (Kehl, 2004). O que se propõe é o acesso à satisfação como se a mesma estivesse inteiramente ao alcance das mãos, desligada do Outro e ligada apenas aos produtos da indústria. No entanto, o objeto derradeiro não chega nunca: para tê-lo, há sempre outro, o que revela a condição de resto dessas produções: todas terminam como dejetos.

Quanto mais objetos se sucedem, mais aumenta a tendência à insatisfação, que aumenta o consumo e assim sucessivamente. "O oferecimento do indivíduo para ser objeto de consumo, para 'fazer-se drogar, fazer-se devorar', etc. não faz, senão, dar consistência a essa boca devoradora anônima, correspondente ao anonimato e à solidão globalizada de nosso tempo" (Tarrab, 2004, p. 61).

A psicanálise afirma que a satisfação absoluta, sem barreiras, torna-se limitada pela linguagem a partir do momento em que o sujeito se apropria e é apropriado por ela. Algo, no entanto, insiste por debaixo dessa perda causada pelo significante, escapando de seu domínio. Por "objeto *a*", Lacan (1969-70) define isso que resiste após o atravessamento da linguagem que detém o gozo ilimitado. Ao mesmo tempo, portanto, que o objeto *a* é produzido pela linguagem, ele escapa de seu domínio, sendo por isso chamado também de *mais-de-gozar*, algo como um "bônus de gozo" (Valas, 2001). Por ser sempre de um resto que se trata, o *mais-de-gozar* deixa o sujeito em um estado de insatisfação estrutural, que exige a tentativa de completude repetidamente.

Freud delineou, antes da noção de gozo lacaniano, a pulsão de morte, estabelecendo-a "mais além do princípio do prazer" (Freud, 1920), como o que causa a repetição e relembra o sujeito de sua falta, em oposição ao princípio do prazer – que limita a tensão para conservar a vida. Prazer e gozo, portanto, não pertencem ao mesmo registro: o prazer seria uma

barreira para o gozo, para o excesso. A perda introduzida pela linguagem instaura a repetição, a insistência desse resto, do mais-de-gozar, como testemunha de algo que fracassa por estrutura na estratégia de contenção do princípio do prazer. É isso que insiste que os objetos do mercado hoje buscam tamponar, um após o outro, sucessivamente: "aí está o oco, a hiância, que de saída um certo número de objetos vem certamente preencher, objetos que são, de algum modo, pré-adaptados, feitos para servir de tampão" (Lacan, 1969-70, p. 48).

Lacan (1969-70) cunha o termo "aletosfera" para falar do espaço por onde se espalham essas fabricações do mercado. Condensação das palavras atmosfera e *aletheia* (termo grego para "verdade"), a aletosfera é a modificação da ideia que o homem tinha do lugar em que vivia. Trata-se de uma ampliação da ideia de atmosfera: a partir do momento em que a ciência muda a concepção de conhecimento, fabrica-se um espaço de coisas que não existiam antes na percepção – ondas, forças, energias –, alargando a dimensão do mundo.

Latusas, por sua vez, é como Lacan (1969-70) nomeia os objetos do mercado. Chama-os de latusas para particularizá-los, enfatizar que os objetos não são sempre os mesmos, sendo definidos por seu tempo histórico (Soler, 1998). Vieira (2004) denomina "futilitário" o objeto típico do tempo fugaz da atualidade: descartável, envoltura do gozo vazio e próprio da época, solitário e autista, que desfaz os laços sociais (Ferrari, 2006). O que os meios de comunicação oferecem, portanto, são objetos esvaziados, prontos-para-gozar, dirigidos a um sujeito genérico, "que é igual a todos e não é ninguém" (Kehl, 2002).

É o reino das exceções que não dá lugar a ideal algum, mas somente à universalização de um "todos iguais". Todos iguais, desejando o mesmo último objeto comercializado e do qual os estudos de mercado dirigiram as condições de fabricação antes que as campanhas publicitárias organizassem para todos um desejo idêntico. É o reino do universal que exclui a singularidade do gozo de cada um. É o reino de um desejo posto em mercado comum com seus efeitos segregativos [...] (Stevens, 1999, p. 16-17)

Produzem-se, assim, corpos homogêneos, industrializados, tatuados, siliconados, perfurados por *piercings*, recortados por marcas e *slogans* que, ao mesmo tempo em que definem "tribos" e promovem o pertencimento imaginário a agrupamentos, envelopam sujeitos sob o rótulo de consumidores, anulando as particularidades do gozo.

Por trás da liberdade individual que é o tesouro da modernidade líquida, portanto, deixa-se entrever a dependência em relação ao mercado. O sujeito vê-se "submetido a um imperativo do direito à satisfação" (Mattos, 2004, p. 3), crendo que pode e, principalmente, deve desfrutar de todos os bens. O dever de gozar, segundo Kehl (1996), massacra a interdição ao gozo que funda a civilização: ir às compras passa a ser "liberdade obrigatória", da qual ninguém pode se excluir.

Os "consumidores falhos" (Bauman, 1998), a quem faltam os recursos necessários para atender aos apelos de consumo, merecem a alcunha de "consumidores" se compartilharem da busca pelos objetos como tentativa

de satisfação. O que define, no entanto, a pirâmide social da modernidade líquida é a capacidade efetiva de consumir, e essa não é tão democrática quanto à alcinha de consumidor: o direito ao consumo direto do objeto é destinado a poucos, estabelecendo a lógica da exclusão a que a modernidade líquida assiste crescer, com consequências importantes para as formas de laço social.

A publicidade convoca todos a gozar de privilégios dos consumidores de elite. Se a alternativa fosse acessível a todos, não haveria privilegiados. Como não é, o que está sendo oferecido como tentação irrecusável é o direito de excluir a maioria. Assim sendo, a lógica da publicidade, hoje, está visceralmente comprometida com a lógica da violência banal que se expande como epidemia no mundo contemporâneo (Kehl, 2004, p. 62).

“Não fale com estranhos”: a violência que corrói o coletivo

Bauman (2003) atribui o nome de “comunidade” à expectativa de segurança em prol da qual a civilização adia as satisfações e renunciava a suas pulsões. O futuro guardava a esperança de uma vida coletiva harmoniosa, solidária e tácita. Tanta segurança, porém, cobrava como preço parte da liberdade de cada indivíduo – a existência de uma comunidade efetivamente ordeira e segura exigiria obediência rigorosa de seus membros.

Segurança e liberdade, como se vê, sempre foram valores impossíveis de serem inteiramente ajustados (Bauman, 2003). Por esse motivo, a individualidade da modernidade líquida configurou-se como uma troca, uma concessão. A tecnologia e o saber científico facilitaram a conquista de espaços, a redução do tempo e o trânsito de informações, mas borraram as fronteiras das comunidades e, conseqüentemente, a proteção que se vislumbrava nas mesmas.

O que se promove a partir dessa transformação é uma alteração nos laços de confiança – esta deixa de ser elemento herdado para se tornar projeto individual sempre arriscado. “Relacionamentos” com “parceiros” são substituídos por “conexões” em “redes”, que permitem a desconexão assim que o indivíduo a desejar (Bauman, 2004), reduzindo o outro a objeto de consumo.

Afinal, automóveis, computadores ou telefones celulares perfeitamente usáveis, em bom estado e em condições de funcionamento satisfatórias são considerados, sem remorso, como um monte de lixo no instante em que “novas e aperfeiçoadas versões” aparecem nas lojas e se tornam o assunto do momento. Alguma razão para que as parcerias sejam consideradas uma exceção à regra? (Bauman, 2004, p. 28)

Com os ideais em declínio na função de elo entre indivíduos, as “pseudocomunidades” de hoje só podem ser formadas por semelhantes. Não concebem qualquer diferença: condomínios fechados, clubes privados e espaços “VIP” separam seus consumidores do mundo “de fora”, dos “estranhos” do mercado, que, alijados do consumo, partem para tentativas

ilícitas na direção de participar do rol de "consumidores": rompem o contrato ao agir impetuosamente contra as leis, violam propriedades privadas, causam horror ao vestirem-se e comportarem-se "exoticamente".

O medo dos "estranhos" afasta aqueles que podem consumir de forma bem-sucedida dos espaços públicos e da vida partilhada, encerrando-os em suas comunidades estéticas cercadas por aparatos de segurança. Crescem as ilhas de consumo, como os *shopping centers*, que prometem o equilíbrio entre segurança e possibilidades de escolha.

A violência contemporânea estabelece-se, assim, sob novo paradigma: enquanto as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por seu caráter político e ideológico, a modernidade líquida distingue-se pela falta de reconhecimento social e pela banalização do lugar do sujeito e das leis. Segundo Wieviorka (1997), o novo formato da violência atual define-se por seu teor infrapolítico, manifestando-se em esferas que estão aquém do Estado, não mais surgindo como conflito, mas com um fim em si, puramente destruidor. "Ao contrário do processo produtivo, o consumo é uma atividade inteiramente individual. Ele também coloca os indivíduos em campos opostos, em que frequentemente se atacam" (Bauman, 1998, p. 54).

Os efeitos da violência podem ser tomados como paradigma dos vínculos quebradiços atuais. Esmacido o lugar da relação simbólica com o Outro, mediada pela linguagem, o ato violento surge como resposta a não relação, ao estreitamento do lugar da palavra. A agressividade a que assistimos hoje, travestida de várias maneiras no espaço urbano, traduz uma forma de violência que toma o outro como rival, sem a figura da Lei simbólica como mediadora desse embate.

Saquear o outro, naquilo que este tem de essencial e inalienável, transforma-se quase que no credo nosso de cada dia. A eliminação do outro se este resiste ou faz obstáculo ao gozo do sujeito, nos dias atuais, impõe-se como uma banalidade. A morte e o assassinato, assim, impuseram-se na cena cotidiana como trivialidades (Birman, 1999, p. 25).

A violência urbana aparece, aí, como produto próprio da sociedade de consumidores, o que aumenta o hiato entre os que podem consumir e os que não têm recursos suficientes,

[...] entre os que foram seduzidos e passam a agir do modo como essa condição os leva a agir e os que foram seduzidos, mas se mostram impossibilitados de agir do modo como se espera agirem os seduzidos. A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora (Bauman, 1998, p. 55).

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. (1998) **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2001) **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2003) **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2004) **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BIRMAN, J. (1999) Apresentação, in: **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 15-25. v.14, p.375-377.

DRUMMOND, C. (2006) Abertura das noites preparatórias da XII Jornada. **Boletim online da XII Jornada da EBP/MG**, n. 1, mar. 2006.

FERRARI, I. F. (2006) A solidão e o funcionamento dos sujeitos em tempos de inovação frenética, in: **Anais do Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental**, 2. Belém: 2006, s/p.

FREUD, S. (1920) Mais além do princípio do prazer, in: **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1987.

KEHL, M. R. (1996) Você decide... e Freud explica, in: CHALHUB, S. (Org.) **Psicanálise e o contemporâneo**. Belo Horizonte: Cespuc, 1996.

_____. (2002) Visibilidade e espetáculo, in: **Anais do Tercer Encuentro Latinoamericano de los Estados Generales del Psicoanálisis**, 3, Buenos Aires: Estados gerais da Psicanálise, 2002. Disponível em <http://www.estadosgerais.org/terceiro_encontro/kehl-espectaculo.shtml>. Acesso em 12 dez. 2005.

_____. (2004) O espetáculo como meio de subjetivação, in: BUCCI, E.; KEHL, M.R. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 42-62.

LACAN, J. (1969-70) **O seminário, livro 17**. O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LAURENT, E. (s/d) Como recompor os Nomes-do-Pai, in: **Revista Curinga**, Belo Horizonte, n. 20, p. 17-26, nov. 2004.

LAURENT, É.; MILLER, J.-A. (1996-97) O Outro que não existe e seus comitês de ética. **Revista Curinga**, Belo Horizonte, n. 12, p. 4-18, set.1998.

MATTOS, C.P. (2004) Apresentação, in: Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise - MG, 9, Belo Horizonte, 2004. **Trabalhos para a conversação**. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 2004, p. 3-4.

MATTOS, S. Vigiar e prevenir: ensaio sobre a regulamentação perpétua, in: **Revista Curinga**, n. 20, nov. 2004, p. 09-15.

SOLER, C. (1998) O sintoma na civilização (o psicanalista e as latusas) in: **Revista Curinga**, Belo Horizonte, n. 11, abr. 1998, p. 164-174.

SOUTO, S.O. (2004) O futuro de uma desilusão in: Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise - MG, 9, Belo Horizonte, 2004. **Boletim online**. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 2004.

STEVENS, A. (1999) Campo de concentração, mercado comum e segregação, in: **Revista Latusa**, Rio de Janeiro: EBP-RJ, n.3, abr. 1999, p. 13-19.

TARRAB, M. Mais além do consumo: Parte I – a maldição do sexo e a época, in: **Revista Curinga**, Belo Horizonte, n. 20, nov. 2004, p. 55-69.

VALAS, P. (2001) **As dimensões do gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VIEIRA, M.A. (2004) A (hiper)modernidade lacaniana in: **Revista Latusa**, Rio de Janeiro, n. 9, out. 2004, p. 69-81.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência in: **Revista Tempo Social**, São Paulo, vol. 1, n. 9, mai. 1997, p. 5-41.

**Recebido em 15/12/2009; Aprovado em: 21/02/2010.
Received in 12/15/2009; Accepted in 02/21/2009.**

O ANALISTA NA CIDADE: IMPASSES E ENLACES ENTRE PSICANÁLISE PURA E PSICANÁLISE APLICADA***THE ANALYST IN THE CITY: IMPASSES AND LINKAGES BETWEEN PURE PSYCHOANALYSIS AND APPLIED PSYCHOANALYSIS*****Douglas Nunes Abreu**

Psicanalista

Doutorando em Teoria Psicanalítica (UFRJ)

Membro Diretor de Ensino e Pesquisa do ISEPOL/Sephora

Professor do Curso de Especialização em Psicanálise: Subjetividade e cultura (UFJF)

Coordenador de Saúde Mental e de CAPS

Diretor Técnico do CAIA, COOPSAM e CasaViva

dnabreu@uol.com.br**Resumo**

O presente artigo recolhe na experiência do autor algumas indicações acerca dos impasses entre a psicanálise e a presença do analista no campo da saúde mental, tecendo os enlaces entre a psicanálise pura e a psicanálise aplicada. O modelo topológico da banda de Moebius é proposto como estrutura que comporta a doutrina da psicanálise e sua prática, tendo no corte operado pelo ato psicanalítico a emergência contingencial do caso único. Argumentamos a favor da retomada da política de formação do analista, em detrimento do foco nos dispositivos, como orientação para o saber fazer do psicanalista na cidade.

Palavras-chave: psicanálise pura e aplicada, saúde mental, banda de Moebius, ato psicanalítico, formação do analista.

Abstract

This paper outlines in the author's experience some indication around the impasse between psychoanalysis and the analyst's presence in the mental health field, creating linkages between pure psychoanalysis and applied psychoanalysis. The topological model of the Moebius band is proposed as a structure that embraces the doctrine and the psychoanalysis practice, existing in the cut operated by the psychoanalytical action the emergency contingency of the single case. We argue in favor of the analyst's development policy resumption instead of focusing on devices such as guidance for the analyst's know-how in the city.

Key Words: pure psychoanalysis, applied psychoanalysis, mental health, Moebius band, psychoanalytic action, analyst's development.

“Não se pode falar senão de sua própria experiência” (Coelho dos Santos, 2009/2009, p.83). Esse aforismo, que introduz a intervenção de Tania Coelho dos Santos sobre a afinidade de estrutura entre a produção de uma tese de doutorado em psicanálise e a experiência analítica do pesquisador, marca a lógica deste artigo. Não é nossa intenção desenvolver proposta tão particular à autora em questão, muito menos articular nossa pesquisa ao inacabado percurso enquanto analisando. O que nos cabe aqui é expor, a partir de nossa experiência e de nossas incidências na polis, os impasses do encontro da psicanálise com o campo da saúde mental¹ para, ao final, sustentar a tese do entrelaçamento moebiano entre a psicanálise pura e a psicanálise aplicada, o ato analítico em função de corte, como vias de propor a inserção do psicanalista na cidade.

Entusiasmo é o termo que destacamos para apresentar nosso percurso como analista na cidade. A orientação psicanalítica norteou nossas primeiras experiências de trabalho em instituições de saúde mental. Primeiro no CAPS² e, em seguida, em uma ONG³ voltada ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Abreu, 2008/2008). Um texto serviu de referência para incidência analítica nessas instituições: O analista cidadão (Laurent, 1999/1999). O termo proposto por Éric Laurent foi interpretado por nós, em certa medida, como um ideal da práxis psicanalítica na polis, incorporando uma crítica à posição dos analistas ocupados, em sua maioria, da psicanálise em consultório particular, standard. Naquele momento, um sentimento de reconhecimento e inserção de nossa prática, enquanto analista em prol da cidade, encheu-nos de entusiasmo, estabelecendo uma cisão entre psicanálise aplicada e psicanálise pura.

Na condição de docente do Curso de Pós-Graduação em Psicanálise: Subjetividade e Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e de responsável pela orientação de monografias de conclusão de curso na linha de pesquisa Psicanálise e Cidade, acolhemos projetos monográficos com temas relativos à intervenção do psicanalista nas mais diversas instituições públicas: educacionais, prisionais, de saúde mental, de saúde coletiva, de assistência social, dentre outras. Os proponentes constituíam-se de jovens trabalhadores decididos quanto à escolha pela psicanálise como orientação de sua práxis em empregos recém adquiridos. As indagações acerca do fazer do psicanalista se apresentavam em cada encontro de orientação monográfica, como nas aulas teóricas do curso, demonstrando o crescente interesse por produções acadêmicas e de demandas clínicas em psicanálise aplicada. O entusiasmo, ali, expresso pode ser representado na intervenção de um discente que trabalha em instituição pública de saúde mental: “Estou muito feliz por poder ser um psicanalista útil ao social, por poder contribuir para a cidade. Eu sempre quis ser psicanalista, mas não queria ficar apenas no meu consultório particular, queria trabalhar também no serviço público, na saúde mental, com as pessoas carentes que precisam de nós.”

Esse relato, ingênuo, representa o entusiasmo inesperado que parece ter ganhado força entre os analistas que passaram a preocupar-se com a utilidade pública da psicanálise (Laurent, 2007/2007). Jacques-Alain Miller

desenvolveu o tema do entusiasmo por ocasião de uma série de entrevistas que visavam à avaliação dos efeitos da implantação dos CPCT's (Centros psicanalíticos de consulta e tratamento)⁴ e das instituições de psicanálise aplicada ligadas às Escolas do Campo Freudiano destinadas, originalmente em caráter de pesquisa, a oferecer gratuitamente, ou por subvenção social, o dispositivo psicanalítico a populações de pouco acesso ao tratamento tradicional. Esse texto alerta para o "entusiasmo inesperado" que tomou conta dos analistas, instalando-se o que foi denominado de "nova aliança com o tempo presente", como se finalmente o psicanalista tivesse encontrado seu lugar no mundo. Nas últimas décadas, o número de analistas intervindo em instituições públicas orientadas pela psicanálise aplicada sofreu uma grande expansão, configurando praticamente uma epidemia (Miller, 2007/2008). Em contrapartida, o interesse pela psicanálise pura perdeu seu lugar, ficando a política do passe e a formação do psicanalista relegadas a um segundo plano.

A ampliação do interesse pela psicanálise aplicada é correlata à voz imperativa das políticas de controle pelo estado sobre as práticas psi⁵, onde um dos "impossíveis freudianos" – psicanalisar⁶ – ganha nova roupagem em tempos de política do bem-estar, welfare. Os analistas não ficaram imunes aos discursos predominantes na atualidade anunciados por Lacan num programa de televisão em 1973, a saber, o discurso do capitalista e o discurso da ciência (Lacan, 1973a/2003). O primeiro subverte o discurso do mestre e engendra a lógica do consumo. O segundo, cuja estrutura se aproxima do discurso da histórica, também o subverte através do utilitarismo e do pragmatismo opaco de estatísticas acéfalas que determinam a palavra de ordem para o campo psicanalítico – curem! Trata-se da era das avaliações (Miller, 2008/2008; Miller et Milner, 2006/2006).

Esta impostura conduziu o analista cada vez mais para fora de sua política - a política do sintoma (Lacan, 1969-1970/1992). A psicanálise localiza a verdade, sempre mentirosa, como efeito de uma experiência, decorrente dos traços mais singulares do caso clínico. Aposta no ineditismo constante do ato analítico e toma como índice de final da análise a satisfação pulsional presente no gozo autista do sintoma⁷. A política dos resultados terapêuticos proporciona, ao contrário, homogeneização sintomática, padronização das terapêuticas e, conseqüentemente, dos resultados esperados, sempre prêt-à-porter.

Jacques-Alain Miller aponta que o destino da psicanálise na atualidade aproxima-se do da poesia, estando as duas doentes.⁸ Efeito da contemporaneidade, que ele denomina de "Megera Modernidade". Megera é uma Deusa violenta, uma Erínia, que tem aversão pela falha, pelo furo, acusando aos gritos dia e noite a insuportabilidade diante dos equívocos que a contingência emana. Para Miller, a "Megera Modernidade" é uma nova inquisição aos poetas, ou do que resta deles, faz o mesmo com os psicanalistas, diz-nos (Miller, 2003/2005). Recentemente um representante da TCC⁹ anunciou, em alto e bom tom, durante um congresso que "sua modalidade terapêutica vinha sendo muito bem aceita no mercado". É o que a ciência pede aos psicanalistas na sociedade do consumo: uma utilidade direta visando resultados garantidos e imediatos, reabilitando o sujeito aos auspícios do discurso do mestre contemporâneo. A psicanálise como

fenômeno da civilização vem sendo calibrada em função de seus resultados terapêuticos, psicanálise voltada aos seus fins limpos, fins de utilidade e governança (Miller, 2008-2009). A base de sustentação da interferência do modo de funcionamento contemporâneo na psicanálise pode ser localizada nas ações do Estado que atrelam a psicanálise à saúde mental, como observa Milner ao comentar a emenda Accoyer (Miller et Milner, 2006/2006). Entretanto, esses são campos distintos, cujo encontro faz emergir impasses essenciais para nossa argumentação sobre os possíveis enlaces entre a psicanálise pura e a aplicada.

Para Luiz Tundanca (2006/2006) existe uma diferenciação entre espaço, lugar e campo. O primeiro se define como sítio/terra, espaço de cada um, das lutas e disputas, prevendo operações de exclusão e substituição, não definindo para o sujeito o seu lugar no mundo. Já lugar estaria ligado ao social e ao político, diz respeito ao múltiplo, aos laços e leis que localizam um sujeito na coletividade. Finalmente campo representa, para esse autor, intercessão e conflito no encontro do um com múltiplo. A saúde mental tem como espaços as instituições públicas ou privadas (mesmo assim regidas pelo público), tais como CAPS, Hospitais, Clínicas, PSF, Residências Terapêuticas, dentre tantas outras organizações institucionais de acolhimento e tratamento que funcionam como dispositivos de localização. Como referentes de lugar, baseiam-se em Leis, Portarias, Conselhos de Classe, dentre outros mecanismos de identificação. Quanto à definição de campo, podemos definir como política do ajustamento. Ao contrário, a psicanálise traz como espaço a fala e a linguagem, como lugar a dinâmica transferencial e como campo a política do sinthoma, perspectiva ética da psicanálise. Para Lacan, o inconsciente é a política e dele decorre a estrutura lógica que na sua face dupla acrescenta saber ao real e faz incidir a psicanálise na política (Lacan, 1966-1967; 1969-1970/1992).

Quanto aos operadores destes dois campos, encontramos a distinção em Jacques Lacan no texto "Televisão" (1973a/2003). Ele coloca em planos distintos os trabalhadores de saúde mental e os psicanalistas. Afirma que os trabalhadores de saúde mental, ao se dedicarem ao suposto aguentar as misérias do mundo, adentravam ao discurso que os condicionava fazendo referência à subversão do discurso do mestre em sua vertente capitalista, colaborando para a manutenção do status quo. Caberia ao psicanalista uma posição de denúncia do atrelamento deste discurso ao discurso da ciência na contemporaneidade e de seus efeitos na vida (Lacan, 1973a/2003). Com Lacan, Jacques-Alain Miller é categórico em afirmar que o psicanalista não é um trabalhador de saúde mental, ou seja, um agente contra a perturbação da ordem pública (Miller, 1989/1997). As concepções de saúde para a saúde mental e para a psicanálise também são distintas. A concepção da primeira tem como objetivo reintegrar o indivíduo à comunidade social.

Se existem normas biológicas, é porque a vida, sendo não apenas submissão ao meio, mas também instituição de seu meio próprio, estabelece, por isso mesmo, valores, não apenas no meio, mas também no próprio organismo. É o que chamamos normatividade biológica (Canguilhem, 1966/2009, p.175).

A saúde mental acredita na lógica do todo (A), ficando implícita a noção de responsabilidade social (reabilitação do psico-ao-social): ideal de sujeito

para o qual o real cessaria de ser insuportável. Gozar de boa saúde mental é poder andar pelas ruas sem ser atropelado no caótico sistema de trânsito atual, sair de casa e depois voltar sem perder-se no emaranhado contemporâneo das grandes cidades, saber utilizar corretamente a medicação prescrita pelo médico e engordar as estatísticas que indicam boa qualidade de vida (Miller, 1999/1999). Esse ponto de partida só faz a erupção maciça dos distúrbios e maus funcionamentos mentais. Basta conferir a crescente demanda de atenção à saúde mental pelas antigas e novas manifestações – transtornos alimentares, toxicomanias, depressões, etc. O critério da saúde mental é o conceito de adaptação: resposta universal ao mal-estar na civilização, balizada pelos manuais de psiquiatria – DSM-4/CID-10.

Para a psicanálise não existe saúde mental, visto que ela parte da lógica do não todo (A) e engendra a noção de responsabilidade sexual. Lacan chegou a afirmar que todo mundo é louco, delirante (Lacan, 1978/1978, p.278). “A fórmula todo mundo é louco é um princípio, que afirma ser radical a inadequação do real e do mental [...]. Ao contrário do que o otimismo governamental professa, não há saúde mental” (Miller, 2008-2009). O que interessa ao campo da psicanálise são as modalidades de resposta ao real (em sua vertente estrutural, tipológica e de modo de gozar). Diante da impossibilidade da representação de um saber verdadeiro sobre a sexualidade humana, cabe a cada sujeito localizar a verdade mentirosa, o meio-dizer, único, singular, delirante e herege, de cada caso único. Assim, falar em saúde mental torna-se cômico só podendo vir a ser tomada pela via da inserção social, vertente que nos aproxima do campo das psicoterapias (Miller, 1989/1997).

Lacan afirmava o risco que nossa ação comporta: de aperfeiçoar este laço, de nossa posição ser utilizada a serviço do mestre contemporâneo quando articulada à função terapêutica (Lacan, 1973a/2003). A orientação da psicanálise é inversa às psicoterapias, toma seu discurso ao avesso, pois não sustenta a via do ideal, da norma e do ajustamento, mesmo que sua prática oriente uma terapêutica. É contrária à sugestão ou ao sentido, visa o gozo e a fantasia, toca o campo das pulsões e se dirige ao real (Abreu, 2007/2007). Jacques-Alain Miller, a partir do grafo do desejo que Lacan trabalha no texto “Subversão do sujeito e a dialética do desejo” (1960/1998), localiza as psicoterapias no andar inferior do grafo e a psicanálise no andar superior, inaugurado pelo desejo do analista que situa a causa do desejo diante da castração (Miller, 2001/2001). Em “Variantes do tratamento padrão” (1955/1998), Lacan lembra que a psicanálise não é uma terapêutica como as outras sustentando que as variações de seu uso não implicam variação em sua ética, alertando, com Sigmund Freud (1915), para o risco do furor sanandi, definindo aqui o analista a partir de seu ato (Lacan, 1955/1998).

O termo ato analítico tem a força de ser aquele que concerne ao fazer do psicanalista, ao seu saber fazer¹⁰, indo além da nomeação da função, além do estabelecimento da sessão, seja aos moldes da psicanálise pura ou aplicada, no consultório ou na instituição, só ou entre vários. Entendemos, com Lacan, que o ato analítico é uma ação que dispensa a prescrição, deslocando a questão dos standards, do setting ou dos dispositivos de

atenção (Lacan, 1967/2003). Como Miller aponta, não depende do terreno nem da natureza da clientela, mas da experiência da qual ele se engajou, prevalecendo os termos lacanianos de ato analítico, discurso analítico e o final de análise como referência para pensar a psicanálise como instalação portátil e o analista como objeto nômade, permitindo localizar sua práxis no campo institucional (Miller, 2008/2008). Retomaremos esse tema mais adiante. Por hora, vamos localizar o percurso desta discussão.

Desde Freud, os temas do futuro da psicanálise e da sua aplicabilidade foram do campo original de sua invenção, que se encontram presentes em várias passagens, como nos textos: "As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica" (1910/1996), "Linhas de Progresso da Terapia Psicanalítica" (1918/1996) e "Conferência XXXIV – Explicações, aplicações e orientações" (1932/1996). Diante da preocupação da função da psicanálise frente ao progresso científico, Freud aponta para os benefícios que o avanço da aplicabilidade da psicanálise poderia proporcionar em pessoas na condição de desamparo intenso, para a massa da população e camadas sociais em condições de alta vulnerabilidade, indicando ainda que o progresso da teoria psicanalítica faria surgir instituições onde o analista estaria presente em sua prática clínica. Freud antecipava a cautela necessária diante do amplo processo, que seria inaugurado, de revisão da técnica psicanalítica, a fim de adaptá-la às novas condições e demandas para não fundirmos o ouro da regra fundamental, a associação livre, com o cobre da sugestão direta. Não hesitou também em afirmar que os ingredientes mais efetivos e importantes continuariam a ser fornecidos a partir da psicanálise estrita.

Jacques Lacan sempre dirigiu o seu ensino à formação de analistas (Lacan, 1964/1985). Quando funda sua própria Escola, divide-a em duas seções: seção de psicanálise pura e seção de psicanálise aplicada.¹¹ A primeira se ocupa da formação de analistas na doutrina da psicanálise. Comporta a psicanálise didática, ou seja, aquela conduzida ao seu fim a partir do desejo do analista. Visa ao estudo e à pesquisa dos conceitos psicanalíticos, à supervisão dos analistas em formação e à crítica interna de sua práxis. Mais que uma terapêutica, a psicanálise pura é da ordem de um engajamento na responsabilidade que a função de analista comporta, psicanálise em intenção. A seção de psicanálise aplicada se relaciona diretamente com a clínica e a terapêutica, procurando estabelecer articulações entre as estruturas conceituais e os termos categóricos aos resultados e indicações terapêuticas, ou seja, em extensão, sua presentificação no mundo (Lacan, 1971/2003; 1967/2003). Lacan opera uma cisão, um corte, no seio de sua própria escola. Esse estado de fenda gera uma compreensão equivocada do campo psicanalítico que desentrelaça as duas formas de psicanálise, fazendo oscilar o entusiasmo dos analistas: ora avivados pela sua incidência aplicada nas instituições, ora dedicados na trajetória pura do caminho do passe.

A título de ilustração destacamos dois momentos recentes da história psicanalítica extraídos de dois seminários de Jacques-Alain Miller: Um esforço de poesia (2002-2003) e Coisas de fineza em psicanálise (2008-2009). No primeiro, Miller convoca os analistas para criar instituições de tratamento psicanalítico na cidade fazendo frente, a partir de sua ética, ao avanço esmagador das teorias contemporâneas sobre a subjetividade

humana. Um esforço de poesia, de aposta no sujeito do desejo (Miller, 2003/2005). Cinco anos depois foi o momento de intervenção inversa, rebatendo firmemente o avanço inesperado da psicanálise aplicada desarticulado da política do passe e da formação do analista. Talvez este constante apelo ao timoneiro, ao condutor do barco, que hora navega para a psicanálise aplicada, ora para a psicanálise pura, deve ser motivado, supomos, pela distância dos analistas do ensino de Sigmund Freud e Jacques Lacan. A expressão "retorno a Lacan", utilizada por Miller (2008-2009), faz coro com a expressão "retorno a Freud" tantas vezes utilizada por Lacan. Sigmund Freud, em 1925, alertava sobre a importância de se levar às últimas consequências a teoria psicanalítica sobre a vida sexual infantil como eixo condutor de uma análise (Freud, 1925a/1996) e Jacques Lacan observava que a função principal da psicanálise é a produção de analistas (Lacan, 1971/2003), chegando a afirmar que não há outra psicanálise senão a psicanálise pura (Lacan 1964/1985). Propomos, como saída para o impasse entre a psicanálise pura e a psicanálise aplicada, um retorno a lógica estrutural proposta por Lacan.

Para ele, o sujeito do qual a psicanálise se ocupa é o sujeito da ciência, mesmo que isto represente certo paradoxo, solucionável a partir de sua noção de estrutura (Lacan, 1966/1998). Essa concepção permitiu a aproximação da psicanálise ao campo das ciências, ao mesmo tempo em que marcou de forma particular essa corrente de pensamento e o campo científico de forma geral. Se o estruturalismo expõe os objetos em rede, descrevendo o agenciamento dos elementos, isolando produtos e efeitos, desconsiderando subjetividade e temporalidade e neutralizando a causa para permitir a generalização de uma operação, o estruturalismo lacaniano, ao apresentar como objeto as experiências do psiquismo humano, reintroduz o singular de cada caso e localiza de forma particular a experiência subjetiva na lógica estrutural. A proposição de Jacques-Alain Miller diz que o engendramento da estrutura passa por uma ação que podemos dividir em estruturante e estruturada. A primeira localiza-se no plano real, ou seja, da percepção da experiência, e constitui seu estado. A segunda, no plano virtual, opera uma dedução a partir do vivido constituído como um saber necessário. O plano real modifica e constitui o plano virtual, que retroage no plano real. Uma ação que passa da descrição ao conhecimento, um movimento em continuidade, onde o contingente aparelha o necessário e vice-versa (Miller, 1964/1996).

No texto "Função e campo da fala e da linguagem" (1953/1998), também conhecido como "Relatório de Roma", Lacan marca seu retorno ao ensino de Sigmund Freud a partir da lógica matemática, norte para a formalização de um rigor científico necessário à psicanálise. Em mais de trinta anos de transmissão, os matemas, os grafos, os esquemas e os nós serviram de artifícios para elaborações conceituais. A preocupação de Lacan com o estatuto científico da psicanálise, que ele considerava como vocação, é apresentada, em 1966, a partir da estrutura topológica da Banda de Moebius¹². Este espaço lógico permite uma relação de continuidade entre o avesso e o direito podendo localizar saber e verdade numa mesma estrutura (1966/1998).

Na aula de 16 de maio de 1962 (Lacan, 1961-1962), utiliza o exemplo da formiga que, colocada em um dos lados da Banda, caminha em frente. Sem que seja percebida uma descontinuidade na superfície fronteiriça, a formiga atinge o ponto de partida pelo outro lado da banda, podendo retornar ao ponto inicial ao realizar outra volta. Ao caminhar infinitamente nesse movimento de torção que a Banda comporta, forma-se uma estrutura que permite articular saber e verdade. Um saber que localiza a verdade em seu avesso; verdade que, como causa, a ciência recusa saber.

Para reintroduzir o Nome-do-Pai na consideração científica, ou seja, para estabelecer a verdade enquanto causa para o sujeito, é o fazer princeps do analista que toma a cena: o ato analítico, cuja expressão máxima é a interpretação. Essa, para Lacan já em 1967, encontra-se em decadência, articulando de forma deficiente praxis/teoresis (Lacan, 1966-1967). A ação do psicanalista introduz uma inscrição de verdade (Lacan, 1957), tal como o neologismo que Lacan utilizou no seminário de 19 de abril de 1977, variedade, indicando a variedade das verdades singulares. Nele, Lacan aponta a variedade do sintoma enquanto tentativa de produção de verdade sobre a não relação sexual, uma verdade sempre do particular de cada caso, um saber fazer com o real, sendo toda verdade um projeto particular (Miller, 1998/1998). A intervenção do analista, seu saber fazer, realiza um corte na banda, restituindo avesso e direito e localizando a causa do desejo, num movimento de "decifração-cifração", estabelecendo um laço inédito entre o saber e verdade própria, doxa verdadeira (Lacan, 1973b/2003; 1972/2003). Nesta perspectiva, a psicanálise aplicada não deve ser entendida apenas como a psicanálise na instituição ou fora do setting. Partindo da noção da ação da estrutura em duas ações, estruturada e estruturante, temos um enlace topológico entre a psicanálise pura e a psicanálise aplicada, numa estrutura moebiana, cabendo ao analista diante de seu saber fazer articular o particular de cada caso em nossa praxis com o campo da teoresis, contribuindo para o avanço das pesquisas e da presença da psicanálise na civilização.

O tema dos dispositivos, tão presente nos debates sobre psicanálise aplicada, ganha outro contorno em nossa proposta. Se seguirmos a definição de Gilles Deleuze (1990/1996), que propõe que um dispositivo é uma máquina de fazer ver e de fazer falar, os dispositivos adquirem, para nós, o estatuto de meio, pelo qual trilhamos para atingir nosso fim. Aos moldes do divã, do tempo e do dinheiro no setting clássico freudiano, os dispositivos contemporâneos presentes na prática lacaniana, tais como a apresentação de pacientes, a conversação, o cartel e, porque não, o passe são mecanismos de disparo. Disparo de um dizer que localiza o enganche singular de cada caso no laço social.

Para finalizar, gostaríamos de retomar o termo "entusiasmo". Nós o fazemos pela "Nota italiana" (1973c/2003), onde Lacan articula o entusiasmo com o desejo de ocupar um lugar de semblante no discurso que lhe é próprio, como causa, para engajar o analisando diante da verdade que só se sustenta ex-sistindo ao campo do Outro (Lacan, 1973c/2003). Nesta mudança de perspectiva há um deslocamento. O entusiasmo ligado ao amor transferencial estabelece-se como transferência de trabalho. Trata-se da passagem do entusiasmo como relativo às causas sociais ou aos efeitos

curativos ao entusiasmo enquanto possibilidade de exposições inéditas sobre o saber-fazer com o real (Coelho dos Santos, 2009/2009).

A difusão do discurso psicanalítico segue a radicalização das ideologias individualistas que contribuíram para absolutizar o direito ao gozo, empobrecendo as obrigações que sedimentam os laços sociais. O homem contemporâneo assemelha-se ao analista contemporâneo, desbussolado e sem qualidades, empobrecido quanto à transmissão da psicanálise (Miller, 2004/2009; Miller et Laurent, 1997/1997). Lembremos o famoso tripé: experiência enquanto analisando, conhecimento teórico e supervisão de sua prática, eixos que podem orientar a psicanálise aplicada em tempos dos comitês de ética (Miller et Laurent, 1997/1997). A intervenção do psicanalista na cidade exige uma retomada da política de formação do analista. Sua incidência política deve ser norteadada pelos princípios da psicanálise pura, contribuindo para o avanço das pesquisas sobre a técnica, dispositivos, finalidades de uma análise e seus possíveis finais (Coelho dos Santos, 2008/2008).

Notas:

- * Este texto faz parte da minha pesquisa de doutoramento em Teoria Psicanalítica, na UFRJ, sob orientação da Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos.
- 1. O termo "saúde mental" neste artigo deve ser entendido como campo de intervenção sobre o mal viver, termo utilizado por Jean-Claude Milner no livro "Você quer mesmo ser avaliado? Entrevistas sobre uma máquina de impostura" (2006). Este campo compreende as instituições, públicas ou privadas, onde o analista se faz presente em sua prática na cidade.
- 2. CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, serviço de saúde mental público da rede SUS, localizado em Santos Dumont – MG, município próximo a Juiz de Fora - MG, no qual trabalho desde 2000 e ocupo a Coordenação da Instituição e da Saúde Mental desde junho de 2006.
- 3. CAIA – Centro de Acolhimento a Infância e a Adolescência, organização não governamental do município de Juiz de Fora - MG, conveniada com a rede SUS e rede SUAS, da qual ocupo a Direção desde 2003.
- 4. Ver: HORNE, Bernardino. O que é um CPCT?, in Escola Brasileira de Psicanálise. Revista Correio. EBP: São Paulo, n. 60, 2008, p.53-56.
- 5. Em 08 de outubro de 2003 foi aprovada por unanimidade emenda parlamentar que regulamenta as profissões que concernem aos tratamentos psíquicos pelo Congresso Francês – Emenda Accoyer. No Brasil tramita no Senado Federal o projeto de Lei nº 7.703/06, conhecida como Lei do Ato Médico, que visa regulamentar a Resolução 1.627/01 do CFM, estabelecendo que atividades relacionadas à saúde como diagnósticos ou tratamento passam a ser de exclusiva competência do médico. Ficam assim afetadas ou subordinadas ao médico várias profissões da área da saúde,

incluindo as práticas *psi*. Crescem no Brasil, como no resto do mundo, iniciativas de regulamentação da psicanálise, bem como portarias e manuais de orientação terapêutica governamentais para determinadas afecções, especialmente decorrentes do uso de substâncias químicas, com referências diretas às práticas psicoterápicas cognitivo-comportamentais.

6. Ver FREUD, 1925, p. 307; 1937, p. 265.
7. Anotações de relato proferido por Tania Coelho dos Santos em sua recente intervenção no Congresso da AMP 2010 em Paris-FR, "Dictature de l'homogénéité ou droit à la jouissance autistique du sinthome". Inédito.
8. "Quando você quiser fazer uma grande e bela obra, um livro, enfim, poderá colocar nele os seus pensamentos, sua alma, amá-lo, defendê-lo; mas artigos, lidos hoje e amanhã esquecidos, esses não valem a meus olhos senão aquilo que por eles nos pagam... Para conseguir encontrar-lhe defeitos, a crítica foi obrigada a inventar teorias com o propósito de distinguir duas literaturas: a que se entrega às idéias e a que recorre às imagens... O romance, que requer sentimentos, estilo e imagens, é a maior das criações modernas... Por isso, é o romance muito superior à discussão fria e matemática, à seca análise do século XVIII... pois bem, faça um esforço de poesia." (Balzac, 1843/1978, p.20)
9. Terapia cognitivo-comportamental.
10. No *Seminário 23: o sintoma* (1975-76), Lacan define o termo *savoir-faire* como "a arte, o artifício, o que dá à arte da qual se é capaz um valor notável" (p. 59) Quando perguntado se a psicanálise seria um *sinthoma* (com *th* – grafia que redefine o sintoma de puro mal-estar para localização do sujeito no laço social), Lacan responde que não. Afirma que a psicanálise é uma prática cuja eficácia visa o enganche do sujeito na sua própria história e ao campo do Outro, mas afirma por extensão, que o psicanalista é um *sinthoma* (p.131) na medida em que sua decisão quanto a se colocar como causa para o analisando redefine sua posição na vida.
11. Lacan a divide em três seções, sendo a terceira chamada de "Recenseamento do Campo Freudiano" que se ocupa de publicação e divulgação dos temas de interesse da Escola. Para nosso estudo, interessa apenas as duas primeiras divisões por causa da sua relação direta com a prática clínica.
12. Espaço lógico obtido pela torção de uma fita em meia volta, fazendo a seguir, a união com a outra extremidade. Apresenta como característica principal ser não orientável. Ver Granon-Lafont, 1990, p. 26.

Referências bibliográficas

ABREU, Douglas Nunes. (2007) Psicoterapia, Psicanálise pura e Psicanálise aplicada, in **Revista CES** – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Juiz de Fora (MG), on-line, vol. 21, 2007. p. 211-22. Disponível em <http://www.cesjf.br/cesjf/revistas/cesrevista/edicoes/2007/psicoterapia.pdf> - acesso em 17/07/2009.

_____. (2008) A prática entre vários: a psicanálise na instituição de saúde mental, in **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia da UERJ**, Rio de Janeiro, on-line, Ano 8, Nº 1, 2008, p. 74-82. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v8n1/artigos/html/v8n1a08.htm> - acesso em 17/07/2009.

BALZAC, Honoré de. (1943) **Ilusões Perdidas**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CANGUILHEM, George. (1966) **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

COELHO dos SANTOS, Tania. (2008) Sobre os finais de análise: sexuação e invenção, in: **Tempo Psicanalítico** – Revista de Psicanálise. Rio de Janeiro: v.40.1, 2008, p.105-20.

_____. (2009) Do saber exposto ao saber suposto e retorno: ensino, pesquisa e transmissão da psicanálise, in: EBP. **Opção Lacaniana**, Revista Brasileira de Psicanálise. São Paulo: Eolia, n. 54, 2009, p.83-93.

DELEUZE, Gilles. (1990) O que é um dispositivo?, in: **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996.

FREUD, S. **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1910) As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. Vol. XI, p.147-56.

_____. (1915) Observações sobre o amor transferencial: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III. Vol. XII, p.175-90.

_____. (1918) Linhas de progresso na terapia analítica. Vol. XVII, p.171-81.

_____. (1925a) Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. Vol. XIX, p.273-86.

_____. (1925b) Prefácio a Juventude Desorientada de Aichhorn. Vol. XIX, p.305-8.

_____. (1932) Explicações, aplicações e orientações. Vol. XXII, p.135-154.

_____. (1937) Análise terminável e interminável. Vol. XXIII, p.225-70.

GRANON-LAFONT, Jeanne. (1985) **A topologia de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LACAN, Jacques. (1953) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.238-324.

_____. (1955) Variantes do tratamento padrão, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.325-64.

_____. (1957) **O ato psicanalítico**. Inédito. Aula de 15/11/1957.

_____. (1960) Subversão do sujeito e dialética do desejo, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.807-42.

_____. (1961-62). **O Seminário, livro 9: a identificação**. Inédito.

_____. (1964) **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais em psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. (1966) A ciência e a verdade, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.869-92.

_____. (1966-67). **O Seminário, livro 14: a lógica do fantasma**. Inédito. Aula de 08/03/1967.

_____. (1967) Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola, in: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.248-64.

_____. (1967-68). **O Seminário, livro 15: o ato psicanalítico**. Inédito. Aula de 15/11/1967.

_____. (1969-70) **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1971) Ato de Fundação, in: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.235-47.

_____. (1972) O aturdido, in: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p.448-97.

_____. (1973a) Televisão, in: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.508-43.

_____. (1973b) Radiofonia, in: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.400-47.

_____. (1973c) Nota italiana, in: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.311-5.

_____. (1975-76) **O Seminário, livro 23: o sintoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (1977) **Rumo a um significante novo II** – A Variedade do Sintoma. Seminário inédito, aula de 19/04/1977. Versão não oficial disponível em: <http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/Microsoft%20Word%20-%202010.Lacan-19-04-77-variedade.pdf> - acesso em 09/04/2009.

_____. (1978) Transfert à Saint Denis?, in: **Ornicar?** Bulletin périodique du Champ Freudien, n.17/18. Paris: Lyse, 1978, p.278.

LAURENT, E. (1999) O analista cidadão, in: EBP-MG. **Curinga**. Belo Horizonte: EBP-MG, n. 13, 1999, p.12-9.

_____. (2007) Discurso de candidatura à função de Delegado Geral 2006-2008, in: **A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007, p.201-14.

MILLER, Jacques-Alain; LAURENT, Eric. (1997) L'Autre qui n'existe pas et ses comités d'éthique, in: **La Cause Freudiane**, Revue de Psychanalyse – publication de L'École de la Cause Freudienne – ACF – n.35, février, 1997, p. 07-20.

MILLER, Jacques-Alain. (1964) Ação da Estrutura, in: **Matemas I**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p.09-23.

_____. (1989) Patologia da ética, in: **Lacan elucidado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p.329-86.

_____. (1998) **O Rouxinol de Lacan**. Disponível em http://ea.eol.org.ar/03/pt/textos/txt/pdf/el_ruisenor.pdf - acesso em 09/04/2009.

_____. (1999) Saúde mental e a ordem pública, in: EBP-MG. **Curinga**. Belo Horizonte: EBP/MG, n. 13, 1999, p.21-31.

_____. (2001) Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia, in: **Revista Phoenix**. Curitiba: Escola Brasileira de Psicanálise – Delegação Paraná, n. 3, 2001, p. 09-43.

_____. (2002-03) **Um esforço de poesia**. Seminário de Orientação Lacaniana. Inédito. Aula de 29/01/2003.

_____. (2003) Megera Modernidade, in: **O sobrinho de Lacan**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p.108-24.

_____. (2004). A era do homem sem qualidades, in: **aSEPHallus**, n. 1. Aulas de 14 e 21/01 e 04/02/2004, de Orientação Lacaniana III, 6, curso ministrado no quadro do Departamento de Psicanálise de Paris VIII e da Seção Clínica de Paris Saint Denis. Disponível em http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_01/traducao.htm - acesso em 20/07/2009.

Recebido em 23/05/2009; Aceito em 04/05/2009.
Received in 05/23/2009; Accepted in 05/04/2009.

DEPRESSÃO OU ANGÚSTIA? EMBARAÇOS DO DESEJO EM UM PROCESSO ANALÍTICO**DEPRESSION OR ANXIETY? EMBARRASSMENTS OF DESIRE IN A PROCESS ANALYTICAL**

Andréa Máris Campos Guerra

Psicanalista
Professora do Departamento de Psicologia da UFMG
Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ) com Études Approfondies em Rennes
II (França)
Mestre em Psicologia Social (UFMG)
agurerra@uai.com.br

Resumo

Capturada pelo discurso contemporâneo acerca da depressão, analisante retoma tratamento psicanalítico em grave estado de angústia, que a paralisava. A instalação da angústia deu-se por conta do nascimento da filha, que atualiza o ponto traumático de sua inserção no desejo do Outro, tornando-o insuportável. Posicionada e identificada ao desejo materno, interpretado como desejo de morte, sua posição no laço social era equivalente à do estudante no discurso universitário: continuar a saber sempre mais. A paralisação de sua produção profissional leva-a a crer que está deprimida. A saída subjetiva que encontra opera analiticamente através do trabalho significante e do resto recolhido pela elaboração de dois sonhos, que permitem o enquadramento da fantasia e a abertura ao desejo.

Palavras-chave: angústia, depressão, psicanálise, desejo.

Abstract

Identified to the contemporary discourse about the depression, the patient takes psychoanalytic treatment in severe state of distress, which paralyzed her. The installation of the anxiety occurred due to the birth of her daughter that updates the traumatic point of its insertion in the Other's desire, making it unbearable. Positioned identified to the maternal desire, interpreted as a desire for death, its position in the social bond was equal to the position of the student in the university discourse, according to J. Lacan: continue to learn ever more. The stoppage of its production at work led her to believe that she is depressed. The analytical and subjective solution that she finds operates through the significant development and the analysis of two dreams, which allow the framework of fantasy and the overture to the desire.

Key words: anxiety, depression, psychoanalysis, desire.

Sob o semblante de depressão, a instalação da angústia na entrada em análise

O nascimento da filha: “Vejo a vida como um deserto. Sem cor. Lido com as pessoas como se as visse despidas das roupagens sociais, daquilo que elas gostariam de apresentar. É como se tivesse acesso a seu esqueleto psíquico, afetivo. Não há roupagem que disfarce o que elas são em seu cerne. É difícil caminhar, avançar; parece que estou paralisada.” O osso nu e cru do deserto do real¹ apresenta-se sem vestimentas imaginárias após o nascimento da filha da analisante.

Aparentemente deprimida, identificada com a literatura leiga sobre as depressões, ela assim se apresenta à analista. Como diz a música: “E assim vou/vou meio que indo/findo/ainda vou// Vou no meio do quando/ando, vou e ando/ no quando, no meio” (Rodrigo Guimarães). Marcando uma disjunção identificatória, a analista nomeia: é angústia.

Com o nascimento da filha, a analisante retoma sua análise no exato ponto em que outro nascimento se associava: o *nascimento* de sua irmã. Com isso, ela perdera seu lugar. De menina linda, dedicada, prendada, de *preferida* como destaque na escola e em casa, torna-se *preterida*. Episódios e lembranças infantis desse período em que se torna uma *merda* para o Outro, então, se destacam. Ela se dá conta de sua posição no laço: se cede ao Outro, é amada; se assume seu desejo, perde tudo. É um paroxismo, aponta-lhe a analista, uma prisão alternativa.

Sua posição face ao Outro: o nome da depressão é servidão

Antes da paralisação de sua vida profissional e até mesmo de sua vida afetiva, a analisante trabalhava compulsivamente, revelando sua posição diante do Outro do saber. A partir da posição de serva, sustentava com seu saber (S_2) o discurso do mestre (S_1) como verdade. Dedicava-se vorazmente à produção de conhecimento. Não havia demanda do Outro que não forjasse e em relação à qual não se sentisse igualmente na obrigação de responder. Compulsiva. Impulsiva. A paralisação de sua produção profissional levou-a a crer que estava fortemente deprimida. Mas sabemos que:

o amor à verdade é o amor a essa fragilidade cujo véu nós levantamos, é o amor ao que a verdade esconde, e que se chama castração. [...] A verdade é, a saber, a impotência. [...] O amor é dar o que não se tem, ou seja, aquilo que poderia reparar essa fraqueza original (Lacan, 1969-70, p. 49).

Se o discurso do mestre mascara a divisão do sujeito, o discurso universitário, dele originado, revela-a. Ele mostra onde o mestre pode pecar e, ao mesmo tempo, onde o discurso da ciência se ancora. “É impossível deixar de obedecer ao mandamento que está aí, no lugar do que é a verdade da ciência – *Vai, continua. Não para. Continua a saber sempre mais*” (Lacan, 1969-70, p. 98). Essa produção incessante, característica do discurso universitário, vela exatamente toda pergunta sobre a verdade –

que, nesse discurso, é ocupada pelo significante mestre S_1 , como se pode verificar no matema logo abaixo. E quem deve fazer a verdade brotar é o a , estudante. Entretanto, sabemos que o imperativo “continua a saber” faz, sozinho, a máquina funcionar. “Não há mais necessidade de que ali haja alguém” (Lacan, 1969-70, p. 99).

ESTRUTURA DOS DISCURSOS

<u>Agente</u>	→	<u>Outro</u>
Verdade	//	Produto

DISCURSO DA UNIVERSIDADE

<u>S2</u>	→	<u>a</u>
S1		S

DISCURSO DO MESTRE

<u>S1</u>	→	<u>S2</u>
S		a

A analisante, assim, operava incessantemente nessa produção. Exatamente nesse ponto, instalou-se alienada. Como serva, *estudante* – era assim que essa mulher dizia se sentir na vida e no trabalho –, colocava-se compulsivamente, melhor, compulsoriamente a trabalhar no campo das ciências para, sustentando a verdade do mestre, velar a pergunta sobre sua verdade. O efeito foi a angústia como fato incontestável do sujeito dividido pela castração (Lacan, 1962-63), que a conduziu a uma estagnação, nomeada, por ela, como depressão.

Dois sonhos: o desejo e a morte

Nessa retomada de sua análise, existe um sonho de véspera. “Estaciono meu carro numa rua proibida, na contramão e em cima da calçada. Vou, então, para uma festa. Lá os policiais entram, procurando-me pelo nome, aplicam-me uma multa e dizem-me que deverei apresentar-me ao juiz...” Lugar de julgamento, superegóico, e de mestria – o analista ocupa um lugar transferencial que parece deter o saber sobre a verdade do gozo desse sujeito. Atualiza sua posição no laço: o saber está no Outro.

O segundo sonho, efeito do trabalho sobre o significante *nascimento*, veio meses depois de intenso trabalho analítico. Antes do sonho, a analisante se dá conta de que se fez *necessária* – significante destacado pela analista – para o Outro, justificando, assim, sua existência e seus feitos a partir de uma posição de excesso. Identificada ao discurso do Outro materno quando de seu próprio *nascimento*, a analisante lembra-se da citação da mãe que lhe designou um lugar no campo do Outro. “Quando nasci, minha mãe conta que quase morremos, ela e eu. Meu pai teria, então, se ajoelhado e rezado para que as duas sobrevivessem. Nossa Senhora teria aparecido para ele e lhe concedido esse milagre.” Esse período da análise é acompanhado da sensação de morte iminente em diferentes situações de vida. E também da constatação de um *automaton*²: a analisante antecipa seu desalojamento do campo do Outro para se fazer *necessária*.

Além disso, identificada como morta ao desejo do Outro materno, a analisante, de fato, vivia plenamente seu paroxismo, impossibilitada do acesso ao desejo: ou desejava e aniquilava o Outro, passando a estar morta para ele, ou cedia ao Outro, e aniquilava a si mesma, mortificando-se em seu desejo. É um ato falho que revela essa nesga de real. Intenciona relatar que, após o nascimento da irmã, ficou como "a morta tal qual a mãe desejava em seu *nascimento*", troca, porém, a *irmã* pela *filha*. Encontro com o real traumático que atualiza a experiência original de desamparo e, posteriormente, articula seu encontro com a castração.

Vem, então, o segundo sonho. "Tive um sonho no qual estou com minha filha bebê, no colo, no alto andar de um edifício todo envidraçado, e vejo outra mãe no mesmo andar do prédio em frente, fazendo seu bebê dormir, ele também no colo. Parece haver uma grande vidraça na fachada da sala que ela ocupa. Mas, quando ela vai tocar esse vidro, talvez para fechá-lo, não há nada lá. Ela, então, desequilibra-se e cai com o bebê. Eles morrem. Nenhum grito é ouvido apesar de ela gritar. Evito que minha filha veja essa cena, pois estava exatamente levando-a para vê-los."

O duplo especular é inevitável. Ela é a mãe e o bebê, mortos e vivos. Por associação ao que lhe evoca esse sonho, a analisante diz que lê, no desejo da mãe, uma filha morta com a qual se identifica, bem como vive o mesmo temor, como mãe, de perder sua filha, identificada ao discurso do Outro. Ela condensa, assim, no sonho, um lugar duplo, especularizado com o discurso do Outro: ela é o bebê que morre e a mãe que acidentalmente o mata (no discurso). Ao mesmo tempo, é espectadora da cena fantasmática, na qualidade de sujeito dividido pelo desejo de viver. Essa divisão toma forma no sonho a partir da relação com o objeto na fantasia fundamental, que aparece através do objeto voz, na evocação muda que acena para o desejo.

Seu sintoma, o trabalho compulsivo e excessivo para se fazer necessária ao outro/Outro é de onde extraía um gozo fálico que não se sustenta mais, tal qual a parede de vidro inexistente do sonho. O anteparo ou o véu que recobria a falta de sentido articulada como exigência do outro na significação fálica não consegue mais recobri-la. O engodo imaginário desfaz-se, instalando uma crise de sentido que aparece sob a forma de angústia, tocando a estrutura formal e simbólica de seu sintoma.

Ela associa esse sonho a outro no qual sua filha se afoga num rio que transbordava, inundando a cidade. E, após a filha desaparecer sob as águas, ela consegue reencontrá-la em uma margem do rio, junto a dejetos que ali se eram depositados. Milagrosamente, consegue *salvá-la, ressuscitando-a*. Impossível não evocar a escrita da letra que Lacan propõe como litoral, entre real e simbólico, nessa imagem descrita pela analisante. A letra seria litoral entre saber e gozo, posto que separa esses dois domínios que não têm absolutamente nada em comum, nem mesmo uma relação recíproca (Lacan, 1971). A letra escreve a radicalidade da diferença de consistências entre saber (dimensão simbólica), elucubração em torno da verdade, e gozo (dimensão real), desfrute do que essa verdade tem de inacessível.

Esse sonho reitera a escrita do gozo, extraída do primeiro, e avança na localização do sujeito. No litoral, entre a terra firme e as águas, a analisante encontra sua filha aparentemente *morta*, encarnando seu gozo. E *ressuscita* a filha. Na teia da associação significante em torno desse segundo sonho,

ela evoca um quadro renascentista do primeiro milagre de Jesus – sua *ressurreição* –, que justamente sua mãe havia contemplado no Museu do Louvre, tendo ficado extasiada com a experiência. Esse êxtase era efeito de uma construção delirante, de cunho religioso, que animava a interpretação materna do quadro. “Só Jesus salva” é o que a mãe lê no quadro – assim como outrora a Virgem Maria havia salvado milagrosamente da morte filha e mãe no parto. Segundo relato da mãe, o pai havia ajoelhado aos pés da Virgem Maria, diante da iminente perda da esposa e da filha, e rogado pela vida de ambas. Seu pedido havia operado o milagre.



Figura 1 – Albrecht DURER, Escola Alemã, em torno de 1510 d.C.

Assim, entre ficar morta e atender ao outro/Outro para se fazer existir, a analisante encontra um ponto de enquadramento do gozo disperso na angústia com essa imagem da *ressurreição*, que opera na qualidade de significante. A percepção do delírio materno permite ressignificar e nomear sua inserção no campo do Outro, através da fantasia, circunscrevendo o objeto voz. O quadro, portanto, permite fixar seu ponto de angústia, a partir do enquadramento da fantasia fundamental.

Nem depressão, nem servidão: o enquadre da fantasia e a abertura ao desejo como vias de solução

A fantasia é a própria ilustração da possibilidade original do sujeito do inconsciente, que:

a linguagem lhe permite [por] considerar-se como o maquinista ou o diretor de cena da captura imaginária da qual, de outro modo, ele seria apenas a marionete viva. [...] A fantasia, em seu uso fundamental, é aquilo mediante o qual o sujeito se sustenta no nível de seu desejo evanescente (Lacan, 1958, p. 643).

O sonho e a imagem, junto aos significantes por eles evocados, permitem a essa analisante organizar-se na escrita analítica, conferindo um enquadre à dispersão que a angústia lhe suscitava.

E, se o *salvar/ser salva* referentes à *ressurreição* implicavam o pai na fantasia, isso era pela via da abertura por ele operada em relação à possibilidade de dialetização do desejo mortífero do Outro materno. Ponto de conexão entre sujeito e desejo materno, o pai, enquanto Nome-do-Pai agenciou, nesse caso, uma possibilidade desejante para esse sujeito – já que marcado pela castração – à custa de uma dívida simbólica. Essa dívida ganhava corpo na culpa superegóica que acompanhava a compulsão sintomática da analisante.

Ela, nesse ponto, passa a colocar-se questões acerca da culpa, da mortificação, da identificação com a mãe e seu discurso, e de um suposto irmão, morto em aborto espontâneo, antes de sua concepção. Suas questões abriam-lhe a via do pai e do que está para além dele: “Fui salva pelo pai. Mas o que ele me deixou de possibilidades?”

Do encontro entre a *tyché* que implicou o real no nascimento da filha e o *automaton* do gozo da repetição significativa, a analisante encontrou um tratamento para a angústia pela via do desejo. Com isso, retoma sua inscrição no laço social a partir de outra estrutura discursiva. Ela diz que já sabe que “um oásis é só um oásis, enquanto água é água – não um oásis, ainda que existam bons vinhos para se experimentar”. Autora e vítima da própria morte, ela não mais (des)culpa o Outro. Trata-se de uma primeira autorização, de um primeiro movimento subjetivo que lhe deixa como legado responder por si mesma, sustentando-se nesse laço disjunto do Outro – que começa a perder sua consistência.

Além do pai, ao mesmo tempo, o objeto voz, enquanto falta real entre sujeito e Outro presente no segundo sonho – ainda que sob a forma de uma ausência – mantém-se, naquele tempo, ainda mudo em relação a uma possível construção... Elementos de uma nova travessia que se dará, posteriormente, por conta do confronto com a inexistência do Outro e sua destituição subjetiva. Por ora, o efeito foi a perda de gozo, “alto grau de prazer” (Freud, 1919, p. 232), com o enquadramento de sua angústia, tratada pela via do desejo. Pois, como lembra a cantora-poeta Marisa Monte, “mesmo em todo deserto, há um olho de água por perto”.

Notas

1. Segundo Roudinesco e Plon (1998, p. 644-45), o real diz respeito a “termo empregado como substantivo por Jacques Lacan, introduzido em 1953 e extraído, simultaneamente, do vocabulário de filosofia e do conceito freudiano de realidade psíquica, para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível

de simbolizar". O real, o imaginário e o simbólico compõem o registro da realidade para J. Lacan, sendo o real concebido em diferentes versões ao longo de seu ensino. Aqui nós o tomamos como dimensão inapreensível pelo simbólico e irreduzível à palavra e à significação, o que deixa a analisante diante de uma situação da qual não consegue se desembaraçar, pois não a apreende. Nessa qualidade, produz efeitos sobre o corpo e sobre o gozo.

2. A noção de acaso em psicanálise ganha formalização conceitual com J. Lacan através de uma teorização da repetição, sob a égide dos conceitos de *tyche* e *automaton* – extraídos da teoria da causalidade da filosofia aristotélica. Eles se associam às noções freudianas de compulsão à repetição e de pulsão de morte, revelando uma determinação que se estabelece na relação com o real. Enquanto *tyche* pode ser definida como "encontro do real" (Lacan, 1964, p. 56) – ponto obscuro em que a palavra não consegue domesticar o gozo –, *automaton* diz respeito à repetição enquanto retorno significativo – "insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer" (Lacan, 1964, p. 56). Assim, enquanto *tyche* indica uma repetição orientada pelo real faltoso, *automaton* diz respeito à repetição significativa.

Referências bibliográficas

FREUD, Sigmund. (1919) Uma criança é espancada: Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais, in **Edição Standart Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XVII, pp. 221-253.

LACAN, Jacques. (1958) A direção do tratamento e os princípios de seu poder, in **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 591-652.

_____. (1962-63) **Le séminaire, livre X: L'angoisse**. Paris: Seuil, 2004.

_____. (1964) **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1969-70) **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1971) Lituraterra, in **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 15-25.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. (1998) **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em 20/01/2010; aceito em 10/02/2010.
Received in 01/20/2010, accepted in 02/10/2010.

PERIÓDICOS DE PSICANÁLISE AVALIADOS PELA CAPES EM 2009: UM ESFORÇO INICIAL PARA MAPEAR O CAMPO

JOURNALS OF PSYCHOANALYSIS EVALUATED BY CAPES IN 2009: AN INITIAL ATTEMPT TO MAP THE FIELD

Flávio Fernandes Fontes

Psicólogo

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRN

flavioffontes@hotmail.com

Aline Borba Maia

Psicóloga e Psicanalista

Mestranda do programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRN

alinebmaia@gmail.com

Aline Francisca Oliveira

Psicóloga

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRN

aline_psiufrn@yahoo.com.br

End.: Rua Quixada, 2459, Conjunto Panatis I, Potengi, CEP: 59108-070, Natal/RN.

Karin Juliane Duvoisin Bulik

Psicóloga e Psicanalista

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRN

karin_bulik@yahoo.com.br

Cynthia Pereira de Medeiros

Psicóloga e Psicanalista

Doutora em Educação – USP

Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio

Grande do Norte (UFRN)

cynthiamedeiros@yahoo.com

Resumo

A partir da lista de periódicos avaliada pela CAPES em 2009, realiza-se uma seleção de todos aqueles que publicam predominantemente artigos psicanalíticos com o objetivo de oferecer uma fonte prática de consulta e orientação para pesquisadores na área da psicanálise. Em seguida esses são analisados quanto ao seu estrato (A1, A2, B1, etc.), distribuição geográfica e presença na internet. Aqueles que possuem site são examinados nos itens: divulgação de normas para publicação, forma de recebimento dos artigos e disponibilização dos textos. Conclui-se que: muitos periódicos ainda se encontram fora de qualquer indexação a bases de dados; existe uma altíssima concentração dos periódicos brasileiros de psicanálise na região sudeste; o potencial de divulgação da internet ainda não é suficientemente aproveitado.

Palavras-chave: periódicos, avaliação, psicanálise.

Abstract

Using the list of journals evaluated by CAPES in 2009, it is made a selection of the journals that publish mainly psychoanalytical papers, intending to offer a practical guide and source of consultation to researchers in the psychoanalytical field. These are analyzed according to their layer (A1, A2, B1, etc.), geographic location, and internet presence. Those who have websites are examined on the items: on-line publication of editorial rules, method for receiving manuscripts and texts accessibility. The conclusions are: many journals are still not included in any index database; there is a very high concentration of Brazilian psychoanalytical journals in the southeast region; internet communication power is not sufficiently used.

Keywords: journals, evaluation, psychoanalysis.

Introdução

A história da avaliação de periódicos de psicologia no Brasil é recente e começa no final da década de 1990, quando a primeira comissão é montada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) (Yamamoto et al, 1999). A comissão CAPES/ANPEPP vem realizando desde 1998 avaliações de um número cada vez maior de periódicos em psicologia, com impactos significativos na área.

O trabalho desenvolvido pela comissão tem servido ao objetivo de avaliar programas de pós-graduação, auxiliar as decisões de financiamento, orientar leitores e pesquisadores na escolha de títulos para pesquisar e submeter trabalhos, além de ter também um caráter de estímulo aos editores, para que esses elevem a qualidade das publicações (Costa & Yamamoto, 2008).

O sucesso da avaliação pode ser facilmente observado na melhoria comprovada da qualidade dos periódicos registrada em diversos artigos (Hutz, 2000; Yamamoto, 2001; Yamamoto et al, 2002; Costa & Yamamoto, 2008). Podemos colocar como demonstração dessa evolução o fato de que, nas primeiras versões do processo avaliativo, a mera presença de itens como ISSN, linha editorial, normas de submissão e resumo bilíngue era premiada com um valor determinado de pontos. Hoje esses itens passaram a ser requisitos mínimos para uma revista ser examinada.

Os avanços conquistados ficam ainda mais claros quando comparamos o quadro atual com aquele que William B. Gomes (1992) descrevia há 17 anos:

“[...] é premente a necessidade de desenvolver uma política nacional para publicação de periódicos em psicologia no Brasil. O amadorismo, a falta de organização, a inexistência de indexação e a irregularidade das publicações estão comprometendo seriamente todo o esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de financiar pesquisas e avaliar programas” (Gomes, 1992)

Hoje, podemos dizer que se a situação mudou enormemente, e para melhor, muito se deve ao esforço de avaliação promovido pela CAPES e ANPEPP. É bem verdade que também surgiram críticas (ver, por exemplo,

Loffredo, Bicalho, Fernandes & Bergamasco, 2003) e a própria comissão tem procurado refletir sobre a avaliação que realiza, modificando o instrumento de avaliação a cada vez e procurando adaptá-lo e calibrá-lo melhor a uma realidade que está em permanente mudança (Hutz, 2000; Yamamoto, 2001; Yamamoto et al, 2002).

Ressaltamos que essa capacidade de autocrítica e de mudança por parte dos membros das diferentes comissões já formadas tem imprimido um caráter positivo e transformador à avaliação CAPES, o que faz com que ela deva ser considerada legítima e benéfica para o progresso da psicologia brasileira, mesmo com suas limitações e falhas (Costa & Yamamoto, 2008).

Tendo sido essa visão de um modo geral positiva sobre a avaliação CAPES, a ideia para este artigo surgiu quando os autores resolveram utilizá-la para procurar quais seriam os periódicos ideais para submeter seus artigos para publicação, considerando que todos estavam envolvidos na realização de trabalhos acadêmicos que utilizam predominantemente o referencial psicanalítico.

Ao consultar o site da ANPEPP, observamos a lista da última avaliação dos periódicos de psicologia divulgada pela instituição em 2009, mas nos deparamos com o seguinte problema: a lista não possui subdivisões por área, e, portanto, periódicos com os mais diversos temas, assuntos e orientações teóricas se misturam sem distinção. A tarefa se torna ainda mais difícil pelo fato de a lista incluir periódicos de áreas como biologia, medicina e até contabilidade, desde algum pesquisador de pós-graduação em psicologia que tenha escrito algum artigo em tal periódico, o que resulta em número alto de publicações avaliadas: 1.225. Diante de um conjunto tão grande e heterogêneo de periódicos, como saber quais daqueles veículos de comunicação são os mais adequados para pesquisa e para publicação dentro do referencial psicanalítico?

Nessa perspectiva, este trabalho visa mapear os periódicos que publicam exclusivamente ou predominantemente artigos psicanalíticos, facilitando a busca dos pesquisadores que desejam consultar de forma específica o campo da psicanálise.

Tal mapeamento levou em consideração o número de publicações em psicanálise e seus estratos; sua localização geográfica, de modo a fornecer um panorama da produção intelectual brasileira em psicanálise, no que diz respeito à sua localização, bem como os modos de captação e disponibilidade dos textos, averiguando o quanto a ferramenta da *internet* tem sido utilizada para divulgar e agilizar o processo de publicação.

Antes de seguir para a apresentação do método e dos resultados, é importante explicitar que optamos por considerar "psicanálise" no sentido mais amplo possível, incluindo toda a diversidade de correntes e ideias que se abrigam sob esse termo, para que esse trabalho possa ser útil a um grande número de interessados. Cabe destacar, ainda, que revistas de psicologia que publicam ocasionalmente artigos de psicanálise não foram consideradas para o presente estudo.

Método

O nosso material de pesquisa foi a lista de periódicos de psicologia avaliada pela CAPES-ANPEPP e, por isso, é importante descrever em mais detalhes o modo como essa lista é preparada. É do entendimento da CAPES (2009) que "um periódico científico é uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica". Isso significa que seus autores e leitores devem ser principalmente pesquisadores e alunos engajados na produção do conhecimento científico. A publicação de tais periódicos deve ser prioritariamente de responsabilidade de sociedade científica ou instituição acadêmica e tem a obrigação de adotar sistema de avaliação por pares (CAPES, 2009).

A lista de requisitos mínimos que é tomada como base para avaliação das revistas é composta pelos seguintes itens: editor responsável; conselho editorial; ISSN; linha editorial; normas de submissão; periodicidade mínima semestral; avaliação por pares; publicação de pelo menos 14 artigos por volume; afiliação institucional dos autores; afiliação institucional dos membros dos conselhos; resumos dos artigos na língua de publicação da revista e em inglês; descritores dos artigos na língua de publicação da revista e em inglês; data de recebimento e aceitação de cada artigo; pelo menos um número do ano anterior publicado (CAPES, 2009).

A partir dessas considerações, as publicações são classificadas de acordo com os critérios explicados na tabela 1:

TABELA 1: CLASSIFICAÇÃO CAPES DOS PERIÓDICOS SEGUNDO ESTRATOS	
Estrato	Crítérios
A1	Presença nos IBDs (Indexadores ou Bases de Dados) ISI e PsycInfo. Publicação por associação científica com reconhecimento internacional. Condição de referência internacional para a área da Psicologia.
A2	Presença no ISI, ou nos três seguintes IBDs: PsycInfo, Scopus e SciELO, OU Presença em dois dos seguintes IBDs: PsycInfo, Scopus e SciELO mais presença em quatro ou mais dos seguintes IBDs: CLASE, LATINDEX, LILACS, PSICODOC, PASCAL, ou REDALYC. Atualização (todos os números do ano anterior publicados até março). Periodicidade mínima: quadrimestral (revistas generalistas); semestral (revistas de subáreas).
B1	Presença no ISI, ou PsycInfo, ou Scopus, ou SciELO. OU Presença em quatro ou mais dos seguintes IBDs: CLASE, LATINDEX, LILACS, PSICODOC, PASCAL, ou REDALYC.
B2	Presença em pelo menos dois dos seguintes IBDs: CLASE, LATINDEX, LILACS, PSICODOC, PASCAL, ou REDALYC.
B3	Presença em um dos seguintes IBDs: CLASE, LATINDEX, LILACS, PSICODOC, PASCAL, REDALYC.
B4	Publicado por instituição com Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , ou Sociedade Científica, ou Instituição Profissional, ou Instituição de Pesquisa, ou com apoio CAPES, CNPq ou financiamento estatal, avaliação por pares, ou estar disponível no PePsic, ou em IBDs distintos.
B5	Atendimento dos requisitos mínimos.
C	Atendem à definição de periódico e aos requisitos mínimos, mas não representam contribuição para qualquer subárea da Psicologia (embora possam ser relevantes para outras áreas).
SR	As publicações que não se adequam à definição de periódico e/ou não apresentam os requisitos mínimos serão classificadas como "impróprias".

Nota: tabela extraída de CAPES, 2009, com modificações.

Como podemos notar, o objetivo dessa classificação é estimular a qualidade dos periódicos e sua indexação, que significa essencialmente maior visibilidade e potencial de impacto, uma vez que possibilita que mais leitores venham a ler tal periódico. De posse dessas definições operacionais básicas da avaliação em questão, podemos agora retornar à nossa questão inicial: levando em conta o alto número de periódicos avaliados, quantas seriam as publicações em psicanálise e quais os seus estratos?

O método ideal para responder essa pergunta seria examinar um por um todos os periódicos da lista CAPES. Porém, isso envolveria um grande problema de viabilidade técnica e financeira: conseguir acesso a todos esses documentos. Procurando adequar o problema proposto aos recursos efetivamente à nossa disposição, nossa análise utilizou os títulos dos periódicos, ordenando-os em três classes:

- 1) Periódicos evidentemente psicanalíticos – aqueles que possuem a palavra “psicanálise” ou outro termo/expressão igualmente interpretados como denunciadores inequívocos de abordagem psicanalítica, como, por exemplo, “lacaniana”;
- 2) Periódicos evidentemente não-psicanalíticos – aqueles em cujos títulos encontramos termos indicativos de outras abordagens, como “behavior”, “gestalt” e “pharmacology”;
- 3) Periódicos cujo título era ambíguo ou insuficiente para levar a qualquer conclusão sobre qual a sua abordagem ou conteúdo, como “natureza humana”, “agora” ou “acheronta”.

Depois de realizada essa classificação, os itens considerados como pertencentes ao primeiro grupo foram imediatamente incluídos na lista final, enquanto os itens do segundo grupo foram automaticamente excluídos. Os itens que constituíram o terceiro grupo passaram por uma análise mais detalhada, na qual a internet foi utilizada como ferramenta para conseguir acesso aos índices de pelo menos dois números já publicados de cada um dos periódicos que suscitou dúvida. A análise dos títulos e, quando disponível, do resumo e/ou do texto completo dos artigos publicados em cada periódico do terceiro grupo levou-nos a uma decisão sobre o seu caráter psicanalítico ou não-psicanalítico.

Assim elaboramos a lista de títulos de periódicos considerada de psicanálise. A partir dessa, foram analisadas a sua localização geográfica e os modos de captação e disponibilidade dos textos. Dessa maneira obtivemos os dados finais deste documento que pretende ser, antes de tudo, um recurso prático de consulta e orientação para pesquisadores na área de psicanálise.

Resultados e discussão

A apresentação e discussão dos dados estão organizadas em três partes. A primeira apresenta a lista completa de periódicos de psicanálise avaliada em 2009, organizada por estrato; a segunda parte comenta a sua distribuição em diferentes regiões e estados do Brasil, citando também as publicações encontradas que são editadas em outros países; na terceira mostramos o que os periódicos disponibilizam na internet e como aqueles que possuem normas de publicação on-line recebem os artigos.

Indexação e estrato

Foram encontrados ao todo 65 periódicos de psicanálise. Sua distribuição nos diferentes estratos de classificação da CAPES revela o alto número daqueles que foram avaliados como B4, B5, C e SR, e, portanto, não estão indexados em nenhum dos Indicadores ou Bases de Dados (IBDs) usados como parâmetro pela comissão avaliadora. São 41 periódicos ao todo nessa situação, ou seja, mais da metade. Dos 24 restantes, 6 são estrangeiros, o que nos deixa com um número de 18 periódicos de psicanálise nacionais dentro dos IBDs. Destes, nenhum alcançou o estrato A1, apenas um atingiu o A2, concentrando-se os demais nas categorias B1 (5 periódicos), B2 (5 periódicos) e B3 (7 periódicos).

TABELA 2: PERIÓDICOS DE PSICANÁLISE POR ESTRATO

Estrato	ISSN	Título	N	%
A1	0020-7578	International Journal of Psycho-analysis	01	1,54
A2	1516-1498	Ágora (PPGTP/UFRJ)	02	3,08
	0003-0651	Journal of the American Psychoanalytic Association		
B1	0210-0657	Clínica y Análisis Grupal	08	12,31
	1776-2790	Cliniques Méditerranéennes		
	0803-706X	International Forum of Psychoanalysis		
	0103-6815	Percurso. Revista de Psicanálise		
	0486-641X	Revista Brasileira de Psicanálise		
	1518-6148	Revista Mal-Estar e Subjetividade		
	0101-4838	Tempo Psicanalítico		
	1806-2490	Vínculo (São Paulo)		
B2	1413-6295	Cadernos de Psicanálise (Círculo Psicanalítico/RJ)	06	9,23
	0103-4251	Cadernos de Psicanálise (Sociedade de Psicanálise/RJ)		
	1415-7128	Estilos da Clínica (USP)		
	1415-1138	Psyche (São Paulo)		
	1517-5316	Pulsional. Revista de Psicanálise (São Paulo)		
	0034-8740	Revista de Psicoanálisis		
B3	1809-709X	αSEPHallus (on line)	07	10,77
	1676-2495	Curinga (Belo Horizonte)		
	0103-0825	Junguiana		
	1677-0358	Latin American Journal of Fundamental Psychopathology online		
	1517-2430	Natureza Humana		
	1413-0556	Psicanálise e Universidade		
	1415-0506	Vorstellung (Belo Horizonte)		
B4	1623-3883	Figures de la Psychanalyse	08	12,31
	0103-5835	Jornal de Psicanálise		
	1415-6830	Latusa (Rio de Janeiro)		
	1292-668X	Le Divan Familiar		
	1679-9887	Psicanálise & Barroco em Revista		
	0102-7395	Reverso (Belo Horizonte)		
	1677-2970	Revista da SPAGESP		
	0035-6492	Rivista di Psicoanalisi		
B5	0329-9147	Acheronta (on line)		
	0100-1655	Alter. Jornal de Estudos Psicodinâmicos		
	1519-8456	Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista		

B5	0329-9147	Acheronta (on line)	23	35,38
	0100-1655	Alter. Jornal de Estudos Psicodinâmicos		
	1519-8456	Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista		
	1517-4506	Boletim Formação em Psicanálise (São Paulo)		
	0335-7899	Coq Héron		
	0101-3106	Ide (São Paulo)		
	1477-3635	Journal for Lacanian Studies		
	1146-061X	La Lettre – GRAPE		
	1779-4374	Langage et Inconscient		
	1519-1095	Literal (Campinas)		
	1519-3128	Opção Lacaniana		
	1518-8256	Psicanálise em Revista		
	0328-0969	Psycoanalysis y el Hospital		
	1807-698X	Revista Ágora (Rio de Janeiro)		
	1516-9162	Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre		
	0102-4205	Revista de Psicanálise Integral		
	0104-8414	Revista de Psiquiatria & Psicanálise com Crianças & Adolescentes		
	1519-5570	Revista Marraio		
	1678-9792	Revista Reichiana		
	1676-157X	Stylus (Belo Horizonte)		
0040-9375	Topique (Paris)			
1517-185X	Trieb (Rio de Janeiro)			
0257-3601	Werkblatt. Verein Werkstatt			
C	1981-710X	Berggasse19 (Escola Lacaniana de Psicanálise)	06	9,23
	1807-460X	C:\>Cartas de psicanálise		
	1808-5342	Cadernos junguianos		
	1518-3807	Documentos. Revista do Corpo Freudiano do Rio de Janeiro. Escola de Psicanálise		
	1980-2005	Epistemo-somática (Hospital Mater Dei)		
	1677-6275	Textura (São Paulo)		
SR	0100-3437	Estudos de Psicanálise	04	6,15
	0103-0744	Griphos (Belo Horizonte)		
	0266-4771	Harvest (London)		
	1021-6693	Transiciones (Lima)		
Total			65	100

Distribuição geográfica

Dos 65 periódicos encontrados, 46 são publicados no Brasil e 19 em outros países. Dos estrangeiros, 7 são publicados na França, 3 na Argentina, 3 no Reino Unido e houve apenas 1 ocorrência na Áustria, Peru, Itália, EUA, Suécia e Espanha. É importante lembrar que esses números não representam a totalidade dos periódicos que efetivamente existem no Brasil ou nos outros países mencionados, mas apenas a quantidade avaliada pela CAPES e selecionada pelo nosso método.

Observando a distribuição dos periódicos nacionais por região, notamos uma alta concentração dos mesmos na região sudeste, que responde por aproximadamente 89,13% dos periódicos de psicanálise avaliados, enquanto as regiões Nordeste e Sul aparecem empatadas com o mesmo

percentual de 4,35% e a região Centro-Oeste com 2,17%, sendo que nenhum resultado foi computado para a região Norte.

UF	Número absoluto (N)	Percentual (%)
Região Norte	00	0,00%
Região Nordeste	02	4,35%
Região Centro-Oeste	01	2,17%
Região Sudeste	41	89,13%
Região Sul	02	4,35%
Total	46	100%

Pesquisa de Yamamoto, Souza e Yamamoto (1999) demonstraram que a publicação em psicologia está concentrada em instituições da Região Sudeste e Sul do país. Abstendo-nos de comentar se essa situação mudou ou não nos últimos dez anos, ressaltamos apenas que os nossos resultados apontam para uma realidade de concentração ainda mais acentuada para o campo da psicanálise atualmente – com a diferença de que a disparidade se encontra entre a região Sudeste e todas as demais.

Quando descemos nosso nível de análise para os estados, é importante apontar que o estado de São Paulo sozinho possui 43,48% do total de periódicos nacionais pesquisados e aparece como maior produtor de revistas científicas de psicanálise, seguido pelo estado do Rio de Janeiro (23,91%) e de Minas Gerais (21,74%). Em todos os demais estados em que houve resultados (CE, DF, PE, PR e RS) apenas um periódico foi listado, o que corresponde a 2,17% de participação para cada um desses estados no número total.

UF	Número absoluto (N)	Percentual (%)
CE	01	2,17
DF	01	2,17
MG	10	21,74
PE	01	2,17
PR	01	2,17
RJ	11	23,91
RS	01	2,17
SP	20	43,48
TOTAL	46	≈100

Presença na Internet: normas de publicação, disponibilidade dos textos e modo de recepção dos artigos

Do conjunto avaliado, 33 periódicos não possuem normas de publicação disponíveis on-line, 31 periódicos possuem normas disponíveis on-line e em um caso não foi possível averiguar, pois o site da revista se encontrava fora do ar. Aqueles periódicos que possuem site e mostram quais são suas

normas certamente possuem um diferencial interessante frente aos demais, uma vez que facilitam o contato dos autores possivelmente interessados em submeter artigos.

No que diz respeito ao acesso aos textos, vários modos de interação são possíveis. Alguns mostram somente o índice com os títulos dos artigos em cada número, cabendo ao interessado procurar comprar a revista. Outros fornecem além do título, também o resumo. Há os que permitem acesso ao texto completo mediante pagamento (todos os exemplos desse tipo foram de periódicos estrangeiros), os que permitem a visualização de somente alguns textos completos e outros não, e os que disponibilizam todo o conteúdo sem cobrar nada¹.

Por fim, pesquisando dentro do grupo de 31 periódicos que possuíam normas de publicação on-line descobrimos que 14 deles exigem envio pelo correio, enquanto 17 recebem via e-mail ou on-line via site. Os últimos certamente economizam tempo, dinheiro e espaço. De todos os 65 listados apenas 11 apresentaram características de visibilidade e adaptação máxima à internet, se enquadrando simultaneamente entre aqueles que disponibilizam textos gratuitamente. Apresentam também normas de publicação on-line e recebem artigos via e-mail, sem necessidade de cópia impressa (alguns inclusive deixaram de publicar a revista impressa, como é o caso da *aSEPHallus* e da *Acheronta*).

Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa demonstraram a alta concentração da produção de conhecimento em psicanálise na região Sudeste do país, sendo o trio São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais responsável por quase toda publicação de revistas científicas nesse campo. Condições históricas, econômicas e sociais certamente são fatores que explicam tal situação, dadas as peculiaridades do desenvolvimento e urbanização dessa região.

A qualidade dos periódicos, tomados em seu conjunto, certamente deixa a desejar, uma vez que mais da metade não possui vinculação com os IBDS, o que mostra que há muito a ser feito pelos editores na busca por melhorias. Talvez seja importante perguntar também até que ponto pode haver preconceito ou falta de interesse por parte de pesquisadores em psicanálise em relação à indexação das revistas dentro de bases de dados voltadas, de um modo geral, para um contexto diferente: o da psicologia acadêmica.

Ressaltamos o interesse de uma maior interação com a internet, sendo algo de extrema importância a manutenção de um site que forneça (1) normas de publicação e (2) textos completos ou contato para compra da revista. Além disso, a disponibilidade do corpo editorial em aceitar artigos via e-mail constitui o terceiro ponto-chave de interação via internet. A existência desses três itens sem dúvida aumenta a divulgação, agilidade e eficiência da revista.

Para concluir, apresentamos algumas reflexões sobre as limitações dessa pesquisa. A classificação feita nesse artigo nos fez perceber, por exemplo, que ao tentar selecionar os periódicos estritamente de psicanálise, deixamos de lado importantes veículos de informação de qualidade que

também publicam psicanálise, embora não prioritariamente, como as revistas *Psicologia. Teoria e Prática* (ISSN: 1516-3687), *Psicologia USP* (ISSN: 0103-6564) *Psicologia em Revista* (ISSN: 1677-1168) *Psicologia Clínica* (ISSN: 0103-5665) e *Psicologia Ciência e Profissão* (ISSN: 1414-9893), apenas para citar alguns exemplos.

Isso significa que importantes artigos em psicanálise podem estar justamente em uma revista que não tem a psicanálise como assunto principal na sua política editorial. Esse tipo de problema certamente também seria encontrado se tentássemos elaborar uma lista para outra área, como a psicologia humanista-existencial. O que nos leva a perguntar: até que ponto uma classificação de periódicos de psicologia por área/assunto é possível e desejável. Afinal, dividir periódicos de psicologia por assunto certamente envolveria um debate caloroso sobre quais categorias utilizar, por exemplo, psicologia do desenvolvimento, psicopatologia, estudos de personalidade, avaliação psicológica e psicometria, etc. e sobre como estabelecer os limites entre uma área e outra.

A tarefa se complica mais ainda quando percebemos que vários periódicos poderiam ser classificados em mais de uma categoria ao mesmo tempo, pois publicam em mais de uma área ou tema. Considerando que toda classificação é uma distorção da realidade, parcial e arbitrária, seria melhor desistir de qualquer tentativa de organização, diante de um desafio tão difícil?

Melhor apostar no uso cuidadoso e comedido de tais listas, pois seu valor está no fato de que alguma orientação é melhor do que orientação nenhuma. No entanto, devemos tomar o cuidado de não considerá-las nunca completas, retratos fiéis e acabados da realidade, o que não são; nem recursos infalíveis, pois já demonstramos que deixam escapar informações essenciais. Uma busca direta e diversificada sempre pode revelar novidades e surpresas, sendo o bom pesquisador aquele que nunca está satisfeito com os resultados que encontra e procura constantemente por mais.

Por fim, sabemos que a elaboração de uma lista como essa é uma tarefa difícil, passível de erros e que os critérios estabelecidos logo demonstram vantagens e desvantagens provenientes da sua escolha e utilização, sendo impossível tudo abarcar. Por isso estamos abertos a críticas, sugestões e correções vindas de todos os interessados e esperamos que esse trabalho seja, acima de tudo, útil aos pesquisadores brasileiros em contato com a psicanálise.

Nota:

1. Não pretendemos entrar aqui na polêmica do livre acesso ou acesso pago, discussão que envolve editoras, cientistas e autores de um modo geral, bases de dados, desenvolvimento da tecnologia e legislação de direitos autorais. Porém indicamos ao leitor interessado a leitura do Fórum realizado pela revista *Nature* sobre o assunto, que se encontra disponível on-line (<http://www.nature.com/nature/debates/e-access/>), assim como o texto de Neves (2004).

Referências bibliográficas

CAPES (2009). **Crítérios do qualis de periódicos – área de psicologia**. Disponível em: <<http://www.anpepp.org.br/index-aval.htm>> Acesso em: 21 nov 2009.

COSTA, A. L. F. & YAMAMOTO, O. H. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação qualis de psicologia, in **Psicologia em estudo** (Maringá), v. 13, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 ago 2009.

GOMES, W. B. (1992). **Considerações iniciais: o que esperar de um grupo de trabalho sobre divulgação da pesquisa científica em Psicologia**. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Cadernos/Cd01A02.pdf>> Acesso em: 22 dez 2009.

HUTZ, C.S. (2000). Avaliação dos Periódicos Brasileiros em Psicologia – 2000, in **Estudos de psicologia** (Natal), v. 5, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000200009&lng=en&nrm=iso> Acesso em 15 Ago 2009.

LOFFREDO, A. M., BICALHO, H. M. S., FERNANDES, M. I. A., BERGAMASCO, N. H. P. (2003). Comentários sobre as Avaliações Realizadas pelas Comissões CAPES/ ANPEPP para avaliação dos Periódicos da Área de Psicologia in **Psicologia USP** (São Paulo), v. 14, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000300014&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 ago 2009.

NEVES, T. M. G das. (2004). Livre acesso à publicação acadêmica, in **Ciências da Informação** (Brasília), v. 33, n. 3. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000300014&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 27 set 2009.

YAMAMOTO, O. H. (2001). Vale a pena avaliar periódicos científicos? in **Estudos de psicologia** (Natal), v. 6, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2001000200001&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 ago 2009.

YAMAMOTO, O. H., KOLLER, S. H., GUEDES, M. C., LOBIANCO, A. C., SÁ, C. P., HUTZ, C. S., BUENO, J. L. O., MACEDO, L., MENANDRO, P. R. M. (1999). **Periódicos científicos em Psicologia: uma proposta de avaliação**. Infocapes, vol. 7, n. 3. Brasília: CAPES, p. 5-11. Também disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Info3_99.pdf> Acesso: 22 dez 2009.

YAMAMOTO, O. H., MENANDRO, P. R. M., KOLLER, S. H., LOBIANCO, A. C., HUTZ, C. S., BUENO, J. L. O., GUEDES, M. C. (2002). Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. **Ciências da Informação** (Brasília), v. 31, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000200017&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 ago 2009.

YAMAMOTO, O. H., SOUZA, C. C. de, YAMAMOTO, M. E. (1999). A produção científica na psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros no período

1990-1997, in **Psicologia: Reflexão e Crítica** (Porto Alegre), v. 12, n. 2.
Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000200019&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 ago 2009.

Recebido em: 20/02/2010; aprovado em: 15/04/2010.
Received in: 02/20/2010; accepted in: 04/15/2010.

O QUE É A ELASTICIDADE DA TÉCNICA PSICANALÍTICA?

WHAT IS THE ELASTICITY OF THE PSYCHOANALYTICAL TECHNIQUE?

Vitor Hugo Triska

Psicanalista
Mestre em Psicologia (UFRGS)
Especialista em Atendimento Clínico – Ênfase em Psicanálise (Clínica de
Atendimento Psicológico da UFRGS)
vitortriska@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho promove o resgate do conceito ferencziano de *elasticidade* com base nas propostas técnicas reconhecidas na obra de Lacan. Por entender que o tema *técnica* é preterido em razão da amplitude de *clínica*, primeiramente é analisada a relevância de discuti-lo atualmente, pois se considera que está relacionado com o que há de mais íntimo na prática psicanalítica. São abordados também os “escritos técnicos de Lacan”, a fim de reunir as propostas desse autor e de aproximá-las à ideia de elasticidade, construindo-se, assim, uma formalização do campo da técnica homóloga ao campo da linguagem, o que preserva um lugar faltante de indeterminação. Sobre tal ponto de variação será colocada a influência pessoal de cada psicanalista, questão debatida através daquela que é considerada a segunda regra fundamental da psicanálise.

Palavras-chave: psicanálise, técnica, elasticidade.

Abstract

This article promotes the rescue of the Ferenczi's concept of *elasticity* through the technical proposals that can be read at Lacan's work. Considering that the theme *technique* is neglected by the amplitude of *clinic*, first it's proposed the relevance of discussing it nowadays, due to the fact that it's related to what's more intimate in the psychoanalytical practice. The “technical writings of Lacan” are also analyzed with the intention of gathering this author's ideas and comparing them to the concept of elasticity, therefore building a formalization of the technique's field that is homologue to the language's field and so presenting an empty space of indetermination. Over this space of variation will be placed the personal influence of each psychoanalyst, question debated through that that's considered the second basic rule of psychoanalysis.

Key words: psychoanalysis, technique, elasticity.

O psicanalista Sándor Ferenczi apresenta, em *Elasticidade da Técnica Psicanalítica* (1928), uma valiosa questão sobre técnica que me proponho a atualizar a partir da obra de Jacques Lacan. Com isso, busco não somente

promover um diálogo entre Ferenczi, alguns outros autores e Lacan, mas também demonstrar que a obra do último é de importância fundamental à técnica, muito embora seja considerada por muitos psicanalistas como predominantemente teórica, excessivamente retórica e, por isso, afastada das questões da prática clínica. A revisão da ideia ferencziana de elasticidade ganha uma especial pertinência diante da técnica psicanalítica extraível de Lacan, centrada na função da fala e no campo da linguagem. Através dessas premissas, proponho uma discussão sobre como seria possível conceber o campo da técnica, onde há o impasse de que tanto variantes quanto invariantes são imprescindíveis.

Por que falar de técnica?

Se anteriormente poderia ser percebido – até mesmo no volume de seus títulos – que os trabalhos psicanalíticos tratavam do tema *técnica*, percebe-se atualmente a predominância do emprego do termo e da abordagem do tema *clínica*. Essa mudança vai além do preterimento de um termo em preferência de outro, uma vez que clínica e técnica não são sinônimos. Houve, portanto, uma troca de tema, um desvio do interesse dos psicanalistas da técnica para a clínica e há de haver razões para tanto. Será uma consequência do ensino de Lacan? A técnica foi um tema central nos seus primeiros escritos e seminários e, mesmo assim, há um costume muito maior em abordar temas como arte, política e clínica – também comentados por Lacan – do que propriamente a técnica. É fato também que Lacan nunca, ou melhor, muito raramente, abordou a técnica em termos de recomendações tal qual Freud chegou a fazê-lo. Tampouco tomou a técnica em si como objeto de seu estudo, tal qual o fez Ferenczi. Parece-me que, no início da obra lacaniana, a técnica foi muito mais um meio do que um fim. Um meio para criticar muitos pós-freudianos, de colocar-se numa posição de destaque e diferença perante seus contemporâneos e, principalmente, de começar seu retorno a Freud relendo os conceitos fundamentais. Retomarei mais adiante o olhar lacaniano sobre a técnica dos pós-freudianos.

Em que diferencio clínica de técnica, então? A clínica psicanalítica é uma modalidade específica que se diferencia de outras clínicas como a médica, a fisioterápica, a odontológica, etc. Muito embora dela não exista uma definição em termos finais, há características que lhe são intrínsecas e fundamentais. Tais características são determinadas pela sua ética, sua teoria e a técnica que lhe é própria. Ética, teoria e técnica psicanalíticas, porém, estão interligadas, são campos que se atravessam e, por isso, a técnica enquanto objeto de pesquisa se torna algo complexo. Será, no entanto, devido a tal complexa interligação que o desvio de interesse comentado anteriormente se deu? A técnica psicanalítica tornou-se um tema redundante, dado que não pode ser abordado isoladamente?

Retorno a Lacan a fim de lançar alguma luz sobre essas questões. Se, em sua obra, a técnica não foi um fim em si, mas, antes, um dos muitos aspectos da psicanálise abordados para reler os conceitos freudianos, por que o tema técnica prolifera menos que os demais? Se comentá-la implica expor casos clínicos, podem-se supor aí razões de sigilo. Não haveria também dificuldades dos psicanalistas em debaterem com seus pares (mais nas comunicações científicas do que nos cafés) aquilo que é mais íntimo de

sua prática, como as intervenções realizadas com um determinado paciente, ou as invenções nada ortodoxas que certas situações clínicas exigem, por exemplo? Teríamos desenvolvido uma censura ou mesmo um pudor diante disso?

Freudianos, como Ferenczi, não foram econômicos na publicação de casos dos analisantes que mais inventividade lhes exigiam; é um exemplo deixado por Freud, que abordou frontalmente as questões que punham em xeque a sua teoria. Smirnoff junta várias perguntas pertinentes no mesmo trecho, que divido em duas partes:

Pode-se perguntar por que os analistas sentem um mal-estar quando se trata de explicar sua prática interpretativa. Alguma incerteza seria percebida quanto ao uso que fazem de seus oráculos? Seriam incrédulos quanto aos efeitos de sua prática interpretativa ou realmente insatisfeitos com as formulações que eles proferem relacionadas ao que eles inspiram idealmente? (Smirnoff, 1977, p. 65).

O termo interpretação, por exemplo, que denomina uma operação central à técnica, parece ser utilizado para as mais diversas intervenções. Da mesma forma, uma psicanálise exige várias intervenções que não podem ser consideradas interpretações. Estão os psicanalistas em consenso sobre o que é uma interpretação e quais outras ferramentas técnicas existem numa situação clínica? Trata-se de uma questão técnica, de elementos íntimos da prática clínica, campo onde diferenças radicais se manifestam sem, contudo, ganharem muito espaço de discussão. Tal reserva seria, como diz Smirnoff (1997), devido a um pudor diante da distância entre a prática e um suposto ideal de prática? Essa situação expressa uma grande diversidade de entendimentos dos fundamentos da técnica. Expressaria também certa incompreensão? Retomo a citação:

O que quer que seja, eles se julgam e temem ser julgados – acerca de suas aptidões ao interpretar. Ao ler e ao ouvir os analistas trazerem seus casos, tem-se sempre a impressão de que eles não se sentem nada seguros e que uma tonalidade justificadora nunca está ausente. E, aliás, poderia ser diferente? A menos que o analista não se mantenha na impostura de ser o depositário da verdade. Na sua relação com a verdade, o analista está sempre pisando em falso (Smirnoff, 1977, p. 65).

Smirnoff situa assim o referido pudor dos analistas em expor sua técnica diante de outros que certamente terão posições e pensamentos diferentes. Tais singularidades podem ser tomadas pelos outros analistas como diferenças “de escola”, de estilo, ou simplesmente como erros. O que destaque, porém, é que a referida reserva em expor as questões mais íntimas do trabalho do analista, isto é, técnicas, priva a psicanálise da possibilidade de que eventos clínicos novos e ricos reformulem suas bases.

Uma pesquisa de Edward Glover, comentada por Lacan (1955) e Fédida (1988), constata que numa mesma sociedade psicanalítica não havia nada próximo de uma suposta “identidade técnica”. Muito pelo contrário, as respostas dos psicanalistas participantes foram quase tão variadas quanto o número destes. Nada faria pensar que a mesma pesquisa realizada atualmente encontraria resultados diferentes da de Glover. Isto não é,

evidentemente, mau. Mesmo assim é um acontecimento a ser analisado, visto que os psicanalistas cujas práticas técnicas tanto diferem têm como fundamento a mesma literatura psicanalítica. Não penso também que um extremo seja possível, isto é, dado que a teoria psicanalítica está sujeita a diferentes interpretações, e que essas podem ser tão variadas quanto o número de psicanalistas, qualquer técnica é legítima, qualquer coisa é possível numa psicanálise. Isto seria dizer que as obras de Freud e Lacan se desdobram para qualquer sentido e servem para qualquer propósito que se queira. Deve haver, porém, uma ética que serve de cerne tanto ao campo da técnica quanto ao da teoria de modo a permitir que esses campos sejam modificados pela experiência psicanalítica e que sejam influenciados pelas diferentes singularidades. Mas como conceber tão intrincados movimentos entre teoria, técnica, ética e as diferentes subjetividades dos analistas?

As diferentes perspectivas técnicas devem estar calcadas em determinados axiomas que possuam certos pontos suficientemente estabelecidos como a associação livre, por exemplo. É o que parece propor Fédida (1988, p. 103) quando comenta que, segundo Fenichel, "Tudo é permitido com a única condição de que se saiba por que". Fédida (1988, p. 101) também coloca que se é impossível uma uniformização objetiva da técnica e há liberdade para diferentes singularidades deve haver, entretanto, o "corolário corretivo" de que "o analista pense metapsicologicamente o que faz e que a metapsicologia forme as bases 'doutrinárias' de um discurso consensual da comunidade analítica". Isto é diferente de afirmar que qualquer coisa é possível, já que haveria bases metapsicológicas estabelecidas com rigor.

Fédida (1988, p. 105 e 106) ainda questiona qual estatuto atribuir às diferenças como a duração das sessões (diretamente associadas em oposições entre Lacan, Klein, Winnicott e outros) ou entre o analista "silencioso" e o mais "interpretativo", por exemplo. No que estão fundamentadas tais divergências? Isso leva aos seguintes apontamentos: (a) há distintas técnicas que são resultados de diferentes entendimentos e acréscimos teóricos (existe apenas uma obra freudiana, mas não se pode dizer que exista uma única teoria psicanalítica), (b) outras que são diferenças de "escola" (podendo agir de maneira muito complexa através da *tradição*, o que corre o risco de ser a reprodução não criticada de um modelo vigente e já aceito) e (c) diferenças técnicas que são expressões das singularidades dos psicanalistas.

Com todas as ressalvas que devem ser consideradas, a história da psicanálise é marcada por uma intenção de cura, de tratamento. Percebe-se, por exemplo, nos "Estudos Sobre Histeria" (1895), como a descoberta da dissociação da consciência levou Freud a pensar que todas as memórias podem ser acessadas, desde que se encontre a *técnica correta* para evocá-las e encadeá-las. Nesse texto dialogam com enorme intensidade as descobertas teóricas com as novas opções técnicas. Embora com muito menor volume, o diálogo jamais cessou na obra de Freud, pois não há a proposta de uma técnica que fosse a última, inteira, ideal. A partir dessa indeterminação, entendida como elasticidade, proponho uma discussão com Lacan.

Os escritos técnicos de Lacan

Talvez a inquietude de Lacan tenha sido o traço mais marcante tanto de sua prática clínica quanto de seu ensino. Mesmo declarando-se freudiano e incumbindo a si mesmo a tarefa de resgatar o verdadeiro sentido dos conceitos fundamentais da psicanálise, suas manifestações jamais tiveram o objetivo de mantê-los em sua compreensão mais comum. Muito pelo contrário, seu retorno a Freud é caracterizado por um grande caráter crítico que propõe uma leitura inovadora dos conceitos. Ruptura feita através de um movimento contrário a muitas organizações psicanalíticas que buscavam manter a “palavra freudiana” como algo sagrado e intocável; o que teria uma série de consequências indesejáveis para instituições e para formação de psicanalistas em geral.

A que dizem respeito as fórmulas da psicanálise? O que é que motiva e modula esse deslizamento do objeto? Existem conceitos analíticos de uma vez por todas formados? A manutenção quase religiosa dos termos dados por Freud para estruturar a experiência analítica, a que se remete ela? Tratar-se-á de um fato muito surpreendente na história das ciências – o de que Freud seria o primeiro, e permaneceria o único [...] a ter introduzido conceitos fundamentais? (Lacan, 1964a, p. 17-18).

Portanto, a proposta de Lacan é de ir além de fazer comentários ou acréscimos à teoria psicanalítica, mas trabalhar sobre suas bases fundamentais, dissipando sua crescente estagnação. Em seus escritos psicanalíticos, predominantemente situados na década de 1950 (os que chamo de “escritos técnicos”), talvez o principal objeto de sua crítica endereçada aos pós-freudianos da época tenha sido a técnica. Ali é afirmado que através desta estava se manifestando uma perigosa cristalização dos conceitos freudianos, resultando em práticas clínicas supostamente empobrecidas, incapazes de trabalhar verdadeiramente com o inconsciente. Há aí o alerta de que, para evitar a degeneração da técnica psicanalítica, é necessário então resgatar o sentido da experiência psicanalítica (Lacan, 1953, p. 268). Lacan ainda acrescentaria: “A verdade é que as flagrantes incertezas da leitura dos grandes conceitos freudianos são correlatas às fraquezas que oneram o labor prático” (1958, p. 618).

Tais incertezas eram notadas por Lacan nas diversas interpretações que os psicanalistas faziam da obra de Freud sem, contudo, realizá-las com o rigor e a competência que se julgavam necessários. De alguma forma, Lacan parece ter percebido e acusado uma grande carência da qual sofria a psicanálise desde a morte de Freud.

A teoria, ou melhor, o repeteco que leva esse nome, e que é tão variável em seus enunciados que às vezes parece que somente sua insipidez mantém neles um fator comum, não passa do preenchimento do lugar onde se demonstra uma carência, sem que sequer saibamos formulá-la (Lacan, 1966, p. 234).

Essa incoerência teórica, cujo resultado direto é o empobrecimento da técnica, apresenta, desde então, uma relação com a *verdade*. Aqui o termo é tomado como o saber do inconsciente, cuja produção as sociedades psicanalíticas estariam estancando na medida em que a verdadeira descoberta freudiana encontrava-se desvirtuada, perdida de seu propósito.

É uma opinião que Lacan manteve durante muitos anos e que pode ser encontrada em textos bastante posteriores aos escritos da década de 1950, como "O aturdido":

Assim formulado, o dizer de Freud justifica-se desde logo por seus ditos, pelos quais ele se prova (coisa que eu disse), pelos quais se confirma, por ter se confessado pela estagnação da experiência analítica (coisa que denuncio), e se desenvolveria pela retomada do discurso analítico (coisa em que me empenho), já que, embora sem recursos, isso é da minha alçada (Lacan, 1972, p. 456).

A referida estagnação, ou seja, a prática e a disseminação da doutrina freudiana, não devidamente compreendida em seu rigor tampouco submetida a uma visão crítica, criou instituições encarregadas de perpetuar certos conceitos de maneira dogmática. Segundo Lacan (1951, p. 216), a verdade que Freud nos ensinou a escutar "inspira um temor crescente" nos psicanalistas, na medida em que ela abala os dogmas das instituições em questão. Assim, noções vigentes como "contratransferência" foram altamente repudiadas, uma vez que tinham sido identificadas como signos de inconsistência através dos quais o psicanalista "furta-se de considerar a ação que lhe compete na produção da verdade" (Lacan, 1955, p. 334).

Abordando criticamente as técnicas difundidas da época, Lacan se fez ouvir logo no início de seu ensino. Além de alguns de seus escritos mais antigos, o primeiro seminário – sobre os escritos técnicos de Freud – demonstra igualmente a preocupação em reler ou, melhor dizendo, reconstruir o sentido da técnica de Freud. Na verdade, é um traço da obra lacaniana que se manteve até suas últimas manifestações. Assim, o autor propõe uma retomada do "poder do símbolo", a fim de promover "a via de um retorno ao uso dos efeitos simbólicos numa técnica renovada da interpretação" (Lacan, 1953, p. 295).

As regras técnicas

Em "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise", Lacan afirma que "[...] as regras técnicas, ao se reduzirem a receitas, suprimem da experiência qualquer alcance de conhecimento e mesmo qualquer critério de realidade" (1953, p. 241). Mais adiante (p. 245), no mesmo texto, ainda há o alerta sobre o perigo da técnica sofrer uma aplicação obsessiva que se compararia ao cerimonial dos ritos religiosos, o que não permitiria qualquer arejo crítico. Assim, é afastada a possibilidade da existência de uma formalização da técnica, qualquer espécie de protocolo ou "catálogo de intervenções". De alguma maneira, ela deve sustentar-se em relação a uma referência ética:

Trata-se, sim, de um rigor de alguma forma ético, fora do qual qualquer tratamento, mesmo recheado de conhecimentos psicanalíticos, não pode ser senão psicoterapia. Esse rigor exigiria uma formalização, a nosso entender teórica, que não conseguiu satisfazer-se até hoje senão ao ser confundida com um formalismo prático, ou seja, com aquilo que se faz ou que não se faz. Eis por que não é mau partir da *teoria dos critérios terapêuticos* para esclarecer essa situação (Lacan, 1955, p. 326).

Mais do que acusar a caracterização da técnica como uma distinção entre intervenções "corretas" ou "erradas", Lacan remete à ética psicanalítica. Por enquanto, destaco a questão dos critérios terapêuticos evocada no final da citação anterior, onde é considerada como o efeito de uma análise que questiona o formalismo da prática e da teoria, o que não quer dizer que seja uma finalidade última. Isso é esclarecido na sequência quando alerta: "Que esses critérios se desvançam na medida mesma em que se invoca uma referência teórica é grave, quando é a teoria que se alega para conferir ao tratamento seu status" (Ibid., p. 327). Ou seja, é preferível avaliar uma intervenção pelos seus efeitos do que pela sua correspondência à teoria. Essa posição dá lugar ao referido arejo crítico e a uma constante renovação da técnica, abertura que igualmente permite que a teoria seja questionada e atualizada.

É interessante, porém, que Lacan propõe que a situação de tratamento seja esvaziada de diretrizes, mas antes a põe em questão. Em "A direção do tratamento e os princípios de seu poder" há o seguinte trecho, o qual divido em três partes, que evoca justamente em que consistiria a direção do tratamento:

Consiste, em primeiro lugar, em fazer com que o sujeito aplique a regra analítica, isto é, as diretrizes cuja presença não se pode desconhecer como princípio do que é chamado "a situação psicanalítica", sob pretexto de que o sujeito as aplicaria melhor sem pensar nelas (Lacan, 1958, p. 592).

Se as regras seriam mais bem aplicadas caso o paciente e mesmo o psicanalista não estivessem pensando nelas, isso é uma questão secundária. Preferirei colocar em primeiro plano o seguinte: terá mais sucesso o tratamento no qual as ditas regras forem mais "corretamente" aplicadas? É na direção da adaptação do discurso do paciente às ditas regras fundamentais que o analista deve dirigir seus esforços? Entendo que Lacan diz que, considerados como regras ou não, há princípios que regem um tratamento e que não podem ser confundidos com um conjunto determinável de medidas que o analista e o analisante teriam que ter sempre em mente durante as sessões. Eis a deixa através da qual resgato a elasticidade de Ferenczi. Segue a segunda parte da citação.

Essas diretrizes, numa comunicação inicial, revestem-se da forma de instruções, as quais, por menos que o analista as comente, podemos considerar que, até nas inflexões de seu enunciado, veicularão a doutrina com as quais o analista se constitui, no ponto de consequência que ela atingiu para ele (Lacan, 1958, p. 592).

Eis uma passagem que demonstra a importância da maneira como o próprio analista se relaciona com a psicanálise, o que deriva dos traços de sua subjetividade. Aqui há também uma referência ao chamado *desejo do analista*, ou seja, à posição subjetiva do psicanalista que de alguma maneira permitirá que alguém se analise. Isso quer dizer que não existe um ponto de neutralidade analítica, uma suposta posição onde a subjetividade e o desejo do analista não influenciam o tratamento. Pelo contrário, *o campo da técnica, em sua constituição exige o estilo e o desejo do psicanalista*. Outra questão que subjaz aí é: deve o analista sempre instruir o paciente acerca da(s) regra(s) fundamental(ais)? A parte final da citação:

O que não o torna menos solidário da profusão de preconceitos que, no paciente, esperam nesse mesmo lugar, conforme a ideia que a difusão cultural lhe tenha permitido formar acerca do procedimento e da finalidade da empreitada (Lacan, 1958, p. 592).

Os ideais que tanto o paciente quanto o analista podem formar acerca de um tratamento, questão que se manifesta nas expectativas de ambos em relação ao trabalho de análise, são capazes de criar uma certa pré-formatação dos lugares em jogo. Nada garante que um analisante comprometido em trazer sonhos e associar o mais livremente possível, ou seja, que se submeta fielmente ao que supõe que deva fazer, à regra, se analise "mais" ou "melhor". Daí a preocupação de Lacan em questionar a adaptação à regra como um indício de análise bem conduzida.

Em "Intervenção sobre a transferência" há uma posição mais clara acerca do problema das regras, que também separo em três partes.

Numa psicanálise, com efeito, o sujeito propriamente dito constitui-se por um discurso em que a simples presença do psicanalista introduz, antes de qualquer intervenção, a dimensão do diálogo (Lacan, 1951, p. 215).

Isto é, a situação psicanalítica é estabelecida pelo diálogo, pela direção da fala ao outro, não pela obediência às regras. Basta que se considere que a transferência, por exemplo, foi um fenômeno que dispensou sua teorização para acontecer, assim como os pacientes de Freud já livre associavam antes mesmo de essa regra ter-se estabelecido como fundamental na técnica psicanalítica. O mesmo vale para os sonhos, pois, ora, Freud só descobriu sua importância porque os pacientes relatavam sonhos antes mesmo de que a psicanálise formulasse algo sobre eles – as regras fundamentais não antecederam a psicanálise. Eis uma passagem de Freud onde a questão é abordada:

É errado determinar tarefas ao paciente, tais como coligir suas lembranças ou pensar sobre um período específico de sua vida. Pelo contrário, ele tem de aprender, acima de tudo [...], que atividades mentais, tais como refletir sobre algo ou concentrar a atenção, não solucionam nenhum dos enigmas de uma neurose; isto só pode ser efetuado ao se obedecer pacientemente à regra psicanalítica, que impõe a exclusão de toda crítica do inconsciente ou de seus derivados (Freud, 1912, p. 132).

A regra tem seu valor se não for uma atividade racionalizada, se puder manter o caráter espontâneo da fala. Até esse ponto, Freud nos passa a impressão de que a obediência à regra é intransponível. O texto continua assim, porém:

Deve-se ser especialmente inflexível a respeito da obediência a essa regra com pacientes que praticam a arte de desviar-se para o debate intelectual durante o tratamento, que teorizam muito [...], evitam fazer algo para superá-lo (Freud, 1912, p. 132).

Embora Freud exija uma certa aplicação da regra, é notável que, em parte, isso se flexibiliza pela recomendação de que ela seja usada "especialmente" com maior rigor em pacientes cuja fala tende à tergiversação. Não é viável,

então, afirmar que Freud propôs que em um momento de resistência seria possível valer-se da regra fundamental, ou seja, da própria enunciação da regra como uma intervenção? E, por outro lado, seria sempre essencial que o paciente tivesse conhecimento da regra, uma vez que ela mesma pode servir de pretexto à resistência? Retomo a citação de Lacan de "Intervenção sobre a transferência", em sua segunda parte.

Não importa que irresponsabilidade, ou mesmo que incoerência as convenções da regra venham instaurar no princípio desse discurso, está claro que esses são apenas artifícios de bombeiro hidráulico [...], com a finalidade de assegurar a transposição de certas barreiras, e que o curso deve ser seguido segundo as leis de uma gravitação que lhe é própria e que se chama verdade (Lacan, 1951, p. 215).

Afirmo que *a técnica só adquire sentido se tomada em referência à verdade*, sendo as convenções da regra opcionais, secundárias, como artifícios aos quais se pode ou não recorrer de acordo com a contingência. É esta referência à verdade que exigirá a elasticidade da técnica. A citação termina assim:

É esse [verdade], com efeito, o nome do movimento ideal que o discurso introduz na realidade. Em síntese, *a psicanálise é uma experiência dialética*, e essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência (Lacan, 1951, p. 215).

Aqui, Lacan acentua o caráter espontâneo da transferência que se instaura a partir da fala, que é endereçada a um lugar, e não o caráter da fala que se adapta a certas convenções técnicas. Passo agora a abordar essa função, a fala, acento principal que Lacan resgata na técnica de Freud.

A função da fala

Segundo Lacan (1953, p. 255), a fala estava sendo um objeto de crescente desvalorização tanto na teoria quanto na técnica psicanalíticas, o que o levou a resgatar fortemente a função dela a partir da premissa de que "a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente" (Ibid., p. 248). Essa crítica dirigiu-se à tendência dos pós-freudianos em centrar suas intervenções num além da fala dos pacientes, em certo critério ambíguo de realidade que compreenderia também o comportamento do analisante.

[...] não há fala sem resposta, mesmo que depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte, e que é esse o cerne de sua função na análise. Mas se o psicanalista ignorar que é isso que se dá na função da fala, só fará experimentar mais fortemente seu apelo, e, se é o vazio que nela se faz ouvir inicialmente, é em si mesmo que ele o experimentará, e é para além da fala que irá buscar uma realidade que preencha esse vazio. Assim, ele passa a analisar o comportamento do sujeito para ali encontrar o que ele não diz (Lacan, 1953, p. 249).

Assim, a fala não possui um caráter de descrição ou confissão da verdade, mas é ela mesma uma comunicação que evoca, que produz a verdade. Isso coloca o acento na função de *enunciação* da fala, no sentido de que não é a

mesma que o *enunciado*, isto é, de comunicar um conteúdo. Vê-se como Lacan já caminha na direção de uma concepção de verdade diferente da adequação do enunciado à coisa, ou seja, por estar apoiada na fala, a verdade não pode exprimir-se como objetivação da realidade.

A fala, portanto, afigura-se tão mais verdadeiramente uma fala quanto menos sua verdade se fundamenta na chamada adequação à coisa: assim, a fala verdadeira opõe-se, paradoxalmente, ao discurso verdadeiro, distinguindo-se a verdade dos dois pelo fato de a primeira constituir o reconhecimento de seus seres pelos sujeitos, no que eles estão interessados nela, ao passo que o segundo constitui-se pelo conhecimento do real, tal como visado pelo sujeito nos objetos. Mas, cada uma das verdades aqui distinguidas altera-se ao cruzar com a outra em seu caminho (Lacan, 1955, p. 353).

Lacan alega a não existência de metalinguagem, uma vez que ela não apreende a si mesma sem ser ela própria linguagem, assim como a fala não fala de si mesma por outra via que a própria fala; lógica que alicerça a divisão do sujeito e a verdade sempre semidita. Em *O mito individual do neurótico* há uma passagem precisa acerca dessa questão: "A fala não pode apreender a si própria, nem apreender o movimento de acesso à verdade como uma verdade objetiva. Pode apenas exprimi-la – e isso de forma mítica" (Lacan, 2008, p. 13).

Resumimos que: (a) mais do que comunicar alguma coisa, a fala servirá para evidenciar a existência da comunicação que estabelece lugares; (b) aquilo a que a fala se remete enquanto enunciado será menos importante do que aquilo que exprime em termos de revelação de verdade, o que dependerá de sua enunciação, contradições e de seu não-sentido. Tais são premissas fundamentais que Lacan reencontra em Freud, resgatando sua descoberta a partir dos equívocos produzidos na fala, produções alheias ao sentido. O que se propõe, portanto, é que para contemplar o "valor de evocação" da fala "essa técnica exigiria, tanto para ser ensinada quanto para ser apreendida, uma profunda assimilação dos recursos de uma língua [...]" (Lacan, 1953, p. 296), o que justificaria o intenso diálogo entre a psicanálise e a linguística estruturalista, característica do primeiro momento do ensino de Lacan.

Em "A direção do tratamento e os princípios de seu poder" (Lacan, 1958, p. 647) ainda encontramos a seguinte lista:

1. Que a fala tem aqui todos os poderes, os poderes especiais do tratamento.
2. Que estamos muito longe, pela regra, de dirigir o sujeito para a fala plena ou para o discurso coerente, mas que o deixamos livre para se experimentar nisso;
3. Que essa liberdade é o que ele tem mais dificuldade de tolerar;
4. Que a demanda é propriamente aquilo que se coloca entre parênteses na análise, estando excluída a hipótese de que o analista satisfaça a qualquer uma;
5. Que, não sendo colocado nenhum obstáculo à declaração do desejo, é para lá que o sujeito é dirigido e até canalizado;

6. Que a resistência a essa declaração, em última instância, não pode ater-se aqui a nada além da incompatibilidade do desejo com a fala.

Com tais ideias, faz-se a técnica orbitar em torno da função da fala e sua relação com a verdade, o que terá várias consequências importantes, como a modalidade de interpretação e a suspensão da sessão, por exemplo. Essas consequências, embora originais, são extraídas da crítica à doutrina freudiana.

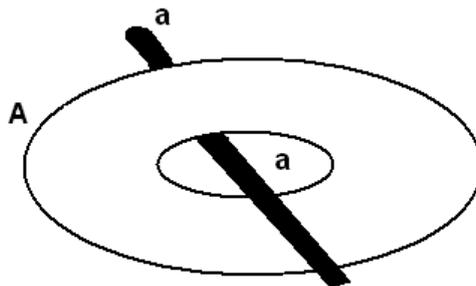
[...] a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam. Nossa tarefa será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala (Lacan, 1953, p. 247).

O resgate da função da fala refunda a técnica psicanalítica, acentuando nela uma faceta nunca antes tão explorada. A partir daí, Lacan propõe uma série de intervenções – *pontuação*, *citação*, *escansão*, assim como a suspensão da sessão –, que permite uma comparação com as ferramentas freudianas, como *construção* e *interpretação*, ampliando e ressignificando a técnica.

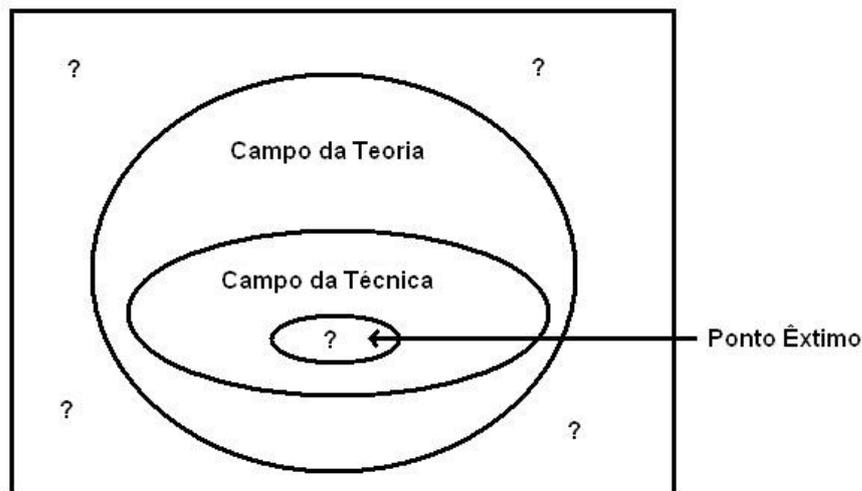
Teoria, técnica e a sua elasticidade

Penso estar sendo prudente, contudo, em chamar estas regras de 'recomendações' e não reivindicar qualquer aceitação incondicional para elas. A extraordinária diversidade das constelações psíquicas envolvidas, a plasticidade de todos os processos mentais e a riqueza dos fatores determinantes opõem-se a qualquer mecanização da técnica (Freud, 1913, p. 139).

Proponho uma ilustração que representa uma estrutura onde dois campos, o da teoria e da técnica, se relacionam. Há nela um ponto *êxtimo* (neologismo de Lacan que expressa uma intimidade exterior) tal qual o vazio central da estrutura topológica do toro, onde o espaço central e íntimo encontra-se em continuidade com o periférico e exterior. É uma demonstração do campo do Outro, ou universo de discurso (A), em sua relação com a falta que lhe é intrínseca, o objeto *a*. Assim a linguagem é compreendida por Lacan (1968-69) como um campo que porta um ponto vazio, de falta de saber, lugar vazado (*troué*) onde está localizada a verdade (Lacan, 1968-69, p. 58). Desse ponto de falta depende toda produção de novos saberes, sem, porém, que a hiância seja preenchida.



Na representação seguinte o ponto central, um furo nos campos da técnica e da teoria, ocupa o mesmo espaço que é externo a ambos os campos. O quadrado que cerca a figura serve apenas para limitar o espaço no qual estamos trabalhando, mas não significa de forma alguma que esse espaço tenha limites determináveis ou medidas. O que a figura mostra não é a própria estrutura, mas sua representação. Não se considera, portanto, tamanho ou forma dos campos, tampouco a distância entre as linhas, o que significa que não há áreas maiores ou menores que outras. A abstração que permitirá abordar se tal estrutura está num espaço que prescinde de medidas. Eis a ilustração:



Primeiramente, o campo da teoria aparece contendo o campo da técnica. Se considerada, porém, a estrutura que a figura apresenta, vê-se que não é exatamente isso o que acontece. O buraco central no campo da técnica é ao mesmo tempo um ponto que circunda o campo da teoria. Tal ponto é êxtimo, portanto. Isso significa que, embora interior, ele está em continuidade com a área que é externa ao campo da teoria, de forma que o campo da técnica é ao mesmo tempo interior e exterior ao da teoria.

Com isso, busco demonstrar que *o ponto mais íntimo à técnica é exterior à teoria*, de maneira homóloga ao campo do Outro, no qual, enquanto campo de saber, sua essência é um ponto de falta. Existe uma teoria sobre a técnica, mas uma teoria impossibilitada de ser totalizada devido à inapreensibilidade daquilo que se encontra no cerne da prática psicanalítica. Isto é, na intimidade do campo da técnica aparece um ponto de vazio irreduzível que impede sua determinação em termos finais. Há alguma concepção de técnica que não acolhe esse vazio central, que a mantém num campo aberto e que resulta no congelamento da teoria, tão combatido por Lacan, uma vez que qualquer modificação da teoria depende de que exista a área de indeterminação que ela pode vir a ocupar, embora nunca plenamente. Do ponto esvaziado que caracteriza essa estrutura, resulta a indeterminação radical que impede que tanto teoria quanto técnica cheguem a formalizações definitivas, permitindo seus avanços. É isso que chamo de elasticidade, a indeterminação sobre a qual estão relacionadas teoria e técnica.

Durante a obra de Freud, em vários momentos, a teoria teve que ser reformulada conforme a técnica encontrava impossibilidades que acabariam por promover mudanças. Os avanços da pesquisa freudiana são devidos, em grande parte, à insuficiência tanto da técnica quanto da teoria, diante de novos fatos clínicos. Segundo Fédida (1988, p. 97), por essa razão Freud preferia enunciar as regras "apenas a título de conselho sem exigir sua estrita observância". Sándor Ferenczi abordou o problema no trecho seguinte, que divido em duas partes a fim de que seja analisado mais detalhadamente:

[...] a confiança em nossas teorias só pode ser condicional, pois o caso em questão talvez seja a famosa exceção da regra, ou talvez a necessidade de se modificar algo na teoria em vigor até então. [...] *A modéstia do analista não é pois uma atitude que se aprenda, mas a expressão da aceitação dos limites do nosso saber* (Ferenczi, 1928, p. 101, grifo do autor)

Ao comentar a afirmação freudiana de que cada analista pode encontrar diferentes referenciais técnicos, Lacan (1955, p. 364) entra em acordo com Ferenczi propondo que a relativização da técnica está além de uma "profunda modéstia" de Freud, mas antes calcada na chamada "douta ignorância". Eis o trecho final de Ferenczi:

Deve-se, como um elástico, ceder às tendências do paciente, mas sem abandonar a pressão na direção de suas próprias opiniões, enquanto a inconsistência de uma dessas duas opiniões não estiver plenamente comprovada (Ferenczi, 1928, p. 102).

Compreendo que o conceito ferencziano de elasticidade abrange a ideia de que a técnica não deve ser um conjunto de regras; ou até pode, desde que uma das regras seja a abertura que possa mantê-la sob constante crítica e reformulação que os fatos clínicos exigem. Muito embora Ferenczi proponha que o psicanalista trabalhe com suas convicções, alerta para que esteja disposto a abandoná-las, se preciso. Horacio Etchegoyen também comenta tal questão:

Somente na psicanálise podemos ver como uma determinada abordagem técnica conduz, de modo inexorável, a uma teoria (da cura, da enfermidade, da personalidade, etc.) que, por sua vez, gravita retroativamente sobre a técnica e a modifica para torná-la coerente com os novos achados – e assim indefinidamente. Talvez nisso se baseie a denominação um tanto pretensiosa de *teoria da técnica*, que tenta não apenas dar um respaldo teórico à técnica, mas também salientar a inextricável união de ambas (Etchegoyen, 2004, p. 21).

Um exemplo seria como a hipnose catártica levou ao achado da dissociação da consciência e, a partir desse, ocorreram as elaborações teóricas que refundaram a técnica. Fato semelhante aconteceu no encontro de Freud com os doentes da Primeira Guerra Mundial, o que o lançou para novos problemas teóricos e assim por diante. Pierre Fédida também aborda o assunto de forma muito precisa:

[...] Freud não se interessou pela técnica psicanalítica a não ser na medida que tivesse valor de *método* e que a prática do método era, antes de mais nada, posta a serviço das descobertas

teóricas sobre o psiquismo humano. Assim, a técnica elaborada por Freud desde o uso da sugestão hipnótica pode ser considerada como um método de investigação progressivamente deduzido de hipóteses teóricas sobre o funcionamento psíquico e, pouco a pouco, depurado através de suas *aplicações* na terapia das perturbações psíquicas neuróticas, com o intuito de ver se estas aplicações verificavam e enriqueciam a *ciência psicanalítica* (Fédida, 1988, p. 98).

A técnica não foi para Freud algo a ser teorizado e fixamente estabelecido, mas uma ferramenta mutável empregada para tratamento clínico e pesquisa do psiquismo. É nesse sentido que Fédida salienta o valor de método depositado por Freud na técnica, ou seja, ela deveria manter-se útil para a investigação dos processos mentais cuja crítica e elaboração darão origem à metapsicologia.

José Luiz Caon (1996a, p. 109) propõe a *metapsicologia* como dispositivo epistemológico próprio da pesquisa psicanalítica como “gênero literário de ensaios científicos”. Isso se sustenta na ideia de que a pesquisa psicanalítica, ao produzir de forma ensaística os textos que compõem a metapsicologia, *refunda* no relance (*Nachträglichkeit*) a experiência psicanalítica originalmente fundada na situação psicanalítica de tratamento. Assim, a metapsicologia, que equiparo ao campo da teoria da figura mais acima, uma vez que criada por Freud como teoria do conhecimento específico da psicanálise, “procede de fragmento em fragmento, deixando restos insolucionados; portanto, procede de rompimento em rompimento” (Caon, 1996b, p. 71). Essa concepção parece correta, pois se considerado o vazio exterior ao campo da teoria como o lugar onde a pesquisa psicanalítica avança, refundando a psicanálise, necessariamente sobram os referidos restos cuja não solução deve compor o cerne de campo da técnica. Salienta-se, porém, que a refundação só acontece no *après-coup* da situação de tratamento, o que significa que, assim como o ato do psicanalista, o ato do pesquisador psicanalítico é um momento posterior à sua experiência de psicanalisante. É o que Caon (1999, p.40) aponta ao dizer que não se é pesquisador ou psicanalista “se não tiver sido paciente, se não tiver fundado a experiência psicanalítica no lugar e no lugar das decomposições do amor transferencial”. É a partir de tal concepção de refundação que proponho que *a impotência da técnica refunda a teoria que, uma vez modificada, refunda a técnica*.

A estrutura acima é minha proposta de formalização de algo que Freud fez operar durante todo desenvolvimento da psicanálise, isto é, a pesquisa psicanalítica apoiada nos eventos surpreendentes da prática clínica, produzindo novos ensaios metapsicológicos e novas perspectivas técnicas. Nela se pode reconhecer a mesma estrutura teórica que concebe o conceito de verdade como apoiado sobre a falta de saber no universo de discurso, o objeto *a*. Esta insuficiência do Outro deve caracterizar a propriedade de elasticidade da técnica psicanalítica, orientada em torno de um ponto específico indeterminável. É dessa maneira que apresento a elasticidade da técnica a partir do mesmo ponto do qual depende a verdade, isto é, do objeto *a*. Com essa homologia, reafirmo o que diz Fédida (1988, p. 108): a técnica só pode ser pensada a partir de sua referência fundamental – a linguagem.

[...] a epistemologia própria à teoria psicanalítica – a episteme da psicanálise – não é de forma nenhuma dissociável da experiência da análise e, neste sentido, de sua *techné*, neste caso, da condição de linguagem do trabalho psicanalítico (Fédida, 1988, p. 107).

Lacan (1953, p. 247), em concordância com Fédida, afirma que os conceitos que fundamentam a técnica “só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala”. Por colocarme de acordo com essa ideia é que entendo que a estrutura, onde estão relacionadas técnica e teoria, deve ser homóloga à estrutura da linguagem.

A subjetividade do psicanalista na técnica

Ferenczi também abordou a influência da subjetividade e dos processos mentais do analista na técnica. Atribui-se a ele, inclusive, aquela que seria a segunda regra fundamental da psicanálise. Eis um trecho de *Elasticidade de Técnica Psicanalítica*:

Houve, todavia, e ainda há, no interior da técnica psicanalítica, muitas coisas que se tinha a impressão de serem individuais, pouco definíveis com palavras; logo de início o fato de, neste trabalho, a importância que parecia ser atribuída à “equação pessoal” era bem maior do que o que se podia aceitar na ciência. O próprio Freud, em suas últimas comunicações sobre a técnica, deixava livre o campo para outros métodos de trabalho em psicanálise, paralelos ao dele. É bem verdade que essa declaração é anterior à época da cristalização da *segunda regra fundamental da Psicanálise*, de que *quem quer que queira analisar os outros deve ser antes ele próprio analisado* (Ferenczi, 1928, p. 97).

Na sequência do texto, Ferenczi parece compreender, ou talvez desejar, porém, que a análise pessoal diminua as diferenças técnicas, pois eliminando as dificuldades subjetivas dos analistas, ela os tornaria capazes de controlar seu viés pessoal na aplicação de uma técnica uniforme. A chamada “equação pessoal”, a indeterminação, entretanto, permanece em questão. Ferenczi a chama de *tato psicológico* e afirma que aí estão implicadas variáveis como:

[...] saber quando e como se comunica algo ao analisando, quando se pode declarar que o material fornecido é suficiente para se tirar conclusões; que roupa dar à comunicação se for o caso; como reagir a uma reação inesperada ou desconcertante do paciente; quando se deve calar e esperar outras associações; em que momento o silêncio é uma tortura inútil para o paciente, etc. (Ferenczi, 1928, p. 97).

Muito embora a posição ferencziana aponte para a esperança de que a análise pessoal mais o saber adquirido com prática e teoria psicanalíticas possam permitir ao *tato psicológico* do analista decidir sempre “corretamente” diante das dificuldades de um tratamento, há um espaço de indeterminação da técnica que é diretamente associado à subjetividade do analista. Creio que seja preciso ressaltar que, embora não concorde que o chamado *tato psicológico* atinja um ideal que leve ao aniquilamento das

diferenças e imprecisões técnicas, é importante reconhecer como a indeterminação técnica é diretamente relacionada à subjetividade do psicanalista.

O primeiro argumento contra a opinião ferencziana, bastante óbvio, é que, ao final de suas respectivas análises, os psicanalistas achamos soluções técnicas e estilos cada vez mais diferenciados, não mais pontos de encontro, pois, ora, cada psicanálise é uma experiência singular. Então, é óbvio para nós, como foi para Ferenczi, que análises suficientemente profundas e bem conduzidas produzam analistas de técnicas cada vez mais semelhantes? Fédida (1988, p. 101) afirma que, associadas à “equação pessoal” e à análise própria do analista, “não é realista esperar uma espécie de *uniformização objetiva* da técnica analítica”, mas antes a “legitimação de um *estilo pessoal* de trabalho de cada analista”, fazendo ainda a ressalva de que o fazer psicanalítico deve guiar-se pela metapsicologia enquanto “discurso consensual da comunidade analítica”. A metapsicologia, teoria específica e própria da psicanálise, porém, é ela mesma um campo mutável e aberto para novos saberes e, desse modo, permite que estilo e teoria não sejam mutuamente excludentes. Pelo contrário, estão diretamente engendradas a singularidade do analista e a impossibilidade de uniformização da teoria e da técnica. Afirmamos, portanto, que, para não ser mecanizada, *a técnica exige o estilo singular do psicanalista*, agindo – e permitindo também que o inconsciente do psicanalisante aja – no espaço de indeterminação do campo técnico e ampliando o campo teórico. Ao separar a autoanálise das questões técnicas e metapsicológicas, a prática clínica se torna um conjunto de regras; objeto privilegiado das críticas de Lacan.

Tomando-se a psicanálise como uma experiência fundada na situação de tratamento e refundada no relance da pesquisa que gera a metapsicologia, é necessária a segunda regra fundamental proposta por Ferenczi. Todavia, há que se discordar que ela tenha as consequências por ele desejadas, já que elas não são congruentes com as propriedades da linguagem que apresenta Lacan, ou seja, a uniformização da técnica não é compatível com a noção de universo de discurso que porta uma falta estruturante. *Se orientada pela função da fala e pelo campo da linguagem, a técnica deve possuir uma inconsistência intrínseca capaz de acolher variantes.*

Lacan, por sua vez, trabalha a subjetividade do analista dentro de outra perspectiva, propondo o desejo do analista não como a influência singular de cada analista na técnica, mas uma função que deve operar no âmbito da transferência. Por exemplo: “[...] é o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise” (1964b, p. 868). Quais fundamentos subjazem tão concisa proposta?

Em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (Lacan, 1964a, p. 259), o desejo do analista é o que opera na transferência promovendo um movimento no sentido contrário a uma identificação idealizadora, face resistente da transferência. Ao apresentar ao sujeito a falta que lhe é intrínseca enquanto falta-a-ser, fazendo semblante de objeto *a*, o psicanalista age no sentido de esvaziamento do caráter imaginário e resistente da transferência. Eis o ato psicanalítico que, por presentificar o objeto *a*, é desalojador e fundador de uma nova sequência discursiva.

O desejo do analista não é, portanto, seu estilo, mas antes uma condição subjetiva que lhe permite psicanalisar, uma vez que ele mesmo tenha

fundado sua experiência enquanto psicanalisante. Caon (1997) afirma: "O desejo do psicanalista, enquanto pesquisador psicanalítico, será sempre o desejo de que o paciente (analisante) se analise". O elemento fundamental desse desejo é o objeto *a*, que é homólogo ao ponto de indeterminação do campo da técnica e do universo de discurso. A condição para psicanalisar será inaugurada pela transmissão do objeto faltante, ato que encerra uma análise e faz advir um psicanalista – o que Lacan chama de operação-verdade (1967-68).

A partir de Lacan, portanto, não há como conceber a técnica a não ser elasticamente, como as medidas tomadas pelo psicanalista que, autorizado por sua relação particular com a linguagem (operação-verdade), terá sua técnica moldada por seu estilo e sua formação, orientado por um "saber fazer" com a verdade. Por isso, não é demais retomar a afirmação de Freud:

Devo, contudo, tornar claro que o que estou asseverando é que esta técnica é a única apropriada à minha individualidade; não me arrisco a negar que um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta (Freud, 1912, p. 125).

Não sendo assim, cai-se novamente no conjunto de regras, na mecanização. A técnica não apenas permite, mas exige o estilo e o desejo do psicanalista orientado pela doura ignorância, isto é, guiado pela verdade.

Referências bibliográficas

CAON, J. L. (1996a). A refundação da experiência psicanalítica na pesquisa universitária a partir da apresentação psicanalítica de pacientes, in: **Pesquisa em psicanálise**. Belo Horizonte: Anpepp, p. 109-127.

_____. (1996b). Psicanálise <> Metapsicologia, in: **História, clínica e perspectiva nos cem anos de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 61-73.

_____. (1997). Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes, in: **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: UFRGS, v. 10, n. 01, p. 105-123.

_____. (1999). O pesquisador psicanalítico e a pesquisa psicanalítica, in: **Filosofia e psicanálise: um diálogo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 35-73.

ETCHEGOYEN, H. (2004). **Os Fundamentos da Técnica Psicanalítica**, 2ª edição. Porto Alegre: Artmed.

FÉDIDA, P. (1988). Elaboraões Técnicas na Psicanálise, in: **Clínica Psicanalítica: Estudos**. São Paulo: Editora Escuta, p. 95-108.

FERENCZI, S. (1928) Elasticidade da Técnica Psicanalítica. In: **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 25. Porto Alegre: APPOA, 2003.

FREUD, S. (1895 [1893-95]). Estudos sobre a histeria", in: **Obras Completas, ESB**, v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912). Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise, in: **Obras Completas, ESB**, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 125-133.

_____. (1913). Sobre o Início do Tratamento (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise I), in: **Obras Completas, ESB**, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 139-158.

LACAN, J. (1951). Intervenção Sobre a Transferência, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 214-225.

_____. (1953). Função e Campo da Palavra e da Linguagem em Psicanálise, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 238-324.

_____. (1955). Variantes do Tratamento Padrão, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 325-364.

_____. (1958). A Direção do Tratamento e os Princípios de seu Poder, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 591-652.

_____. (1964a). **O Seminário, Livro 11: Os Quatro Conceitos fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª edição, 1998.

_____. (1964b). Do "Trieb" de Freud e do desejo do analista, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 865-968.

_____. (1966). Do sujeito enfim em questão, in: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 229-237.

_____. (1967-68). **O Ato Psicanalítico**. Escola de Estudos Psicanalíticos. (publicação para circulação interna e uso dos membros).

_____. (1968-69). **O Seminário. Livro 16: De um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. (1972). O Aturdido, in: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 448-497.

_____. (2008). **O Mito Individual do Neurótico ou Poesia e Verdade na Neurose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SMIRNOFF, V. (1995) O modo interpretativo, in **Como a Interpretação vem a psicanalista**. MAJOR, R. (Org.). São Paulo: Editora Escuta, 1997, p. 63-69.

TRISKA, V. H. C. ; D'AGORD, M. R. L. (2009) . A TopoLógica da Verdade, in: **aSEPHallus** (Online), vol. IV, n. 7, nov./2008 a abr./2009. Disponível em http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_07/index.html.

Recebido em: 03/09/2009; aceito em: 19/11/2009.

Received in: 09/03/2009; accepted in 11/19/2009.

**O LÍDER DOS PSICÓLOGOS CLÍNICOS UNIVERSITÁRIOS SAI DE SUA CONCHA¹.
SEGUNDO ROLAND GORI², INSTALA-SE NA UNIVERSIDADE UM DISPOSITIVO DE
AVALIAÇÃO QUASE TOTALITÁRIO.**

Jacques-Alain Miller entrevista Roland Gori

**THE LEADER OF CLINICAL PSYCHOLOGISTS IN THE UNIVERSITY COMES OUT OF
HIS SHELL.**

**ACCORDING TO ROLAND GORI, THE EVALUATION SYSTEM INSTALLED IN THE
UNIVERSITY IS ALMOST TOTALITARIAN.**

Jacques-Alain Miller interviews Roland Gori

Resumo

A situação atual da psicopatologia e seus conflitos com a "Nomenklatura" da psicologia podem parecer simples episódios da discórdia originária entre os dois segmentos da psicologia na universidade. Até recentemente, esta partida conduzia-se, de um lado, para a psicologia dita científica e, de outro, para a psicologia clínica. Tínhamos uma espécie de acordo tácito entre os parceiros desses dois pólos. No jogo entre as duas correntes da psicologia, as vantagens distribuíam-se ao sabor do momento, as exigências sociais prevalecendo sobre as requisições científicas: ou a unidade centrípeta ou a secessão centrífuga. Este equilíbrio frágil tinha consistência quando as pessoas e as instituições se respeitavam. Começou a romper-se no final dos anos 1980 quando tentaram padronizar o modelo francês da psicologia alinhando-o ao anglo-saxão. Nos EUA, a referência à psicanálise desmorona na tradição psiquiátrica sob a ditadura do DSM III e IV servindo-se da psicologia experimental mais estéril, a diferencial. A partir daí, as práticas do tratamento psíquico estão sob o controle do modelo experimental, mas tendemos a substituí-las por terapias químicas.

Palavras-chave: psicanálise, psicologia, psicopatologia, universidade,

Abstract

The current situation of psychopathology and its conflicts with the "Nomenklatura" of psychology, may seem like simple episodes of the original fight between the two segments of psychology in the university. Until recently, the match was conducted, on one side, to the self-proclaimed scientific psychology, and to clinic psychology on the other side. We had a sort of silent agreement between the partners of both poles. In the match between the two orientations in psychology, the advantages changed at every moment if the social demands prevailed upon the needs of science, there was unity or division. This fragile balance existed while people and institutions respected each other. It

started to break in the late 1980's when they attempted to standardize the french method of psychology with the anglo saxon method. In the United States, the use of psychoanalysis crumbles in the psychiatric tradition under the dictature of DSM III and IV, using the most sterile of experimental psychologies, the differential one. From then on, the practices of psychological treatment are under the control of the experimental model, but we tend to trade them for chemical therapies.

Key Words: psychoanalysis, psychology, psychopathology, university.

Jacques-Alain Miller: É preciso que você consiga fazer com que compreendam o que há de radicalmente novo no que está acontecendo. Já faz algum tempo que os cognitivistas e os clínicos se engalfinham na universidade. Porque agora o seu manifesto "Salvemos a clínica"? Porque a mobilização de seus signatários? Porque você fala de uma luta "vital", já que a partida começou há muito tempo?

Roland Gori: Sim, você tem razão, de certo modo a situação atual da psicopatologia e os seus conflitos com a "Nomenclatura" da psicologia podem aparecer como simples episódios da discórdia originária entre os dois segmentos da psicologia na universidade. Estes dois segmentos, a psicologia experimental e a psicologia clínica, negociam cada um ao seu modo, desde 1947, data da criação da licenciatura em psicologia, suas cotações na bolsa do mercado universitário. Até recentemente, esta partida, conduzia-se, de um lado para a psicologia dita científica, com os recursos de um método baseado nas ciências biológicas e, de outro, para a psicologia clínica, com os recursos da demanda social – de um lado, com as vantagens alcançadas pelos profissionais e, de outro, com o desejo dos estudantes que os levavam às questões clínicas. Logo, tínhamos uma espécie de acordo tácito entre os parceiros desses dois pólos da psicologia que Lagache localizava meio precipitadamente, uma, sob a insígnia do naturalismo e a outra, sob a bandeira do humanismo. Em meio a este jogo de cartas entre as correntes da psicologia, esquematicamente referidas para um às ciências do comportamento e para o outro às clínicas da intersubjetividade, as vantagens distribuíam-se mais ou menos ao sabor do momento, desde que as exigências sociais prevalecessem sobre as requisições científicas, ou vice-versa. E, de acordo com os momentos históricos, estes dois momentos tendiam mais ou menos à unidade centrípeta ou à secessão centrífuga. Mas, de modo geral, segundo o meu amigo Jean-Léon Beauvois, havia um acordo tácito para que os clínicos fornecessem um batalhão de estudantes efetivos e suscetíveis de pesar na atribuição dos postos universitários e, em troca, os experimentalistas conferissem à disciplina um selo de cientificidade que pudesse dotá-la com créditos de pesquisa e reconhecimento institucional, do tipo CNRS³.

Jacques-Alain Miller: Sim, era um equilíbrio frágil, e que não é mais que uma lembrança. Quando e porque ele se quebrou?

Roland Gori: Este equilíbrio frágil, é verdade, era ao mesmo tempo suficientemente consistente quando as pessoas e as instituições se respeitavam. Começou a romper-se no final dos anos 1980 quando alguns

pesquisadores, alimentados pela "pensée - mammoth"⁴ de Claude Allègre, tentaram padronizar o modelo francês da psicologia – em particular, a psicologia clínica e a psicologia social - alinhando-o ao modelo anglo-saxão. É preciso saber que, nos Estados Unidos, se a psicanálise constituiu uma referência considerável em psiquiatria, em contrapartida, ela quase nunca conseguiu infiltrar-se no campo da psicologia universitária americana, que se manteve sempre muito reticente. Muito pelo contrário, foi servindo-se da psicologia, em particular a psicologia diferencial, que a psiquiatria neo-kraepeliniana criou o famoso DSM III, cuja publicação e o status de autoridade em 1980 assinaram o atestado de óbito da psicopatologia clássica.

O DSM III nutriu-se inteiramente desta psicologia diferencial americana que, com a ajuda da análise fatorial, fabricou escalas de avaliação e de categorização de comportamentos. Esta nova psiquiatria americana mostra-se extremamente porosa aos olhos dos ideais da civilização e não tem nada de científica: eu tentei demonstrá-lo no *La Santé totalitaire*⁵. Mas, apoiando-se nos métodos tradicionais da psicologia, ela dirá operar objetivamente e cientificamente.

Portanto, nos Estados Unidos, a referência à psicanálise desmorona nos meios tradicionais da psiquiatria, sob os golpes da ditadura do DSM III e IV, servindo-se da psicologia experimental mais estéril, isto é, a psicologia diferencial. Todas as práticas psiquiátricas, psicopatológicas e psicológicas encontram-se então decompostas e recompostas. A partir deste momento, e cada vez mais, colocamos as práticas do tratamento psíquico sob o controle normatizado do modelo experimental, por um lado, e, por outro, tendemos a substituí-las por terapias químicas. O catálogo de transtornos do comportamento dos DSM fornece um verdadeiro mercado em expansão para as indústrias da saúde. A campanha atual sobre a depressão na França é um bom exemplo disso.

Nos Estados Unidos, este modelo animal veterinário da psicologia diferencial estrutura a psiquiatria e a psicopatologia. Como se necessita de um pouco de alma, acrescentamos as terapias psicológicas mais superficiais. Ressuscitamos até as velhas receitas do final do século XIX, repaginadas por um *lifting* com as técnicas mais modernas de gestão e de governança esportivo-gerencial das condutas. Estamos no "Império dos treinadores" no ponto em que "as terapias mais *soft* procuram desesperadamente as patologias flexíveis".

Estendi-me um pouco neste ponto, mas é preciso compreender bem o seguinte: quando os nossos *experts* atuais pedem para nos submetermos aos critérios internacionais, quer dizer, aqueles dos Estados Unidos e do modelo anglo-saxão em geral, eles nos convidam pura e simplesmente a desaparecer. Quando eles são rígidos e falam em nome desses dispositivos de propaganda e de retórica publicitária que são as diferentes pesquisas de avaliação (por exemplo, do INSERM⁶ no campo da saúde mental), eles nos dizem que não somos científicos e que somos ao mesmo tempo perigosos e ineficazes: não estamos muito longe disso. Quando são *light*, eles nos dizem: "A psicanálise? Tudo bem, contanto que ela se misture com outra coisa": um pouco de hipnose, um pouco de análise transacional, uma pitada de terapia familiar, muita TCC e uma grande dose de psicotrópicos. Quer dizer, eles nos pedem para subverter a psicanálise em nome da psicologia

clínica integrativa - o que é a melhor maneira de desintegrá-la. Serban Ionescu⁷ revelou-se como grande referência na França, onde foi um dos principais responsáveis pelas análises dos laboratórios de psicologia na MSPT.

Logo, veja, o que mudou fundamentalmente, a cartas estão marcadas: em nome do modelo anglo-saxão, nossos parceiros de jogo nos dizem pura e simplesmente que querem continuar a jogar conosco na condição de que sejam eles a anunciar a cor dos trunfos.

Jacques-Alain Miller: Ah! Muito bem. Você explicou muito bem o que mudou na partida que se joga na Universidade entre os clínicos e os cognitivistas. Os cognitivistas, que foram até agora seus rivais, mas que funcionavam na realidade como seus parceiros, se dobraram, se tornaram seus adversários declarados, e mais, ocuparam o lugar do árbitro.

Roland Gori: A medicalização da psicopatologia estraga a psiquiatria e a psicologia clínica em nome da "saúde mental", o que é um modo de fazê-los voltar ao âmago da higiene, da qual a psiquiatria descende. A "saúde mental" é a psiquiatria temperada ao gosto da saúde pública e da epidemiologia. Novamente, eu acredito, mantemos o mesmo combate, já que a redução do sujeito trágico, sujeito dividido, a um "homem comportamental", segundo nossa amiga Elisabeth Roudinesco, constitui pura e simplesmente o pretexto ideológico permitindo que a medicina e certa psicologia participem da nova governança das condutas.

Simplesmente, no sentido de compreender melhor o que está acontecendo, a psicopatologia também deve ser reconhecida, segundo as afirmações de Michel Foucault, como "um fato de civilização". É o trabalho que tentei fazer com Marie-José Del Volgo em *Les exilés de l'intime*⁸. Os operadores e os dispositivos que fabricam as supostas novas práticas profissionais de tratamento e as teorias que as regulam, são menos a causa de um novo estado da cultura que um sintoma de seus modos de subjetivação. Por outro lado, esses operadores psicopatológicos recompõem as nossas sensibilidades psicológicas e sociais. Portanto, em uma palavra como em cem, esses dispositivos de análise dos comportamentos e suas avaliações "ao quadrado" através de outros sistemas de análise, são provenientes de um nicho ecológico, o da nossa civilização, hoje em dia civilização neoliberal que está sendo reconstruída.

Logo, sublinha-se de bom grado que a opinião encontra-se recomposta e fabricada pelas retóricas, propagandas e publicidades enganosas das supostas análises científicas. Mas é porque essa opinião já está preparada a acolhê-los em função dos ideais de sua civilização. Esta tese é objeto do nosso trabalho com Marie José Del Volgo. Os nossos adversários surfam nas ondas das ideologias que predisõem a nossa civilização a acolher cada vez mais, em nome da ciência, um modelo cognitivo instrumental cumprindo uma prescrição social. Portanto, veja você, eu compreendo o termo ideologia no sentido próprio marxista, definindo um modo de conhecimento que pretende ter uma descrição supostamente científica da realidade, mas que se revela como um discurso de controle social e de regulação normativa dos atos e das práticas.

Já ouvi diversas vezes universitários dizerem que as atuais avaliações das formações e publicações são talvez lastimáveis, mas que não tínhamos escolha por se tratar de uma realidade internacional. A realidade globalizada é evidentemente a do mercado, dos seus efeitos de veridicidade e de construções imaginárias que permitem à economia funcionar. Mais do que nunca, precisamos ler Freud e Lacan com Marx.

Eis por que nossos adversários hoje em dia mais do que antes têm uma vantagem ideológica considerável sobre nós, o que lhes permite aproximar cada vez mais a psicologia da Prefeitura afastando-a do Panteão. Bastam alguns homens e alguns dispositivos para que o resto seja feito.

Os psicólogos clínicos encurralados

Jacques-Alain Miller: Eu não vejo em que a inspiração do trio Monteil-Lécuyer-Fayol seria liberal. Eles são animados por uma ideologia avaliacionista, gerencial e niveladora, compartilhada com a maioria dos peritos do partido socialista e com a revista *Esprit*. O PS é da oposição, mas suas idéias estão no poder. O que há de pior em sua ideologia inspira os nossos governantes. O engodo da história é que um ministério de direita esgota-se ao realizar uma política de esquerda – enfim, de esquerda... o que a esquerda tornou-se: “um grande cadáver às avessas”, segundo BHL. Essa esquerda está nas mãos dos “sociomaníacos” estigmatizado por Sollers.

Roland Gori: O que eu vejo, caro Jacques-Alain, é que a minha resposta não te entusiasma. Porém, era preciso criar adequadamente o cenário antes de encenar a história e mostrar os personagens. Eu não localizei à esquerda ou à direita os locais de implantação dessa ideologia neoliberal de um “homem econômico” como dizia Marcel Mauss, “empresário de si mesmo”, estrategista calculador e racional treinado para pilotar a própria vida e os seus atos fornecendo uma série de indicadores produzidos por todo tipo de medidas mais ou menos grotescas. Portanto, se você concordar, não vamos mais consentir com a babaquice humana: ela não tem limites.

Em seguida, você me fala de um trio que atualmente prejudicaria os ensinos e as pesquisas de psicopatologia e de psicanálise na Universidade. Sim, talvez, mas de que nicho ecológico o poder deles brotou? Trata-se de esclarecer isto.

Esses colegas são certamente de esquerda, mas à maneira de Claude Allègre⁹, eles têm uma concepção gerencial, contábil e científica das disciplinas universitárias. Deste ponto de vista, eles são fundamentalmente antiliberais. Eu penso, sobretudo, que os avaliadores atuais terão brevemente algumas dificuldades, quando a nova autonomia das Universidades conduzi-los a escolher as ofertas de formação que o mercado oferece. O poder não está longe disso: de um lado, homogeneizamos, padronizamos, normatizamos, terceirizamos; de outro, exaltamos a concorrência, a competição, o desempenho e o darwinismo social. Eu não quero abusar da paciência dos leitores do LNA¹⁰, mas é claro para mim que as ideologias neoliberais também são as patrocinadoras das práticas antiliberais. Deixemos isso de lado, porque este é outro problema.

Jacques-Alain Miller: Deixemos, de acordo, mas será preciso retomá-lo outra vez. Você sabe que eu convoquei em novembro passado um "Fórum Extraordinário" contra os abusos da quantificação. O que você pensa do todo quantificado ou do empuxo a quantificação?

Roland Gori: Estamos assistindo a um verdadeiro frenesi do todo quantificado. Ele se opõe ponto a ponto à avaliação dos pares, que pedem os universitários. Com a nova língua da avaliação, medimos tudo e qualquer coisa. Um sindicato inglês de pesquisa e de ensino superior recentemente promoveu uma enquete demonstrando que 80% dos pesquisadores desaprovavam os indicadores bibliométricos que os burocratas lhes impunham. Além disso, são nas disciplinas científicas mais prestigiosas que encontramos a ponta de lança da contestação dos critérios bibliométricos.

No domínio, das letras e das ciências humanas, todos aqueles que querem mimetizar o modelo das ciências exatas realizam os seus malfeitos em nome da necessária avaliação. Novamente, ignoramos magnificamente que nos Estados Unidos o sistema universitário é certamente competitivo, porém, mais complexo e com várias etapas. Essas Universidades, as então chamadas de *Liberal Arts*, que se aproximam dos nossos setores universitários de letras e ciências humanas, são mantidas por doações provenientes dos benefícios entregues pelas feiras profissionais e científicas. Novamente, a pretensa adequação ao modelo anglo-saxão é mais ideológica do que real. Ela permite aos burocratas dar golpes decisivos nas disciplinas e nas correntes de que não gostam.

Portanto, que os Estados Unidos sejam líderes no domínio da psicologia e da psicopatologia cognitivo-comportamentais, é incontestável. Devemos do mesmo modo destruir os modelos que são seus concorrentes e onde nós somos performáticos? É o que me parece ridículo hoje em dia. Num outro domínio, equivaleria a abater os Airbus porque eles não se assemelham suficientemente aos Boeing!

No que se refere aos dispositivos de avaliação, eles são fundamentalmente centralizadores, normatizadores. São certamente pertinentes em certos setores, mas ridículos em outros.

Jacques-Alain Miller: Porque existe hoje em dia na França um perigo vital para a psicanálise na Universidade?

Roland Gori: Simplesmente porque os psicólogos clínicos estão presos em uma máquina cujas engrenagens podem esmagá-los. Há de um lado a Direção de Ensino Superior (DES), que habilita as formações que dão diplomas. Há de outro lado as Agências de avaliação da pesquisa que habilitam estes laboratórios. Finalmente, há o CNU que qualifica os professores e os mestres conferencistas. Para se qualificar como psicólogo clínico é preciso ter a titularidade de Mestrado em psicologia. Para poder expedir os graus de Mestre em psicologia é preciso que as equipes de pesquisa sejam reconhecidas como laboratórios aprovados e que as suas formações sejam propostas pela Universidade e legitimadas pelo DES. Se não for o caso para certas equipes de psicopatologia clínica, elas não poderão mais expedir os graus de Mestre, recrutar colegas – e os seus doutorandos estarão em dificuldades dado que não pertencerão mais a formações ou a equipes autorizadas. O círculo estará fechado.

Jacques-Alain Miller: Você poderia descrever o que está acontecendo atualmente?

Roland Gori: Começaram por destruir os laboratórios. Foi o caso em Montpellier, em Toulouse, em Bordeaux, etc. Ou melhor, os colocaram em apuros, como foi o caso em Paris XIII, em Lyon, em Rennes, em Poitiers, etc. Eles são forçados a mais ou menos perder suas especificidades ao integrarem equipes de dominância cognitivo-comportamental. Subitamente, ao nível dos mestrados propostos para formar futuros clínicos, diminuiu-se consideravelmente a parte formal psicopatológica e clínica da formação dos estudantes. O que evidentemente permite um recrutamento ainda mais escasso dos universitários clínicos em benefício de outras abordagens. E pela lei dos números, as comissões de especialistas recrutam colegas com base em critérios ideologicamente contrários à abordagem clínica, aumentando a espiral infernal que nos conduz ao desaparecimento. Temos ainda, esta figura impressionante em que o número de universitários clínicos recrutados ficou inversamente proporcional ao grande número da demanda estudantil que busca na universidade os ensinamentos de psicanálise e a formação de psicopatologia.

As coisas se agravaram muito nesses últimos meses. Para roubar empregos e formação dos psicanalistas, deixaram florescer orientações "descontroladas", do estilo neuropsicologia clínica, psicologia desenvolvimentista clínica, etc. Em suma, desqualifica-se o significativo clínico para apoderar-se dos locais de ensino e de pesquisa instituídos por eles.

Melhor ainda: a reforma LMD, promovida por Jean Marc Monteil, permitiu na transição minorar o valor dos antigos diplomas profissionais especializados em psicologia clínica em benefício de vários Mestrados aplicativos de modelos não clínicos no setor da saúde: handicap, psicologia da saúde, etc.

Finalmente, completando o percurso, uma portaria decidiu que todo titular de Mestrado qualquer que seja ele, pode ser qualificado como clínico. Isto é um golpe de mestre porque permite recrutar em nome do significativo "saúde" ou "handicap" psicólogos em promoção, que não possuem a formação necessária à clínica. Recebemos várias correspondências de psiquiatras inquietando-se ao verem recrutar psicólogos que não têm a formação clínica e psicopatológica dos nossos titulares de Mestrado e que ocupam os raros cargos disponíveis em psiquiatria. A meu ver, esta política de infiltração e de colonização já está muito avançada.

As coisas chegaram ao ponto que o SIUEERPP¹¹, reunido em AG em Rennes no dia 2 de dezembro passado, votou por unanimidade uma moção de protesto a esse respeito. Por razões tanto éticas como epistemológicas, contestamos a validade das últimas avaliações efetuadas, bem como os critérios que foram aplicados até então e solicitamos com urgência que reuniões sejam rapidamente organizadas pelas autoridades de fiscalização para garantir a transparência destas análises, estabelecer-lhes critérios adequados e assegurar-se da nomeação de peritos verdadeiramente representativos da pluralidade da disciplina.

O trio

Jacques-Alain Miller: Eu aprendo muito te escutando. Para terminar, você poderia ainda assim, me dizer uma palavra sobre o papel das pessoas que eu citei como: MM. Monteil, Lécuyer e Fayol?

Roland Gori: Bom, eu vou superar o meu embaraço e as minhas inibições. Devo reconhecer que você é bem informado. Depois de ter sido presidente da Universidade de Clermont Ferrand, vice-presidente da Conferência dos Presidentes, reitor em Bordeaux, depois em Aix en Provence, Jean-Marc Monteil foi nomeado diretor da DES, depois presidente da AERES¹². Hoje em dia é encarregado de missão junto ao Primeiro Ministro. É um colega, brilhante, inteligente, um *workaholic*, profundo conhecedor de seus processos. Reconheço nele apenas um defeito: ele não gosta da clínica e menos ainda da Psicanálise.

Na DES, ele teve como conselheiro para os assuntos das "ciências humanas e sociais" o meu amigo Jean-Paul Caverni, psicólogo cognitivista renomado, mas atento à biodiversidade das espécies teóricas e muito preocupado com as exigências da reflexão ética e cidadã. No CCNE (Comitê Consultivo Nacional Ético), ele soube impulsionar debates éticos e epistemológicos entre nós. Caverni foi presidente da Universidade de Aix-Marseille I: sua profunda honestidade, seu humanismo, seu interesse pela clínica e pela psicanálise nos permitiu seguir dentro de um ambiente hostil. Desde o início de 2007, ele deixou a presidência e um professor de Paris 5 o substituiu, Roger Lécuyer. A coisa aí muda de figura. Roger Lécuyer foi um artesão decisivo da Lei de 1985 sobre o uso do título de psicólogo. Esta Lei tem certamente qualidades, reivindicadas pelos sindicatos profissionais, mas ela apresenta um defeito presunçoso: definir o acesso a um título do qual não se define nem as práticas que autoriza, nem as funções e menos ainda o estatuto, que ele supõe. Foi nesta lei que o Ministério da Saúde se inspirou quando tentou elaborar o decreto de aplicação da lei fixando o acesso ao título de psicoterapeuta. Nesta lei que protege o título de psicólogo, favoreceu-se o menor denominador comum de competência. Subitamente, reduz-se a formação dos clínicos aos cinco anos de estudos acadêmicos e se desqualifica de fato as experiências clínicas, as formações complementares, analíticas e psicopatológicas, que os profissionais de saúde tendiam tradicionalmente a adquirir como complemento de sua formação acadêmica.

Roger Lécuyer, que não é um colega "malvado", preside atualmente a FFPP (Federação Francesa dos Psicólogos e da Psicologia). No meu modo de ver, isto evidencia um conflito de interesse maior: Lécuyer é ao mesmo tempo o Grande Chefe dos dispositivos de habilitação e o Presidente de uma das associações mais partidárias e preocupadas em normatizar nossas formações de psicologia ao menor denominador comum e ao mesmo tempo uma das menos representativas no meio profissional.

A Federação tem a característica de ser um pouco fantasma. Além disso, ela perdeu uma boa parte de seus apoios mais poderosos, o Sindicato Nacional dos Psicólogos, a Associação da Escola Católica dos clínicos de Paris. Logo, essa associação não representativa é, no entanto, a única a beneficiar-se do reconhecimento europeu, a única que distribuirá a certificação européia EuroPsy às nossas formações em psicologia, a única habilitada a reconhecer as qualificações profissionais dos futuros profissionais da saúde, a única a

validar os currículos da formação. Em que ele apoiou-se para conseguir essa OPA sobre o EuroPsy? É concebível que este monopólio se mantenha?

No ano passado, Roger Lécuyer fez uma turnê pelas universidades francesas na tentativa de convencer seus Presidentes a instituir uma seleção de estudantes ao nível do primeiro ano de Mestrado, o que seria praticamente recrutar os nossos futuros estudantes com base em critérios externos à clínica, dado que a origem comum em psicologia favorece, sobretudo, as outras abordagens – cognitiva, diferencial, desenvolvimentista, neurociência, etc. Acrescente a isso que Lécuyer é conselheiro da DES e tem um poder considerável na designação dos membros nomeados pela DES no CNU: você pode compreender por que – esta é, pelo menos, uma hipótese – este ano nenhum clínico foi nomeado no CNU, Conselho Nacional das Universidades. O CNU sempre se mostrou até o presente momento, mais tolerante e aberto que os outros aos diversos dispositivos de avaliação. Vamos ver como as coisas vão acontecer nas próximas sessões de qualificação.

Acrescente a isso Michel Fayol na direção da AERES, e você não terá nenhuma dificuldade em compreender porque o grupo encarregado de avaliar todos os laboratórios em curso de reabilitação não compreende nenhum clínico de nossa orientação, à exceção de Rassial.

Jacques-Alain Miller: Há até pouco tempo, eu nunca tinha ouvido falar de Michel Fayol, aliás, nem da AERES, mas ele entrou em contato comigo a respeito do departamento de psicanálise de Paris VIII. Ai eu comecei a entender.

Roland Gori: Esperemos os resultados das próximas “visitas” de avaliação no local, vamos ver qual será a composição destas comissões, sabemos ao menos quem tem o poder de anunciar os valores. Portanto, você compreenderá facilmente, meu caro Jacques Alain Miller, porque me sinto obrigado a sair de minha concha. Demais, é demais. É uma antiga lei histórica: o que começa pelo cômico, pelo grotesco, termina em tragédia. E já estamos quase lá. O dispositivo de avaliação e de qualificação generalizada das nossas formações e de nossas pesquisas parece ter se tornado quase totalitário.

Traduzido por: Kátia Danemberg.

Revisado por: Catarina Coelho dos Santos.

Notas

1. Publicado originalmente na revista *Le Nouvel Âne* n. 8, Paris: forumpsy.org, février 2008, p. 40-42.
2. Roland Gori é psicólogo e psicanalista, doutor pela Sorbonne, professor de Psicopatologia Clínica da Université d'Aix-Marseille 1, diretor do Centre Inter-Régional de Recherches en Psychopathologie Clinique, diretor de publicação da revista *Cliniques méditerranéennes: Psychanalyse et psychopathologie freudiennes*, presidente do Groupe Méditerranéene d'Etudes Freudiennes, autor de

numerosos artigos publicados na França, Itália, Alemanha, Espanha, Portugal e Brasil e dos livros *Le corps et le signe dans l'acte de parole* (Paris: Dunod, 1978), *A prova pela fala. Sobre a causalidade em psicanálise* (São Paulo: Escuta, 1998), *A lógica das paixões* (Rio de Janeiro: Ed. Cia. De Freud, 2004), *L'empire des coachs, une nouvelle forme de contrôle social* (em co-autoria com Pierre Le Coz; Paris: Albin Michel, 2006).

3. CNRS: Centre national de la recherche scientifique
4. Nota da tradução: a expressão significa "pensamento mamute" e escolhemos não traduzir, pois não acrescentaria nada ao sentido do texto.
5. Roland Gori, Marie-José Del Volgo, *La Santé totalitaire: Essai sur la médicalisation de l'existence*. Paris: Denoël, 2005.
6. INSERM: Instituto nacional pour la santé, ensino e pesquisas médicas.
7. Serban Ionescu (1950-), ator romeno.
8. Roland Gori, Marie-José Del Volgo. *Exilés de l'intime: la médecine et la psychiatrie au service du nouvel ordre économique*. Paris: Denoël, 2008.
9. Claude Jean Allègre (Paris, 31 de março de 1937) é um geoquímico e político francês.
10. LNA: journal *Le Nouvel Âne*, editado por Jacques-Alain Miller. Paris: Navarin.
11. SIUEERPP: Séminaire Inter-Universitaire Européen d'Enseignement et de Recherche en Psychopathologie et Psychanalyse.
12. AERES: Agência de Avaliação da Pesquisa e do Ensino superior (Agence d'Évaluation de La Recherche et de l'Enseignement supérieur).

Recebido em: 15/03/2008; aceito em: 21/06/2008.

Received in: 03/15/2008; accepted in: 06/21/2008.

**CARTAS EM SOFRIMENTO
O avesso¹****LETTERS IN SUFFERING
The other side****Jean-Claude Milner**

Linguista
Filósofo e ensaísta
Professor de linguística na Universidade Paris VII
Professor no Collège International de Philosophie de Paris

Resumo

Uma carta chega sempre ao seu destino, escreveu Lacan, comentando Poe. O político do século XXI opera espertamente com este limite. Ele se apresenta como último destinatário. Apostou que conseguiria reter a carta no momento certo do percurso, de forma que ela pare e mantenha-se a ele endereçada para sempre. Para ele, e em nome de todos os outros. O desvio foi bem sucedido. O fato é, entretanto, que o político não é o destinatário. A cada instante, a carta pode partir novamente. Só depende da aprovação do público. Enquanto esta aprovação não for dada, a carta permanecerá lá onde ela está. Como se tivesse chegado definitivamente.

Palavras-chave: psicanálise, política, significante, carta.

Abstract

In commenting Poe, Lacan wrote that a letter always reaches its destination. The politician of the twenty-first century operates shrewdly with that limit. He presents himself as the last destinations. He bets he will be able to take the letter at the right moment of its path in a way that it will stop and remain forever addressed to him. To him and in the name of everybody else. The bypass was successful, but the fact is, the letter is not addressed to him, so it can leave any time, it only depends on the public's approval. While it is not given, the letter will remain where it is. As if it had finally arrived.

Key words: psychoanalysis, politics, significant, letter.

Carta de Guy Môquet, cartas de *poilus*², a leitura pública de uma carta particular pertence doravante à arte de governar. Antigamente, os advogados e os pregadores recorriam ao *exempla*: anedotas quase sempre inventadas, que eles encontravam em coleções apropriadas. Os políticos do século XX haviam retomado o gênero modernizando-o: o melhor apoio ao seu discurso era extraído de seu próprio fundamento. Com frases na

primeira pessoa, reproduzindo a lembrança pessoal, podiam convocar à vontade a figura pela qual eles ilustrariam a virtude principal do momento. Todo dirigente comunista já havia encontrado uma camponesa que, sem nunca ter lido um livro, compreendia as razões para a construção do socialismo, bem como todo candidato a presidência dos Estados Unidos pode citar o nome de um honesto empregado de cidade pequena que trabalha sem parar pela construção do sonho americano; é ainda melhor se o tal empregado for um de seus parentes próximos. A lista é adaptável ao infinito. Ela serve para qualquer situação. Poder-se-ia concluir que não precisaria ser renovada em seu princípio. De fato, os políticos do século XXI pareciam dever se contentar com ela.

O atual Presidente da República francesa deseja manifestamente distinguir-se entre eles. Porque a carta lida em voz alta renova um pouco o método. Primeira observação, de simples evidência: tal leitura apóia-se sobre um desvio. É a mola mestra do procedimento. Exercendo sua função, a carta não deve referir-se em nada ao mediador político; somente nessa condição ela desempenha o seu papel de testemunha. Estamos então na antítese do *exemplum* tradicional; antes, a legitimidade do político nascia de um encontro vivo – real ou inventado; hoje em dia, ela nasce da impossibilidade do encontro. É absolutamente necessário que o autor da carta, no momento em que escrevia, ignorasse tudo sobre o político a advir; a única garantia precisa de tal ignorância era de que o autor estivesse morto há muito tempo.

A carta endereçava-se a um destinatário. Ele deve estar fora do jogo. Sempre no sentido de assegurar a validade do testemunho. Mesmo assim, a melhor garantia vem da morte: como o autor da carta, o destinatário tem que estar morto e, de preferência, há muito tempo. No texto de um morto endereçado aos mortos, encontramos a definição sintética do documento histórico. Como pré-requisito necessário à leitura das cartas de Guy Môquet e dos *poilus*, foi preciso que estas cartas fossem erigidas como material de saber. Este é o trabalho do historiador, momento do primeiro desvio, que autoriza os outros. Todas as orientações confundidas, as diversas e brilhantes escolas históricas francesas, de Michelet a Fustel de Coulanges, de Soboul a Furet encontram-se na posição menos favorável para satisfazê-la; elas se tornaram ou voltaram a ser o que talvez secretamente elas fossem chamadas a se tornar: servas da arte de governar.

Ainda assim, trata-se de uma carta e de um desvio. Os leitores de Poe conhecem o mecanismo; é desta forma que um ministro astucioso se apodera da carta da rainha. Reconheço que para fins completamente diferentes; o ministro de Poe deseja exercer uma chantagem às expensas daquela que escreveu a carta. O político do século XXI não exerce nenhuma chantagem. Muito pelo contrário, é fundamental que o autor da carta não sofra nenhum prejuízo; sobretudo, é decisivo que lhe advenham glória e honra. Estamos no coração da formação de uma estratégia de opinião. Os presidentes franceses do crepúsculo do século XX desejavam obter o consenso pelo consensual; o atual presidente acredita poder obter o consenso através da divisão. Também lhe são necessários ingredientes suplementares; dentre eles, os recursos da paixão. Admirar um herói, chorar a sua morte, exaltação e luto, o que de mais eficaz para unir aqueles que no momento anterior, tinham sido opostos? A partir daí, por que hesitar em levar adiante conceitos que dividem – identidade nacional, testes de

DNA, imigração seletiva³ - visto que no momento certo, podemos recorrer à carta de um morto, quer dizer, à história que a conservou. O documento histórico, longe de ser livre de paixões como exigiam Tucídides e Tácito, serve para excitá-los. Admitimos que ele as purifique e que reencontremos o teatro. A leitura das cartas substitui exatamente a tragédia, só que sem arte. Portanto, sem chantagem, simplesmente uma mudança de endereço; a intervenção do político no século XXI limita-se a modificar a trajetória de uma carta. Ora, para uma carta, a trajetória é essencial. O político, a intervenção do político, brinca com as leis do significante como quando jogamos cartas. Fazendo-nos ler a carta, o político presta homenagem ao seu autor; reciprocamente, a carta lida em voz alta, presta testemunho da vontade do político de ser homenageado. Mas como o político, neste momento, não é outra coisa senão esta vontade de ser homenageado, a carta, destacada de seu autor e de seu destinatário, presta homenagem ao próprio político. O tempo se dobra como na ficção científica. Guy Môquet e os *poilus* escreveram àqueles que decidiram lê-los. De um ponto ao outro, as mensagens circulam e se reenviam de forma invertida.

Mas as leis do significante são mais fortes que qualquer jogador e a partida não terminou. Como o herói de Puchkin, o político do século XXI aliou-se à dama de paus – carta da morte e da história; sabemos como se concluiu a narrativa. Ademais, há presságios. A disciplina histórica só permite que os escritos sirvam aos interesses, com a condição de que ela mesma seja reduzida a uma técnica de tratamento de documentos escritos. Entretanto, esta é uma definição estreita de história. Ela revelou-se útil nos limites do hexágono; no espaço europeu e atlântico, ela não foi inútil. Mas sabemos que os africanos foram feridos e com razão; povos sem escrita não têm história? Os povos sem história não têm povos? Os sujeitos sem povo são objetos descartáveis? O político deveria pensar sobre isso.

Uma carta chega sempre ao seu destino, escreveu Lacan⁴, comentando Poe. O político do século XXI opera espertamente com este limite. Ele se apresenta como último destinatário. Apostou que conseguiria reter a carta no momento certo do percurso, de forma que ela pare e mantenha-se a ele endereçada para sempre. Para ele, e em nome de todos os outros. O desvio foi bem sucedido. O fato é, entretanto, que o político não é o destinatário. A cada instante, a carta pode partir novamente. Só depende da aprovação do público. Enquanto esta aprovação não for dada, a carta permanecerá lá onde ela está. Como se tivesse chegado definitivamente.

É verdade que o público aceita. Por enquanto. Primeiramente porque o público continua acreditando ser um público – o que não é; em seguida porque o público continua acreditando que há prazer em tomar-se por um público – prazer que ele não experimenta. E finalmente, graças à carta e à emoção que ela suscita, imaginam-se unidos enquanto público que de fato não são no prazer que não experimentam. Virá o momento, no entanto, em que o limite se apresentará, porque é real. Após tantos contornos, desvios e reversões, as cartas chegarão aos seus verdadeiros destinos. Um único indício assegurará que isto ocorreu: o silêncio reencontrado. Porque a característica de uma carta que chegou ao seu destino é que mais ninguém fala nela.

Traduzido por: Kátia Danenberg
Revisado por: Catarina Coelho dos Santos

Notas:

1. Publicado originalmente na revista *Le Nouvel Âne* n. 8, Paris: forumpsy.org, février 2008, p. 6.
2. Nota da tradução: *poilu* é como se denominava o soldado francês na primeira guerra mundial.
3. Nota da tradução: o termo utilizado aqui - *immigration choisie* - se refere à polêmica decisão de aplicar critérios sócio-econômicos na concessão de vistos à imigrantes, devido ao fato de a imigração ter se tornado questão problemática na França.
4. Nota do revisor: Lacan faz esta observação no texto "Comentário sobre 'A carta roubada'", publicado no seu livro *Escritos*, Rio de Janeiro: JZE, 1998.

Recebido em: 15/03/2008; aceito em: 21/06/2008.

Received in: 03/15/2008; accepted in: 06/21/2008.

A UNIDADE DA PSICOLOGIA SOBREVIVEU¹**PSYCHOLOGY'S WHOLENESS HAS SURVIVED****Jean-Claude Maleval**

Psicanalista
Professor de Psicopatologia do Laboratório de Psicopatologia e Clínicas
Psicanalíticas
Membro da École de la Cause Freudienne
Membro da Associação Mundial de Psicanálise
jean-claude.maleval@uhb.fr

Resumo

Lagache criou o mito de uma unidade da psicologia para torná-la uma disciplina universitária. Buscou esta unidade em "uma teoria geral da conduta" capaz de sintetizar as psicologias experimental, clínica e social, a psicanálise e a antropologia. A psicologia universitária improvisou e fez referência a métodos e técnicas diversos. Reuniu em um "pacto de coexistência" pesquisadores que privilegiavam o método experimental das ciências exatas e outros, referidos ao método clínico. Nos anos 70, cada corrente satisfaz o seu interesse num tipo de acordo que não funciona mais. O paradigma experimental das neurociências cognitivas pretende impor-se pela força da avaliação erradicando o paradigma psicodinâmico. A psicologia clínica está prestes a tornar-se psicologia sem clínicos: os defensores do modelo experimental não hesitam em recrutar professores sem experiência clínica e sem prática do diagnóstico e do tratamento. O contrato de coexistência pacífica que consolidou a psicologia universitária desde o seu nascimento explode hoje em pedaços sob os golpes dos avaliadores cooptados e monoreferentes.

Palavras-chave: psicologia, psicanálise, neurociência, avaliação.

Abstract

Lagache created the myth of a unity in psychology in order to make it a university discipline. He searched such unity in a "general theory of conduct" that would sum up experimental, clinical and social psychologies as well as psychoanalysis and anthropology. University psychology has improvised and referred to several different methods and techniques. It has gathered in a "pact of coexistence" researchers who adopted the experimental method of mathematical sciences and others associated the clinical method. In the seventies, each of these movements satisfied its interest in a type of agreement that no longer exists. The experimental paradigm of cognitive neurosciences intends to impose itself using the force of evaluation and eliminating the psychodynamic paradigm. Clinic psychology is about to become psychology without clinicians: those who defend the experimental model do not hesitate in recruiting professors without any clinic experience or diagnosis and treatment abilities. The contract of peaceful coexistence

that consolidated university psychology since its birth is being blown into pieces today under the strikes of narrow and partial evaluators.

Key words: psychology, psychoanalysis, neurosciences, evaluation.

Lagache criou o mito de uma unidade da psicologia em 1949 a fim de que ela pudesse tornar-se uma disciplina universitária. Ele buscou esta suposta "unidade" em "uma teoria geral da conduta", que se imaginava permitir uma síntese da psicologia experimental, da psicologia clínica, da psicanálise, da psicologia social e da antropologia. A psicologia universitária teve que improvisar e fazer referência a métodos e técnicas de grande diversidade, tais como: a observação, a introspecção, a entrevista clínica, a utilização de diferentes testes, a atitude fenomenológica, a análise estatística de grupos de pessoas, o estudo do funcionamento dos grupos, etc. Resumindo, para um epistêmico rigoroso, como Canguilhem, a psicologia é "um empirismo composto, literariamente codificado para fins de ensino" cuja unidade "assemelha-se mais a um pacto de coexistência estabelecido entre profissionais do que a uma essência lógica, obtida pela revelação de uma constância na diversidade dos casos" (Canguilhem, 1956). Ela é hoje em dia cindida administrativamente em três campos (psicologia geral, psicologia social, psicologia clínica) que com muito custo aderem à complexidade das sub-disciplinas (psicologia diferencial, psicologia do desenvolvimento, psicologia do trabalho, ergonomia, psicopatologia, psicologia da saúde e etc.).

Ato contínuo, em sua entrada na Universidade, ela reuniu pesquisadores que privilegiavam o método experimental das ciências "exatas", e outros que se referiam ao método clínico. Desde 1945 Lagache constatava o confronto das duas abordagens: "A biometria e as estatísticas, segundo ele, introduzem na psicologia um rigor de outro estilo e os psicometristas doutrinários são implacáveis para com a psicanálise assim como para com a clínica". Era preciso preconizar uma correção das "ilusões do formalismo científico" pela "arte clínica" que busca acolher a singularidade do sujeito (Lagache, 1945, p. 413-437). Esta divisão metodológica é antiga, e não é própria da psicologia: ela é inerente ao campo da ciência. Uma disputa de método a atravessa desde o final do século XIX, que opõe os defensores do método nomotético - o da física, que visa o universal - aos partidários do método idiográfico, o da história, que apreende o particular. O conhecimento pode instaurar-se através de duas vias distintas. Por um lado, ele pode visar o estabelecimento dos conceitos e das leis universais, e por outro, ela pode visar à apreensão das particularidades e das singularidades que não podem ser universalizadas.

O mito da unidade epistemológica da psicologia universitária não podia funcionar senão através do respeito ao "pacto de coexistência estabelecido entre os profissionais" incitando-os a respeitar as duas direções. Nos anos 70, cada corrente satisfaz o seu interesse, num tipo de acordo tácito, endossado por Beauvois e Gori, que poderia enunciar-se da seguinte forma: alguns, devido às suas conexões com as ciências exatas, forneciam uma caução científica aos outros, os clínicos, para os quais a massa dos estudantes se orientava. Este acordo tácito não funciona mais. O paradigma

das neurociências cognitivas pretende impor-se hoje em dia pela força da avaliação erradicando o paradigma psicodinâmico. A ascensão das ciências cognitivas incita, desde os anos 90, os defensores do paradigma experimental a impor uma uniformização dos critérios de qualificação que mimetiza os critérios em vigor nas ciências "exatas". Embora enquadrem sozinhos a maioria dos estudantes, os psicólogos clínicos são confinados numa sub-disciplina minoritária, de modo que injunções metodológicas lhes são ditadas por seus colegas, certamente majoritários, mas estranhos ao seu domínio. Disso resulta que a psicologia clínica está a um passo de tornar-se uma psicologia clínica sem clínicos: os defensores do modelo experimental não hesitam em recrutar professores sem experiência clínica e sem prática nem do diagnóstico e nem do tratamento.

É a partir de uma epistemologia de administradores e não de doutos, como constata Jacques-Alain Miller, que os atuais avaliadores em psicologia do CNU (Conselho Nacional das Universidades), e da AERES (Agência de Qualificação da Pesquisa do Ensino Superior) pretendem agora dividir as equipes de pesquisa e as formações pedagógicas habilitadas. Como é que eles definem a ciência? Os melhores epistêmicos quebraram suas cabeças com o problema. A ciência está fragmentada entre disciplinas extremamente diversas que nada unifica. Seus limites são vagos. Nada nos impede, nem mesmo de interrogar se ela constitui o único modo de conhecimento possível. O único ponto de acordo é que não existe nenhuma definição positiva; quando muito, podemos destacar alguns elementos correlacionados ao pensamento científico, mas nenhum é determinante. A "falseabilidade" popperiana não é decisiva: quando uma experiência contradiz a teoria, não é verdade que esta última seja colocada em questão, a história das ciências demonstra que nos contentamos em acrescentar uma hipótese adicional. As ditas "ciências do homem" estão muito longe de poder satisfazer, ainda que em parte, os critérios de precisão, de clareza e de objetiva verificabilidade aos quais os físicos estão habituados. Cada um concorda ao considerar que um abismo separa as acepções do termo ciência quando passamos das ciências da natureza às ciências humanas. O que é importante: os nossos avaliadores em psicologia consideram-se aptos a classificar o que é científico e o que não é. Quem os considerou avaliadores, estes avaliadores? Quem avalia seus conhecimentos em epistemologia?

Será que eles sabem que até mesmo na medicina o método clínico conhece hoje em dia um renovado interesse? O privilégio dado à singularidade leva a conferir um lugar significativo aos estudos de casos na metodologia dos clínicos. De acordo com um artigo recente de *La revue des maladies respiratoires*, "os relatórios de casos realizam um retorno notável nos jornais mais prestigiados, incluindo aqueles que foram banidos por ocasião do advento, um pouco cego, da medicina factual" (Stein, 2007, p. 178). Eles conservam, acrescenta o autor, "uma legitimidade indiscutível no âmago da literatura médica": alguns têm um grande valor convincente, outros possuem um forte potencial heurístico e pedagógico, todos são essenciais para abordar a vertente idiográfica da medicina clínica, comunicando uma experiência prática e difícil de ser partilhada de outra forma.

Os autênticos pesquisadores não têm a visão tão estreita como os nossos avaliadores. Um prêmio Nobel de medicina, como o Erik Kandel, em um artigo inicialmente publicado em 1999 no *American Journal of Psychiatry*,

cuja repercussão foi considerável no plano internacional, apesar de não poupar críticas à psicanálise da qual conhece apenas uma pálida versão norte americana, considera que ela possui uma potência heurística que a ciência moderna não poderia privar-se. Ele destaca o quanto “a psicanálise revolucionou nossa compreensão da vida mental” propondo

“um considerável conjunto de novas perspectivas a respeito dos processos mentais inconscientes, do determinismo psíquico, da sexualidade infantil e talvez, o mais importante de tudo, a respeito da irracionalidade da motivação humana” (Kandel, 2002, p. 80).

E coube a Kandel precisar que na aurora do século XXI, “a psicanálise continua representando a perspectiva sobre o espírito mais coerente e mais satisfatória intelectualmente” (Ibid.).

Contudo, alguns dos nossos avaliadores desobrigam-se de bom grado, com uma aparente modéstia, de toda competência epistemológica, para contentar-se em levar adiante a sua aptidão no estudo de relatórios em função de grades formais predeterminadas. É preciso saber que o critério primordial de avaliação dos professores pesquisadores apóia-se na quantidade de suas publicações realizadas em revistas científicas. Ora, aquelas que são autorizadas pelos avaliadores são em sua maioria anglo-saxônicas e submetidas a modelos que os clínicos recusam. Assim, lhes é demandado apresentar suas pesquisas de modo que entrem nas categorias do DSM, manuais diagnósticos e estatísticos da Associação americana de psiquiatria. Ora, estas produções, que se pretendem a-teóricas, reduzem os sintomas de todo o dinamismo psíquico, no esforço de descrevê-los do exterior, dispendo-os automaticamente em relação a um suposto disfuncionamento do corpo, agradando os laboratórios farmacêuticos, com forte inclinação promocional. Estes manuais fizeram a sua publicidade sobre uma melhoria na fidelidade diagnóstica entre os clínicos, ora, não somente fracassaram neste projeto (Kirk & Kutchins, 1992), como também geraram muitos problemas em relação à validade dos diagnósticos. É possível se autorizar para nomear com concordância fenômenos supostos serem característicos de uma doença determinada, ainda que esta não possua uma existência real, é por isso que um diagnóstico pode ser fiel sem ser válido. Um grande número de transtornos dos DSM possui uma validade duvidosa e orienta a pesquisa na direção de artefatos. Hoje em dia, nos EUA, as críticas são virulentas contra os Manuais que fazem da timidez e do medo de falar em público “uma fobia social”, ao mesmo tempo em que toda a tristeza se torna uma doença depressiva. Lendo a este respeito em *Shyness*, de Lane, ou *The loss of sadness*, de Horwitz e Wakefield, um e outro analisam como esses Manuais tentam transformar doenças biológicas em comportamentos comuns. No prefácio da segunda obra, Spitzer, o principal criador do DSM III, reconhece que a ausência de consideração pelo contexto histórico e social na definição dos transtornos mentais constitui um sério problema, ao qual devem agora se confrontar aqueles que trabalham no DSM V. Tarefa colossal que conduz ao aumento sem cessar e crescente da lista de síndromes, porque o refinamento da abordagem descritiva dos comportamentos humanos desviantes ou dolorosos conduz necessariamente, e sem cessar, à descoberta de novos. Trata-se de uma busca cujo termo encontra-se no infinito: ele converge na direção da singularidade do caso.

Que importam os problemas de validade de que testemunha a esterilidade da pesquisa em psiquiatria desde o DSM-III: as afinidades desses Manuais com o método experimental são suficientes para torná-los intransponíveis. Os clínicos, desde então, são obrigados a apresentar os seus trabalhos em quadros nosológicos, cuja pertinência eles contestam veementemente. Depois de alguns anos, uma política orquestrada pelos avaliadores tende a valorizar as revistas anglo-saxônicas que preconizam o método experimental, enquanto que algumas revistas de orientação clínica credenciadas não cessam de sucumbir. Os professores pesquisadores em psicologia clínica não publicam menos do que seus colegas, porém não o fazem nas "boas" revistas, isto quer dizer aquelas que recusam *a priori* suas hipóteses. Seria, entretanto, muito simples, dizem eles, bastaria renunciar a elas para que as "boas" revistas - aquelas cujo *fator impacto* é elevado - se abrissem completamente para nós². Fortalecidos pelos seus critérios, nossos avaliadores mostram-se fortes ao nos demonstrar que Freud, Lacan, Klein até mesmo Janet, Lagache e Winnicott, não eram pesquisadores, tendo publicado apenas em revistas "monoreferenciadas", não submetidas ao método experimental. Observem que o dito "monoreferenciamento" é sempre uma objeção endereçada às revistas clínicas; as revistas cognitivas beneficiam-se da suposição do "plurireferenciamento", que nada, no entanto, confirma. Nós consideramos que a maioria das revistas anglo-saxônicas, nas quais somos intimados a publicar, constituem um embaraço para a pesquisa. A sua promoção corre o risco de dar razão à Lacan, quando previa que é no nível da seleção do criador da ciência, do recrutamento da pesquisa e de sua manutenção, que a psicologia encontrará o seu fracasso.

Se o pesquisador não ceder em sua convicção heurística específica à clínica psicodinâmica, resta apenas ao avaliador quantificar suas publicações, constatar sua insuficiência, recusar a equipe de pesquisa a qual ele pertence e finalmente erradicar os ensinamentos que estão associados. A liberdade de pensamento autorizada pela Universidade aos seus professores pesquisadores deve, hoje em dia, praticar a psicologia num quadro cada vez mais controlado.

A psicologia é uma disciplina fragmentada em especialidades, que adquiriu tamanha tecnicidade que ninguém agora é capaz de possuir os conhecimentos necessários para ser competente em todas elas. A composição das bancas das teses leva em conta esta divisão: um especialista de inteligência artificial ignora tudo sobre o transexualismo; um pesquisador sobre a emergência social das novas idéias desconhece os déficits cognitivos ligados ao envelhecimento; os trabalhos sobre o suicídio não recortam a psicofísica da sensação do movimento do corpo próprio e etc. Nenhum avaliador é capaz de apreciar a qualidade das pesquisas em seus múltiplos domínios; é por isto que é de praxe que pelo menos um avaliador seja especialista da sub-disciplina em questão. No entanto, existem opções de pesquisa no centro mesmo das sub-disciplinas de forma que pode acontecer em psicologia, mais do que em qualquer parte, que nenhum dos avaliadores seja verdadeiramente competente para examinar esse ou aquele relatório. No estado atual, isto não lhes causa nenhum problema: é suficiente para eles contar o número de publicações em revistas qualificadas. Todos os relatórios dos professores pesquisadores referem-se, por outro lado, a teses de qualidade, a comunicações em

diversos congressos e atividades de ensino, de forma que o critério de apreciação que verdadeiramente discrimina reside no número de artigos publicados nas revistas autorizadas. Nesse passo, os clínicos estão ameaçados de extinção.

Convém agora levar em conta que a unidade artificial da psicologia sobreviveu. Ninguém pode, seriamente, contestar que ela não é menos complexa que um ramo da medicina, como "Morfologia e morfogênese" ou "Biofísica e imagiologia médica" e mesmo "Microbiologia, doenças transmissíveis e higiene" as quais correspondem respectivamente às seções 42, 43, e 45 do Conselho Nacional das Universidades encarregado da avaliação dos professores pesquisadores. Ora estas seções são divididas em duas ou três subseções, às vezes quatro, e entre elas às vezes clivadas em opções. A composição dos CNU para as ciências médicas e odontológicas é regida pelo decreto nº 87-31 de 20 de janeiro de 1987, porque este mesmo cuidado com a especialização dos saberes não se estenderia à psicologia? A psicologia cognitiva é atravessada por correntes de grande diversidade. A psicologia social é cindida, como a psicologia clínica, em defensores da abordagem experimental e partidários de uma abordagem humanista. A psicologia do desenvolvimento não utiliza os métodos da psicologia do trabalho e etc. A consideração pela pluralidade epistemológica da psicologia, exige hoje em dia, que se formalize sua repartição em diversas subseções. A psicologia clínica psicodinâmica poderia fazer reconhecer em suas subseções – que comportariam uma opção psicanalítica - seus próprios critérios de avaliação dos diplomas e dos professores pesquisadores. Competiria então aos clínicos o surpreendente privilégio de poder determinar quais são as revistas clínicas! Nesse domínio, como em outros, cada um sabe que somente os especialistas das sub-disciplinas, inclusive os de cada opção, possuem as competências necessárias para apreciar a qualidade das pesquisas sobre outras bases que não só as quantitativas. Se a pluralidade da psicologia universitária desaparecer, se a sua componente "humanista" for reduzida ao silêncio, ela corre o risco de tender na direção das técnicas de gerenciamento das populações, cuja campanha recente a favor da promoção comercial dos antidepressivos nos dá o exemplo.

O contrato de coexistência pacífica entre os defensores dos métodos experimental e clínico, que consolidou a psicologia universitária desde o seu nascimento, e que em seguida foi renovada, nos anos 70, em consideração às tendências dos estudantes, explode, hoje em dia, em pedaços sob os golpes dos avaliadores cooptados e monoreferentes. Eles afrontam a liberdade de escolha de modelos teóricos que a Universidade francesa garantia até então aos seus pesquisadores. O gerenciamento da pesquisa associada à avaliação científica gera um totalitarismo rasteiro que se estende para além da psicologia, gangrena numerosas disciplinas universitárias, apodera-se das instituições de tratamento. É por isto que seremos numerosos e resolutos a combatê-lo.

Tradução: Kátia Moskal Danemberg

Revisão: Catarina Coelho dos Santos

Notas

1. Publicado originalmente na revista *Le Nouvel Âne* n. 8, Paris: forumpsy.org, février 2008, p. 50-51.
2. O fator de impacto de uma revista representa, para determinado ano, a razão entre o número de citações que se referiram a ela e o número de artigos que publicou. O cálculo se efetua em um período de referência de dois anos.

Referências bibliográficas

CANGUILHEM, G. (1956) Qu'est-ce que la psychologie?, in: **Cahiers pour l'analyse**, 1, p. 79-93

LAGACHE, D. (1945) La méthode clinique en psychologie humaine, in: **Les hallucinations verbales et travaux cliniques**. Obras, I, 1932-1946. PUF. Paris. 1977, p. 413-437.

LACAN, J. (1966) A ciência e a verdade. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: JZE, 1998, p. 869-892.

STEIN, O. (2007) Les rapports de cas vestiges du passe?, in **Revue des maladies respiratoires**. 2007, 3. 178-87.

KANDEL, E. R. (2002) La biologie et le futur de la psychanalyse: un nouveau cadre conceptuel de travail pour une psychiatrie revisitée, in: **L'évolution Psychiatrique**, 2002, vol. 67, p. 40-82.

KIRK, S.; KUTCHINS, H. (1992) Aimez-vous le DSM?, in **Les empêcheurs de tourner en rond**. Synthélabo. Les Plessis-Robinson. 1998.

Recebido em: 15/03/2008; aceito em: 21/06/2008.

Received in: 03/15/2008; accepted in: 06/21/2008.

TENTATIVA FRUSTRADA DE ASSASSINATO DA PSICANÁLISE**ATTEMPTED MURDER OF PSYCHOANALYSIS**

Tania Coelho dos Santos

Pós-doutorado no Departamento de Psicanálise de Paris VIII
Professor Associado, nível II no Programa de Pós-graduação em Teoria
Psicanalítica/UFRJ
Pesquisadora do CNPQ nível 1 C
Presidente da Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o
contemporâneo
Psicanalista da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de
Psicanálise
taniacs@openlink.com.br

Resenha do livro:

AFLALO¹, Agnès. **L'Assassinat manqué de La psychanalyse.**
Paris: Psyché/Éditions Cécile Defaut, 2009, 177p.

Advirto o leitor de que é preciso ter muito fôlego ou terminará a leitura desse livro completamente ofegante. A escrita de Agnès não deixa espaço para que o leitor se perca em seus devaneios ou salte algumas páginas. O ritmo da narrativa repercute a tensão, a expectativa e a pressa em concluir. A temporalidade que ela imprime ao texto não é do pensamento, é a da ação. É um livro que desperta, convoca, impele a agir. Composto de sete partes, dois anexos e extensa bibliografia, foi prefaciado pelo filósofo Bernard Henri-Lévy. Henri-Lévy afirma que "era preciso que esse livro fosse escrito" (p. 11), não somente porque relata uma batalha de idéias travada na França como também porque ele desnuda uma ideologia ainda em vias de constituir-se, mas cujo potencial nocivo não foi completamente avaliado.

O primeiro capítulo, intitulado "A emenda", é denso de referências precisas aos acontecimentos recentes que, em 2003, ensejaram uma batalha dos psicanalistas de orientação lacaniana contra a emenda do parlamentar, Mr. B. Accoyer, que "pretendia impor uma regulamentação do exercício das psicoterapias sem acordo prévio com os praticantes. Equivale a dizer que ele representava uma ameaça para o futuro da psicanálise. Com efeito, alguns dias mais tarde, um vasto movimento de opinião, conduzido por Jacques Alain Miller, manifestava sua viva inquietação por todo lado na França" (p. 19). A essa tentativa frustrada de assassinato, não faltou a cumplicidade de "publicações hostis à psicanálise, que usurpam o termo 'ciência' para dele se prevalecerem" (p. 29). Falsos saberes, sedutores, que fazem ar de saberes científicos e sob o pretexto de assegurar os direitos do consumidor, confiscam-lhe o direito de escolha e as liberdades democráticas.

Em outubro de 2003, o Ministério francês anuncia a elaboração de um "Plano Global de saúde mental" (*Plan Cléry-Melin*), produzido sem que representantes da psicanálise, das psicoterapias e da psicologia clínica

tivessem nele qualquer participação. O plano e a emenda eram duas faces de um mesmo projeto: avaliar as psicoterapias, enquadrá-las e submetê-las ao poder médico. Psiquiatras se tornariam coordenadores regionais e decidiram autoritariamente qual o profissional "psi" que um cidadão deveria consultar. A opinião esclarecida não tardou a reagir comparecendo aos "Foruns Psy" organizados a cada quinze dias. Pronunciaram-se diante do numeroso público, filósofos, escritores, artistas e intelectuais reconhecidos como o próprio Bernard Henri-Lévy, Jean-Claude Milner, Philippe Sollers e Catherine Clément. Políticos de tendências diversas tais como François Bayrou, Renaud Dutreil, Jean-Michel Fourgous e Bernard Kouchner se fizeram presentes. Igualmente entrevistaram nos fóruns diversos jornalistas como Jean Pierre Elkabbach e Edwy Plenel. Elizabeth Roudinesco tornou pública a notícia de que os representantes de importantes sociedades psicanalíticas – a Sociedade Psicanalítica de Paris, a Associação Psicanalítica da França, a Organização Psicanalítica de língua francesa, a Associação Lacaniana Internacional e a Sociedade de Psicanálise Freudiana – consentiam em sujeitar-se aos planos do estado. "Bons lacanianos" como Bernard Brusset da SPP, apressaram-se em apoiar a política de regulamentação e a sujeição das práticas "psi" ao poder médico.

Essencialmente, como bem demonstra Agnès Aflalo, sob o pretexto de esclarecer o público e disciplinar o exercício das diferentes práticas "psi", tratou-se de uma tentativa de demonstrar que as terapias baseadas na palavra não têm efeito terapêutico sobre os sintomas que afligem o público, supostamente mal-informado e fácil de iludir por diversos charlatões. Os psicoterapeutas do futuro deveriam vir a se formar em institutos de formação, como os que existem nas Faculdades de Medicina. Eles seriam treinados para exercer as terapias cognitivo-comportamentais, assim como a psicanálise e outras especialidades dentro do quadro da formação psiquiátrica. Arquitetava-se um plano para liquidar com as instituições psicanalíticas, assimilando-as aos cursos universitários. Em fevereiro de 2004, o INSERM², a pedido da Direção Geral da saúde, publica sua avaliação de três psicoterapias. As TCC³ foram consideradas as mais eficientes, muito embora a psicanálise não tenha sido sequer avaliada.

Em fevereiro de 2005, o Ministro da Saúde, Pierre Douste-Blazy compareceu ao V Fórum Psy, intitulado "O direito ao segredo". Contestou a idéia de que o sofrimento psíquico possa ser medido e avaliado. Rejeitou o relatório do INSERM e comprometeu-se em retirá-lo do site do Ministério da Saúde. A reação não demorou. Adeptos da TCC publicaram o *Livro Negro da Psicanálise* que, por sua vez, ensejou como resposta uma série de textos curtos, claros e críticos sobre as TCC e que intitulou-se *O anti-livro negro da psicanálise*. A batalha prosseguiu e levou a École de la Cause Freudienne a obter um vitória de peso. Foi reconhecida em 5 de março de 2006 uma instituição de utilidade pública. Finalmente, no começo de março de 2009, uma nova emenda, defendida perante a Assembléia, pessoalmente, por Mme Roselyne Bachelot – nova ministra da saúde – substituiu a lei Accoyer.

Se vocês acreditam que essa epopéia é tão somente um delírio paranóico de um certo número de analistas iconoclastas de orientação lacaniana, é preciso ler com atenção e seriedade – se vocês conseguirem conter o riso – os dois capítulos que se seguem. A autora examina minuciosamente os fundamentos epistêmicos da releitura da psicanálise freudiana por ninguém menos que o ex-presidente da IPA, Daniel Widlöcher. Empenhado numa

curiosa “atualização” dos conceitos psicanalíticos, eles os retalha e recorta revelando sua incrível unicidade. O inconsciente, o desejo, a pulsão, a angústia, os afetos, a transferência e a interpretação reduzem-se ao pensamento. A descoberta freudiana pode ser localizada inteiramente no campo das ciências naturais. Widlöcher suprime todos os obstáculos – em particular, aqueles que derivam do campo da fala e da linguagem – e obtém a naturalização do inconsciente e do desejo. A psicanálise widlöchiana opera milagres, pois ajusta-se perfeitamente aos parâmetros pseudo-científicos das terapias cognitivo-comportamentais e abre-se ao diálogo com as neurociências. Sua hermenêutica prescinde da lingüística, pois tornar consciente o não-consciente equivale à conferir sentido ao pensamento-ação. E, para galgar mais um degrau na escala das ciências, basta servir-se das neurociências como álibi para propor a equivalência entre o pensamento e o cérebro ou, melhor ainda, entre o estado da matéria cerebral e a atividade do pensamento. Desnecessário acrescentar que a autora nos apresenta essas conclusões com as devidas referências precisas aos textos do autor.

Em síntese, o leitor poderá conferir por si mesmo. Existe um laço entre a expansão do desejo de controle avaliacionista por parte do poder público e esse lamentável trabalho de revisão dos fundamentos da doutrina freudiana que visa adaptá-la ao gosto pseudocientífico de nossa civilização.

No esforço de elucidar o advento de uma nova onda - neste imenso oceano de falsa ciência em que tantas vezes já submergiu a civilização ocidental – Agnès Aflalo redigiu três artigos, originalmente publicados na revista *Le Nouvel Âne* e que, reescritos configuram os três capítulos seguintes. O capítulo IV analisa as terapias cognitivo-comportamentais. Ele revela a ligação estreita entre os pressupostos metodológicos dessa abordagem e a objetificação do novo “homem sem qualidades” talhado sob medida pelo gosto pela mensuração das almas. Privados da fala, que é onde comparece a singularidade do desejo e a responsabilidade pelo gozo, o “homem sem qualidades” parece mais dócil à padronização. O capítulo V versa sobre os efeitos do declínio epistemológico da fina semiologia – que alicerçou a clínica psiquiátrica e na qual se basearam tanto Freud quanto Lacan – substituída pela metodologia estatística que domina a epidemiologia em saúde mental. Em lugar do diagnóstico fundado na estrutura do sintoma, a mentalidade epidemiológica quer impor a classificação dos transtornos mentais pulverizados em fenômenos dispersos, pois destituídos de sua lógica própria. O capítulo VI aborda o tema da psiquiatria biopsicosocial. Não deixamos de reconhecer nele a crítica de inspiração foucaultiana aos biopoderes, que visam controlar as populações perigosas, forjar novos hábitos, perseguir o gozo inútil, reduzir os riscos e incrementar uma política que promove um ideal de saúde sem sujeito.

Finalmente, o capítulo VII retoma a via aberta por Lacan quando, em seu *Seminário XVI*, antecipava que o saber entraria no mercado, tornar-se-ia uma mercadoria que se compra e se vende, uma vez que fosse reduzido ao diploma universitário. Sem dúvida, há setores do discurso universitário que trabalham para impor a todos os segmentos sociais, a todas as políticas e a todas atividades uma mesma exigência: “qualidade total”. Suprimir as liberdades democráticas e substituí-las pela satisfação do consumidor. Penso que se pode encontrar nesse *slogan* o verdadeiro regente dessa grande orquestra de tantos pseudo-saberes e de tão grande poder acéfalo.

Esse livro chega em bom momento. Mais uma vez ressurgiu a tentativa de submeter os psicólogos clínicos e psicanalistas ao poder discricionário do médico, em terras brasileiras. Já nos habituamos a isso. É incrível que profissionais sérios, formados para o exercício responsável da medicina, pretendam estar em condições de indicar a que tipo de psicoterapia um paciente deve se submeter. Enquanto nos preparamos para mais essa batalha, a leitura desse livro pode nos prover com uma excelente munição.

Nota:

1. Psicanalista, Membro da École de la Cause Freudienne e da Associação Mundial de Psicanálise, psiquiatra e ex-praticante hospitalar, diretora adjunta de publicação do jornal *Le Nouvel Âne*.
2. INSERM: Instituto nacional para a saúde, ensino e pesquisas médicas.
3. TCC: Terapia cognitivo-comportamental.

Recebido em: 15/10/2009; aceito em: 21/01/2010.

Received in: 10/15/2009; accepted in: 01/21/2010.

L'ASSASSINAT MANQUÉ DE LA PSYCHANALYSE**ATTEMPTED MURDER OF PSYCHOANALYSYS**

Tania Coelho dos Santos

Post-doctorat au Département de Psychanalyse à Paris VIII
Professeure Associée niveau II au Troisième Cycle en Théorie Psychanalytique
Chercheuse au CNPQ niveau 1 C
Présidente de l'Association Noyau Sephora pour la recherche sur le moderne
et contemporain
Psychanalyste de l'École Brésilienne de Psychanalyse et de l'Association
Mondiale de Psychanalyse
taniacs@openlink.com.br

Livre:

AFLALO¹, Agnès. **L'Assassinat manqué de La psychanalyse.**
Paris: Psyché/Éditions Cécile Defaut, 2009, 177pp.

Je préviens le lecteur qu'il faut du souffle, sinon il finira cette lecture complètement essoufflé. L'écrit d'Agnès ne laisse pas d'espace pour que le lecteur se perde dans ses divagations ou même saute quelques pages. Le rythme de sa narration traduit la tension, l'attente, le fait d'être pressée de conclure. Le temps verbal qu'elle imprime dans le texte n'est pas celui de la pensée, mais celui de l'action. C'est un livre qui éveille, convoque, oblige à agir. Composé de sept parties, deux annexes et une longue bibliographie, a été garni d'une Préface par le philosophe Bernard Henri-Lévy. BHL affirme «qu'il a été nécessaire que ce livre soit écrit» (p. 11), non seulement du fait qu'il raconte une bataille entre idées qu'eut lieu en France mais, au fait qu'il va dénuder une idéologie encore en construction laquelle mais qui possède des possibilités destructives de dimensions qui n'ont pas encore été évaluées.

Le premier chapitre, intitulé "L'Émente", est densément garni de références aux événements actuels qui, en 2003, allumèrent une bataille entre les psychanalystes d'orientation lacanienne et l'Émente du parlementaire, Mr. B. Accoyer, qui «prétendait imposer une régulation de l'exercice des psychothérapies sans l'accord conçu d'avance par les pratiquants. Ce qui revient à dire qu'il représentait une menace pour l'avenir de la psychanalyse. En effet, quelques jours plus tard, un vaste mouvement d'opinion, conduit par Jacques Alain Miller, faisait entendre sa vive inquiétude dans tout les coins de France» (p. 19). À cet assassinat manqué de la psychanalyse, n'a pas manqué la complicité de «publications hostiles à la psychanalyse qui usurpent le terme 'science' pour se justifier grâce à lui» (p. 29). Faux savoirs, séducteurs, qui font l'air de savoirs scientifiques et sous le prétexte

d'assurer les droits du consommateur, lui confisquent le droit de choisir et la liberté démocratique.

Em 2003, le Ministère Français annonce l'élaboration d'un «Plan Global pour la Santé Mentale» (Plan Cléry-Melin), produit sans que représentants de la psychanalyse, des psychothérapies et de la psychologie clinique eussent la moindre participation. Le plan et l'élément étaient deux faces d'un même projet: évaluer les psychothérapies, les cadrer et les soumettre au pouvoir de la médecine. Les psychiatres deviendraient des coordinateurs régionaux et décideraient autoritairement quel «psy» le citoyen devrait consulter. L'opinion éclairée, n'a pas tardé à réagir se présentant aux «Forums Psy» organisés tous les quinze jours. Devant un public nombreux, se sont prononcés, philosophes, écrivains, artistes et intellectuels reconnus comme le propre Bernard Henri-Lévy, Jean-Claude Milner, Philippe Sollers et Catherine Clément. Hommes politiques de tendances diverses comme François Bayrou, Renaud Dutreil, Jean-Michel Fourgous et Bernard Kouchner se sont présentés. Les forums ont compté également avec l'intervention de plusieurs journalistes comme Jean Pierre Elkabbach et Edwy Plenel. Elizabeth Roudinesco a fait publique la nouvelle que les représentants d'importantes sociétés psychanalytiques – La Société Psychanalytique de Paris, l'Association psychanalytique de la France, l'Organisation psychanalytique de Langue Française, l'Association Lacanienne internationale et la Société de Psychanalyse Freudienne – consentirent à se soumettre aux plans de l'État. «Bons lacaniens», comme Bernard Brusset de la SPP, se sont pressés à soutenir la politique de régulation et la soumission des pratiques «psy» au pouvoir de la médecine.

Essentiellement, comme bien le démontre Agnès Aflalo, sous le prétexte d'éclairer le public et de discipliner l'exercice des différentes pratiques «psy», le but était de montrer que les pratiques cadrées sur la parole n'avaient pas l'effet thérapeutique sur les symptômes qui affligent le public, censé être mal informé et facilement trompé par divers charlatans. Les psychothérapeutes du futur devraient faire leurs études dans des Instituts de Formation comme il existe dans les Facultés de Médecine. Là, ils seraient entraînés à exercer les thérapies cognitives-comportementales, ainsi comme la psychanalyse et autres spécialités à l'intérieur du cadre de formation psychiatrique. Un plan pour liquider les institutions psychanalytiques, se mettait sournoisement en place, par leur assimilation aux degrés universitaires. En février 2004, l'INSERM², en réponse à une demande de la Direction Générale de la Santé, publie son évaluation de trois psychothérapies. Les TCC³ ont été considérées les plus efficaces, toutefois, la psychanalyse ne fut même pas évaluée.

En février 2005 le Ministre de la Santé, Pierre Douste-Blazy est apparu au V^o Forum Psy. Il a débattu l'idée que la souffrance psychique puisse être mesurée et évaluée. Il rejette le compte-rendu de l'INSERM et s'est engagé à l'enlever du site du Ministère. La réaction n'a pas tardé. Les adeptes du TCC publièrent le *Livre Noir de la Psychanalyse* qui, à son tour, a engendré en réponse une série de textes courts, clairs et critiques à propos de la TCC. S'intitulait: *L'Anti-livre Noir de la Psychanalyse*. La bataille s'est poursuivie et a amené l'ECF à obtenir une victoire de poids. Le 5 mars 2006, elle a été reconnue comme une institution d'utilité publique. Finalement, début mars 2009, un nouveau projet, défendu devant l'Assemblée personnellement par

Roselyne Bachelot – nouvelle Ministre de la Santé – en est venu a remplacé la loi Accoyer.

Si vous croyez que cette épopée est uniquement un délire paranoïaque d'un certain nombre d'analystes, iconoclastes, d'orientation lacanienne, Il est nécessaire une lecture attentive et sérieuse - si vous avez réussi a contenir vos rires - des deux chapitres qui suivent. L'auteur examine minutieusement les fondements épistémiques de la relecture de la psychanalyse freudienne par rien de moins que l'ex-président de l'IPA, Daniel Widlöcher. Dévoué à un curieux *aggiornamento* des concepts psychanalytiques, il les découpe et les met en morceaux, en faisant ressortir leur incroyable unité. L'inconscient, le désir, la pulsion, l'angoisse, les affections, le transfert et l'interprétation se réduisent à la pensée. La découverte freudienne peut est placée entièrement dans le champ des sciences naturelles. D. W. supprime tous les obstacles - en particulier ceux qui dérivent du champ de la parole et du langage - et obtient la naturalisation de l'inconscient et du désir. La psychanalyse widlöchienne opère des miracles, parce qu'elle s'adapte parfaitement aux paramètres pseudo-scientifiques des thérapies cognitives-comportementales et s'ouvre au dialogue avec les neuro-sciences. Son herméneutique prend son origine dans la linguistique parce que, faire consciene le non-conscient, equivaut à donner um sens à la pensée-action. Et, pour monter un autre degré dans l'échelle des sciences, Il suffit de se servir des neuro-sciences comme alibi pour proposer l'équivalence entre pensée et cerveau ou, encore mieux, entre l'état de la matière cérébrale et l'activité de la pensée. Inutile de préciser qu' Agnès Aflalo présente ces conclusions avec toutes les références requises aux textes de l'auteur.

Bref, le lecteur pourra vérifier par soi-même. Il existe une liaison entre l'expansion du désir évaluationiste de la part du pouvoir public et ce lamentable travail de révision des fondements de la doctrine freudienne qui vise à l'adapter au goût pseudo-scientifique de notre civilisation.

Dans l'effort d'élucider la formation d'une nouvelle vague - dans cet immense océan de fausse science dans lequel s'est tellement de fois submergée la civilisation occidentale - Agnès Aflalo a rédigé trois articles, dont les originaux furent publiés dans la revue *Le Nouvel Âne* et qui, réécrits, sont devenus les trois chapitres suivants. Le chapitre IV analyse les thérapies cognitives-comportementales. Il dénonce la liaison étroite entre les présumés methodologiques de cette approche et l'objectification de ce nouvel «homme sans qualités» taillé sous mesure par le goût de la mesuration des âmes. Privé de la parole, qui est l'endroit où apparaît la singularité de désir et la responsabilité par la jouissance, « l'homme sans qualités » paraît plus docile à la standardisation. Le chapitre V verse sur les effets du déclin épistémologique de la fine sémiologie - qui s'est abattue sur la clinique psychiatrique et dans laquelle se fondent autant Freud que Lacan - remplacée par la méthodologie statistique qui domine l'épidémiologie em santé mentale. À la place du diagnostic fondé sur la structure du symptôme, la mentalité épidémiologique veut imposer la classification de tourments mentaux pulvérisés em phénomènes dispersés, car destitués de leur propre logique. Le chapitre VI s'occupe du thème de la psychiatrie biopsychosociale. Nous n'avons reconnu la dedans la critique d'inspiration foucaultienne aux biopouvoirs, qui visent contrôler les populations dangereuses, forger de nouvelles habitudes, chasser la jouissance inutile,

réduire les risques et mettre en place une politique qui publie un idéal de santé sans sujet.

Finalement, le chapitre VII reprend la voie ouverte par Lacan quand, en son *Séminaire XVI* il prévoyait que le savoir entrerait dans le marché, se transformerait en marchandise qui se vend et s'achète, une fois réduit en diplôme universitaire. Sans doute, il y a des secteurs du discours universitaire qui travaillent pour imposer à tous les segments sociaux, à toutes les politiques et à toutes les activités une même exigence: «qualité totale». Supprimer les libertés démocratiques et les remplacer par la satisfaction du consommateur, je pense que peut se retrouver dans ce slogan le véritable régent de cette grande orchestre de pseudo-savoirs et de pouvoir acéphale.

Ce livre arrive à un bon moment. Réapparaît la tentative de soumettre les psychologues cliniques et les psychanalystes au pouvoir discrétionnaire du médecin, en territoire brésilien. Nous nous y sommes habitués. Il est incroyable que des professionnels sérieux, formés pour l'exercice responsable de la médecine, prétendent être en conditions d'indiquer à quel type de psychothérapie un patient doit se soumettre. Pendant que nous nous préparons à encore une bataille, la lecture de ce livre peut nous pourvoir d'une excellente munition.

Notas:

1. Psychanalyste, Membre de L'École de la Cause Freudienne et de L'Association Mondiale de Psychanalyse, psychiatre et ancien praticien hospitalier, directrice adjointe de la publication du Journal *Le Nouvel Âne*.
2. INSERM: Institut national pour la santé, l'enseignement et la recherche médicales.
3. TCC: thérapie cognitivocomportemental.

Recebido em: 15/10/2009; aceito em: 21/01/2010.

Received in: 10/15/2009; accepted in: 01/21/2010.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Normas para Publicação de Trabalhos

I. Objetivo

A Revista eletrônica **aSEPHallus** é uma publicação temática, semestral, do Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Ela tem por finalidade publicar artigos originais, nacionais ou estrangeiros, tais como: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos à atualidade da teoria, clínica e política de orientação lacaniana.

Todos os manuscritos enviados para publicação devem seguir as normas e critérios de publicação descritos abaixo.

II. Critérios para publicação de contribuições

Os artigos teóricos ou clínicos, bem como ensaios ou resenhas e textos sobre a atualidade deverão ser inéditos e serão apreciados pelo Conselho Editorial, segundo o rigor epistemológico, a pertinência clínica e a relevância política para o ensino da psicanálise na universidade e a formação de psicanalistas. O Conselho poderá fazer uso de consultores *ad hoc* a seu critério. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos em um prazo médio de três meses.

Caso sejam recomendadas modificações no texto, o autor será notificado e encarregado de providenciá-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

III. Ineditismo do material e direitos autorais

A inclusão de um manuscrito na revista **aSEPHallus** implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação nesta revista, a qual terá exclusividade de publicá-las em primeira mão. O autor continuará, no entanto, a deter os direitos autorais para publicá-lo posteriormente na íntegra ou reproduzi-lo parcialmente.

IV. Envio do material

O autor deverá enviar o trabalho preferencialmente pela Internet para o editor – Tania Coelho dos Santos – pelo seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br

Ou, ainda, pelo correio convencional, também aos cuidados do editor:

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de psicologia, UFRJ.
Avenida Pasteur, 250 - Fundos, Urca, Rio de Janeiro-RJ.
CEP: 22.290-902.

No caso de envio pelo correio convencional, deverá vir acompanhado de uma cópia impressa e a mesma versão gravada em CD.

Todos os artigos deverão ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por um dos autores, atestando que o artigo é inédito e que não fere as normas éticas da profissão. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo dos seus artigos publicados.

Os autores serão imediatamente notificados, preferencialmente por e-mail, sobre o recebimento do manuscrito pelo Conselho Editorial.

Orientação para a organização do material:

Folha de rosto identificada – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português. Nome do(s) autor(es), seguido de créditos acadêmicos e profissionais. Endereços postal e eletrônico do(s) autor (es), números de telefone/fax.

Folha de rosto sem identificação – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português.

Folha de resumo – Todos os originais devem conter uma página com dois resumos de mesmo teor, em português e inglês. Caso o manuscrito seja originário de outro idioma que não esses, deverá conter também o resumo na língua de origem. Os resumos devem apresentar os trabalhos com clareza, identificando seus objetivos, metodologia e conclusões. Devem conter entre 120 e 150 palavras. As palavras-chave, expressões que representam o assunto tratado no trabalho, devem ser de três a cinco, separadas por ponto-e-vírgula, nos idiomas dos resumos.

Texto – O texto deverá começar em nova página e o título do trabalho estar centrado no topo da mesma. As páginas deverão estar numeradas seqüencialmente. Cada subtítulo deverá ser separado do período anterior por um parágrafo apenas. O texto integral poderá ter o tamanho entre 10 e 30 laudas com 25 linhas cada, em letra do tipo Verdana, tamanho 11.

Quando o artigo for um relato de pesquisa, além das páginas de Rosto e Resumos, o texto deverá apresentar ainda Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Referências. Outros subtítulos poderão ser acrescentados, se necessário. Do mesmo modo, em alguns casos, resultados da pesquisa e a discussão sobre eles poderão ser apresentados juntos, embora não recomendemos esta estratégia como regra geral.

Informe, no texto, a inserção de figuras e tabelas que deverão ser apresentadas em anexo.

Resenhas – Esta seção abrigará resenhas, revisões bibliográficas, resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de outros relatos.

As resenhas não deverão ultrapassar o tamanho de 3 laudas de 25 linhas cada, em letra do tipo Verdana, tamanho 11. Não necessitam vir acompanhadas de resumo e palavras-chave. No entanto, seu título deverá ser traduzido para a língua inglesa. É importante mencionar o título, o autor e todas as referências do livro resenhado, inclusive o número de páginas. No caso de utilização de citações e referências bibliográficas, as normas serão as mesmas usadas para os artigos.

As revisões bibliográficas, os resumos de dissertações de mestrado e de teses de doutorado e os outros tipos de relatos deverão seguir o padrão estabelecido acima para os textos.

Padrão das notas – As notas poderão ser utilizadas em número mínimo, quando forem indispensáveis. Elas serão indicadas por algarismo arábicos no corpo do texto utilizando o modo “sobrescrito” do Word e listadas ao final do texto, antes das Referências Bibliográficas, sob o título “Notas”.

Anexos – Figuras, grafos, desenhos, ilustrações, fórmulas, etc., poderão ser anexadas ao texto. Eles devem ser preparados de forma clara e precisa para a editoração, contendo todos os traços, sinais e barras devidamente dispostos.

V. Citações e referências no corpo do texto

Observe as normas de citação abaixo, dando crédito aos autores e às datas de publicação dos estudos referidos.

Citações

- Literais até 3 linhas: devem ser inseridas no parágrafo entre aspas duplas, sem alterações do tipo de letra, e acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

Em 1892, Freud afirma que “transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldades em abolir por meio do pensar associativo ou da reação motora” (Freud, 1892, p. 216).

- Com mais de três linhas: devem ser colocadas em parágrafo diferenciado, alinhadas à direita, com recuo de três centímetros à esquerda, em Verdana, tamanho 10. Também deverão ser acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do eu imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal (Freud, 1914, p. 117).

- Artigo de mais de um autor:

Artigo com dois autores: cite os dois nomes sempre que o artigo for referido;

Ex: (Miller et Laurent, 1997)

Artigo com três a cinco autores: cite todos na primeira vez em que mencioná-lo; daí em diante use o sobrenome do primeiro autor seguido de

et al. e da data. No entanto, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

Ex.: (Sarter, Bernston e Cacioppo, 1996) e (Sarter et al, 1996).

Artigo com seis ou mais autores: cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de *et alli* e data. Porém, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

- Referência a autor sem citação: deverá ser feita no corpo do texto, mencionando somente o sobrenome do autor, acrescido do ano da obra e da página, se houver.

Ex.: (Freud, 1985), (Freud, 1920, p. 56).

- No caso de textos ou obras cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada, acrescentando a página, se houver.

Ex.: (Freud, 1914/2004), (Freud, 1914/2004, p. 113).

- No caso de haver coincidência de datas de um texto ou obra, distinguir com letra (Freud, S., 1895a, 1895b...), respeitando a ordem de entrada no artigo.
- No caso de compilação de textos de um mesmo autor em uma obra, colocar o ano do texto seguido do ano da edição da obra utilizada, bem como da página, se houver.

Ex.: (Lacan, [1965] 1996, p. 864).

- Citação secundária: trata-se da citação de um artigo mencionado em outra obra consultada, sem que o original tenha sido utilizado no texto.

Ex.: "Freud (1914, *apud* Eiguer, 1998)...". No entanto, na seção de Referências Bibliográficas, citar apenas a obra consultada (no caso, todas as informações sobre Eiguer, 1998).

VI. Referências Bibliográficas utilizadas

Devem ser colocadas ao final do texto e vir em ordem alfabética, começando pelo último nome do autor em maiúscula, seguido apenas das iniciais do nome ou do nome escrito somente com a primeira letra em maiúscula.

Ex.: FOULCAULT, M.

FREUD, Sigmund.

Referência a Livros – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do primeiro nome seguidas de ponto, ano em que foi escrito ou ano da edição entre parênteses, título em negrito. Cidade: editora, ano da edição (se não foi citado no início).

Ex.: LACAN, Jacques. (1969-70) **O Seminário. Livro XVII: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

CANGUILHEM, G. (1977). **Ideologia e racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições 70.

Artigo de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, seguido de vírgula e da palavra In: (sem itálico) e o título do livro em negrito, nome do coordenador/organizador entre parênteses, cidade, editora, ano da edição.

Ex.: COTTET, S. "Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica hoje", in COELHO DOS SANTOS, T. (Org.) **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**, Rio de Janeiro: Contracapa, 2005, p.11-40.

No caso de um artigo cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada.

Ex.: FREUD, S. (1914/2004). "À guisa de introdução ao narcisismo", In: **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente – 1911-1915, Rio de Janeiro: Imago, vol. 1, p.97-131.

Artigo de revistas – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, nome da revista em negrito, cidade: editora, número, volume (se tiver), ano, páginas (usar "p." para o singular e o plural).

Ex.: LACAN, J. "Proposição de 9 de outubro de 1967 – primeira versão", **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 16, 1996, p.5-12.

Se a revista for paginada por fascículo, incluir o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, após o número do volume.

Artigo de revista no prelo – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor. No lugar do ano, indicar que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico em negrito, após o título do artigo. Não mencionar data e número do volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado.

Capítulo ou parte de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da parte entre aspas, inserir In: seguido do título do livro em negrito, cidade: editora.

Ex.: LACAN, J. (1946/1996) "Propos sur da causalité psychique", In: **Écrits**. Paris: Seuil.

Trabalho apresentado em congresso, mas não publicado:

Ex.: FERES-CARNEIRO, T. (1998, dezembro). **A transformação das relações familiares no mundo contemporâneo**. Trabalho apresentado no II Encontro sobre Direito de Família em Discussão, Rio de Janeiro, RJ.

Trabalho apresentado em congresso co resumo publicado em anais:

Ex.: RUDGE, A.M. (2000) Pressupostos da "nova" crítica à psicanálise. In: Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), **Psicologia no Brasil: diversidade e desafios, XXX Reunião de Psicologia** (p.27). Brasília: Universidade de Brasília.

Teses ou dissertações não publicadas:

Ex.: ANTUNES, M.C.C. (2002). **O discurso do analista e o campo da pulsão: da falta de gozo ao gozo com a falta.** Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ.

Obras retiradas de meios eletrônicos (CD-ROM, disquetes, etc.) – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Ex.: KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (ED.) **Enciclopédia e dicionário digital 98.** Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

Obras consultadas on line – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses (se houver); título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas ao endereço eletrônico apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento precedida da expressão Acesso em:

Ex.: ALVES, Castro. (2000) **Navio negroiro** [S.I]: Virtual Books. Disponível em <http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>. Acesso em: 10 jan. 2002.

Comunicação pessoal - cite apenas no texto, dando o sobrenome e as iniciais do emissor e data. Não inclua nas referências.

Outros casos – deverão ser citados em conformidade com as normas da ABNT contidas na NBR 10520 e NBR 6023, de 29/09/2002.

VII. Procedimento referente à recepção de um manuscrito

A apreciação inicial estará a cargo do Conselho Editorial. Se estiver de acordo com as normas e for considerado como publicável pela revista **aSEPHallus**, será encaminhado para Consultores *ad hoc*. Estes recomendarão sua aceitação para publicação (eventualmente condicionada a modificações que visam melhorar a clareza e objetividade do texto) ou sua rejeição. Cabe ao Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação de um artigo. Esta decisão será comunicada ao autor, bem como a data em que será publicado.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações não substanciais no texto dos autores sempre que isso contribuir para agilizar o processo de submissão ou de publicação dos manuscritos. Os textos poderão sofrer correções gramaticais, adequações estilísticas e editoriais ou, ainda, inserção de notas - Notas de Redação (N.R.) ou Notas do tradutor (N.T.), no caso de textos traduzidos.

Os originais e o disquete e/ou CD enviados pelos autores não serão devolvidos.

VIII. Reformulação do manuscrito e processo para submissão final

Quando os manuscritos forem recomendados para aceitação com modificações, seus autores deverão enviá-lo reformulado para o editor, pela Internet, para o seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br, acompanhado de um informe sobre as alterações realizadas.

Caso o autor não queira realizar as modificações sugeridas, deve justificar sua decisão. Esta mensagem e o manuscrito reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres dos consultores *ad hoc* e a versão original do manuscrito para uma avaliação final.

IX. Roteiro para a emissão de parecer Ad Hoc

Título do trabalho _____

O título é pertinente?

sim não sugestões _____

O resumo é adequado?

sim não sugestões _____

As palavras chave são adequadas?

sim não sugestões _____

A linguagem é clara e sem ambigüidades e jargões?

sim não sugestões _____

As articulações teórico-clínicas são precisas?

sim não sugestões _____

A revisão da literatura é suficiente e as referências corretas?

sim não sugestões _____

A metodologia de investigação é adequada ao objeto?

sim não sugestões _____

As conclusões são pertinentes e bem fundamentadas?

sim não sugestões _____

O trabalho está de acordo com as normas da nossa publicação?

sim não

O trabalho é original ou relevante?

sim não justifique seu parecer _____

O trabalho deve ser:

aceito aceito com reformulações recusado

Justificativa do parecer _____

RELATÓRIO DE GESTÃO

- I** – A descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem, bem como as normas de publicação completas encontram-se no link “Instruções aos autores”.
- II** – A linha editorial e a *nominata* dos consultores *ad hoc* utilizados no ano pode ser consultada no link “Corpo editorial”.
- III** – O intervalo médio entre o recebimento, a aprovação e a publicação de um original é de quatro meses.
- IV** – Gestão dos artigos (ref.: Ano IV, números 7 e 8):

ARTIGOS	QUANTIDADE
Submetidos	25
Rejeitados	4
Aceitos	21

V – Distribuição do periódico:

O periódico é gratuito e veiculado eletronicamente através de malas diretas dirigidas a um público específico (alunos de psicologia, psicólogos, psicanalistas e profissionais afins). Temos também uma mala direta especificamente dirigida às bibliotecas das universidades e das instituições psicanalíticas do Brasil.

O periódico não possui sistema de assinaturas ou permutas.